



Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

Sobral de Monte Agraço

2022-2024

Ficha Técnica

Título: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens, 2022-2024

Autoria: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço

Local e Data: Sobral de Monte Agraço, dezembro de 2021

Redação: David Dinis, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Representante do Município de Sobral de Monte Agraço

Equipa Técnica: David Dinis, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Representante do Município de Sobral de Monte Agraço

Revisão: Estela Baptista, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Representante da Educação

Versão: Completa

Índice

Índice de Quadros	5
Índice de Figuras	8
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço	12
1. Introdução	13
2. Metodologias	14
2.1. Elaboração do Diagnóstico Local	14
2.2. Elaboração do Plano Estratégico.....	16
3. Diagnóstico local da realidade infantojuvenil	17
3.1. A demografia e as famílias.....	18
3.1.1. Evolução da População Residente	18
3.1.2. Caracterização das famílias clássicas	25
3.1.3. Síntese do capítulo	28
3.2. As crianças e o direito à sobrevivência.....	29
3.2.1. População, emprego e rendimentos	29
3.2.2. Proteção em situação de desemprego	34
3.2.3. Rendimento Social de Inserção	39
3.2.4. Subsídio parental inicial	40
3.2.5. Subsídio por assistência de 3ª pessoa.....	42
3.2.6. Abono de família para crianças e jovens	42
3.2.7. Outros Apoios	44
3.2.8. Saúde e acesso aos cuidados de saúde.....	46
3.2.9. Mortalidade infantil	48
3.2.10. Habitação	49
3.2.11. Síntese do capítulo	56
3.3. As crianças e o direito ao desenvolvimento.....	58
3.3.1. Creche e Ensino Pré-Escolar	59
3.3.2. Ensino Básico	61
3.3.3. Ensino Secundário	64
3.3.4. Educação e acesso à tecnologia	67
3.3.5. Ação Social Escolar	69
3.3.6. Atividades de Enriquecimento Curricular	71
3.3.7. Transportes escolares	71
3.3.8. Síntese do capítulo	73
3.4. As crianças e o direito à proteção	74
3.4.1. Volume Processual CPCJ de Sobral de Monte Agraço.....	74

3.4.2. Crianças e Jovens com processo na CPCJ	77
3.4.3. Entidades Sinalizadoras à CPCJ.....	80
3.4.4. Problemáticas Sinalizadas à CPCJ.....	81
3.4.5. Medidas de Promoção e Proteção	94
3.4.6. Motivos de Arquivamento na CPCJ	97
3.4.7. Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens em Risco (NACJR).....	99
3.4.8. Síntese do capítulo	102
3.5. As crianças e o direito à participação	104
3.5.1. Associativismo e participação política	104
3.5.2. O direito a ter voz no quotidiano	104
3.5.3. Síntese do capítulo	106
3.6. As crianças e o direito à não discriminação.....	107
3.6.1. Síntese do capítulo	108
3.7. Parentalidade positiva e condições para o seu exercício	109
3.7.1. A brincadeira e o lazer.....	109
3.7.2. Participação e Cidadania	110
3.7.3. Segurança e Proteção.....	111
3.7.4. Saúde.....	112
3.7.5. Educação.....	113
3.7.6. Vida Familiar	114
3.7.8. Síntese do capítulo	116
3.8. Metodologias Participativas	117
3.8.1. Análise SWOT	117
3.8.2. Nuvem de Problemas	120
3.8.3. Árvore de Problemas	123
3.8.4. Inquérito por questionário	130
4. Plano Estratégico Local	132
4.1. Fundamentação geral	133
4.2. Árvore de Objetivos.....	134
4.3. Eixos de intervenção.....	136
4.4. Matriz de Enquadramento Lógico.....	138
4.5. Cronograma.....	149
4.6. Previsão orçamental	153
4.7. Modelo de Avaliação.....	157
Bibliografia.....	162

Índice de Quadros

Quadro 1 - População Residente no concelho de Sobral de Monte Agraço, por sexo	18
Quadro 2 - Índice de Envelhecimento no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal	19
Quadro 3 - Distribuição de nados-vivos, óbitos e Saldo natural (2016-2020)	20
Quadro 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de SMA, segundo as principais nacionalidades	22
Quadro 5 - Famílias monoparentais, por responsável	27
Quadro 6 - Pessoal ao Serviço nas Empresas do Concelho de SMA	29
Quadro 7 - Remuneração base média mensal, no concelho de SMA, dos trabalhadores do sexo masculino e feminino por conta de outrem: total e por setor de atividade económica	30
Quadro 8 - Ganho médio mensal (€) no Concelho SMA, Zona Oeste e Portugal	32
Quadro 9 - Ganho médio mensal (€) no concelho de Sobral de Monte Agraço, por sexo	33
Quadro 10 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por sexo, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego	35
Quadro 11 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por grupo etário	36
Quadro 12 - Duração média e valores médios do subsídio de desemprego concedido aos residentes no concelho de SMA, por sexo	39
Quadro 13 - Beneficiários/as dos Rendimento Social de Inserção no concelho de SMA por Sexo e Faixa Etária	40
Quadro 14 - Beneficiários do Subsídio Parental Inicial no concelho de SMA	41
Quadro 15 - Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal (%)	42
Quadro 16 - Subsídio por assistência de 3ª pessoa, por beneficiários, dependentes e valores processados	42
Quadro 17 - Abono de família no concelho de SMA, por beneficiários, descendentes ou equiparados e valor processado	43
Quadro 18 - Beneficiários do Sobral SOS Alimentar	46
Quadro 19 - Atribuição e Emissão de Cheques-Dentista no ano letivo de 2020-2021	47
Quadro 20 - Atitudes das crianças perante a sua saúde	47
Quadro 21 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal	48
Quadro 22 - Alojamentos por Forma de Ocupação	49
Quadro 23 - Alojamentos no Concelho de SMA, por Ocupantes	50
Quadro 24 - Número Médio de Residentes nos Alojamentos no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal	51
Quadro 25 - Alojamentos no Concelho de SMA, por Escalões de Renda	52
Quadro 26 - Alojamentos no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por Número de Divisões (%)	53
Quadro 27 - Alojamentos no Concelho de SMA, por Instalações Existentes (%)	54
Quadro 28 - Existência de bens e equipamentos na habitação (%) no Concelho de SMA, segundo o inquérito por questionário	55
Quadro 29 - Existência de água quente na casa dos jovens	55
Quadro 30 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior no concelho de Sobral de Monte Agraço	58
Quadro 31 - Alunos Estrangeiros incritos no Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral	59

Quadro 32 - Alunos com necessidades educativas especiais inscritos no Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral	59
Quadro 33 - Capacidade da resposta social Creche da Associação Popular de Sobral de Monte Agraço	60
Quadro 34 - Capacidade da resposta social JI/Pré-escolar da Associação Popular de Sobral de Monte Agraço	60
Quadro 35 - Taxa Bruta de pré-escolarização no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por sexo.....	60
Quadro 36 - Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Básico no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por sexo	61
Quadro 37 - Alunas/os matriculadas/os no ensino básico em ofertas de educação e formação orientadas para jovens.....	62
Quadro 38 - Taxa de transição/ conclusão no ensino básico (%) no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por ciclo de ensino	63
Quadro 39 - Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por sexo	64
Quadro 40 - Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens.....	65
Quadro 41 - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por oferta	66
Quadro 42 - Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador no concelho de SMA, segundo nível de ensino	67
Quadro 43 - Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet, por nível de ensino	68
Quadro 44 - N.º de estudantes do JI e 1º CEB apoiados pela Ação Social Escolar nos anos letivos 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	69
Quadro 45 - N.º de estudantes do 2º CEB, 3º CEB e Secundário apoiados pela Ação Social Escolar nos anos letivos 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, por escalão	70
Quadro 46 - Valor atribuído pela Ação Social Escolar a aquisição de material escolar nos anos letivos 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	71
Quadro 47 - Oferta atividades extracurriculares no concelho nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021.....	71
Quadro 48 - N.º de alunos transportados por ciclo de estudos nos anos letivos 2018/2019 e 2019/2020.....	72
Quadro 49 - Crimes registados e Vítimas no concelho de SMA.....	91
Quadro 50 - Situações de Violência doméstica denunciadas às autoridades policiais de SMA, por tipologia	94
Quadro 51 - Acordos de Promoção e Proteção Celebrados, por tipo de Medida Provisória (2011 - 2021).....	95
Quadro 52 - Acordos de Promoção e Proteção Celebrados, por tipo de Medida Definitiva (2011 - 2021).....	96
Quadro 53 - Casos acompanhados pelo NACJR no ano de 2020.....	101
Quadro 54 - Atitude dos jovens perante o direito à participação	104
Quadro 55 - Atitudes das crianças e dos jovens sobre o direito a ter voz no seu quotidiano	105
Quadro 56 - Atitudes das entidades face ao direito à não discriminação das crianças/jovens.....	107
Quadro 57 - Atitude dos jovens perante a acessibilidade dos locais de brincadeira e lazer	108

Quadro 58 - Atitudes das famílias inquiridas perante a brincadeira e o lazer	110
Quadro 59 - Atitudes das famílias perante a participação e cidadania	110
Quadro 60 - Atitudes das famílias perante a segurança e proteção	111
Quadro 61 - Atitudes das famílias perante a saúde	112
Quadro 62 - Atitudes da família perante a educação	114
Quadro 63 - Atitudes das famílias perante a vida familiar	115

Índice de Figuras

Figura 1 - Evolução da População Residente por Grupo Etário	18
Figura 2 - Índice de Envelhecimento no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal	19
Figura 3 - Saldo Natural no Concelho de Sobral de Monte Agraço (2016-2020).....	20
Figura 4 - Taxa Bruta de Natalidade (%) no Concelho de SMA, Região Oeste e Portugal	21
Figura 5 - Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho	22
Figura 6 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de SMA, segundo as principais nacionalidades	23
Figura 7 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de SMA, por sexo	24
Figura 8 - Percentagem de nados-vivos filhos de mães estrangeiras	24
Figura 9 – Famílias Clássicas, por núcleos familiares	25
Figura 10 - Percentagem de famílias monoparentais no total de famílias clássicas	27
Figura 11 - Pessoal ao Serviço nas Empresas do Concelho de SMA	29
Figura 12 - Ganho médio mensal (€) no Concelho SMA, Zona Oeste e Portugal	32
Figura 13 - Ganho médio mensal (€) no concelho de Sobral de Monte Agraço, por sexo	33
Figura 14 - Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal.....	34
Figura 15 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por sexo e total.....	35
Figura 16 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por grupo etário	36
Figura 17 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por escolaridade.....	37
Figura 18 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por motivo de inscrição	38
Figura 19 - Abono de família no concelho de SMA, por beneficiários, descendentes ou equiparados e valor processado.....	43
Figura 20 - Agregados familiares beneficiários de POAPMC	45
Figura 21 - Agregados familiares beneficiários do Sobral SOS Alimentar	46
Figura 22 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal	48
Figura 23 - Alojamentos por Forma de Ocupação	49
Figura 24 - Alojamentos no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por Ocupantes (%)	50
Figura 25 - Número Médio de Residentes nos Alojamentos no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal.....	51
Figura 26 - Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento	52
Figura 27 - Alojamentos no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por Número de Divisões (%).....	53
Figura 28 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior no concelho de Sobral de Monte Agraço	58
Figura 29 - Taxa Bruta de pré-escolarização no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal	61
Figura 30 - Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Básico no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal.....	62
Figura 31 - Taxa de transição/ conclusão no ensino básico (%) no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal.....	63

Figura 32 - Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal.....	65
Figura 33 - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal.....	66
Figura 34 - Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador no concelho de SMA.....	67
Figura 35 - Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet.....	68
Figura 36 - N.º de estudantes do de JI, 1º CEB, 2º CEB, 3º CEB e Secundário apoiados pela Ação Social Escolar nos anos letivos 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	70
Figura 37 - Processos Instaurados na CPCJ de Sobral de Monte Agraço	74
Figura 38 - Reaberturas face ao total de processos iniciados	75
Figura 39 - Processos enviados para outras CPCJ's.....	75
Figura 40 - Arquivamentos na CPCJ de Sobral de Monte Agraço	76
Figura 41 - Processos Transitados na CPCJ de SMA	76
Figura 42 - Volume Processual na CPCJ de Sobral de Monte Agraço	77
Figura 43 - Número de Processos instaurados, segundo o sexo das crianças/jovens	78
Figura 44 - Número de processos instaurados de 2011 a 2021, segundo o sexo e a idade das crianças/jovens	78
Figura 45 - Número de Processos Reabertos, segundo o sexo das crianças/jovens	79
Figura 46 - Número de processos reabertos de 2011 a 2021, segundo o sexo e a idade das crianças/jovens	79
Figura 47 - Instauração de processos de 2011 a 2021, por entidade sinalizadora	80
Figura 48 - Reabertura de processos de 2011 a 2021, por entidade sinalizadora.....	80
Figura 49 - Problemáticas sinalizadas em processos instaurados entre 2011 e 2021	82
Figura 50 - Evolução das principais problemáticas nos processos instaurados (2011 - 2021).....	83
Figura 51 - Problemáticas sinalizadas em processos reabertos entre 2011 e 2021	83
Figura 52 - Principais problemáticas nos processos instaurados e reabertos (2011 - 2021)	84
Figura 53 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens do sexo masculino no período de 2011 a 2021	85
Figura 54 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens do sexo feminino no período de 2011 a 2021	85
Figura 55 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 0-2 no período de 2011 a 2021	86
Figura 56 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 3-5 no período de 2011 a 2021	86
Figura 57 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 6-8 no período de 2011 a 2021	87
Figura 58 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 9-10 no período de 2011 a 2021	87
Figura 59 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 11-14 no período de 2011 a 2021	88
Figura 60 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 15-17 no período de 2011 a 2021	88
Figura 61 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 18-21 no período de 2011 a 2021	89

Figura 62 - Número total de vítimas, residentes no Concelho de SMA, que solicitaram apoio ao GIAV	90
Figura 63 - Vítimas, residentes no Concelho de SMA, que solicitaram apoio ao GIAV, por sexo	92
Figura 64 - Vítimas do crime de Violência doméstica, por sexo	92
Figura 65 - Tipologias de agressão relativas a sinalização de residentes no Concelho de SMA, por número de processos	93
Figura 66 - Acordos de Promoção e Proteção Celebrados, por tipo de Medida (Global) entre 2011 e 2021	97
Figura 67 - Arquivamentos na CPCJ de Sobral de Monte Agraço, entre 2011 e 2021	98
Figura 68 - Arquivamentos liminares, entre 2011 e 2021, por motivo	98
Figura 69 - Arquivamentos (fase pós-preliminar), entre 2011 e 2021, por motivo	99

Agradecimentos

Venho Agradecer, na qualidade de Presidente e em nome da Modalidade Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço, a todos e todas que contribuíram e tornaram possível a realização e conclusão deste Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças.

Agradecemos à Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço a disponibilidade de meios para a realização de todas as reuniões que foram necessárias, durante a elaboração deste projeto, bem como o apoio em tudo o que foi solicitado e que tornaram o PLPPDC uma realidade.

Agradecemos ainda ao Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral, na pessoa do seu Diretor e restantes professores que, junto dos alunos e suas famílias, dinamizaram a distribuição dos inquéritos enviados pela CNPDPCJ e proporcionaram informação imprescindível para a avaliação da comunidade escolar do concelho de Sobral de Monte Agraço.

Agradecemos à Comissária Estela Baptista que fez a revisão do documento. Agradecemos também ao comissário David Dinis que foi o interlocutor junto da CNPDPCJ. Foi ele que dinamizou todas as reuniões e encontros entre parceiros que tornaram possível a recolha de todos os dados que, por sua vez, levaram à conclusão de um Plano Local que reflete a realidade do concelho de Sobral de Monte Agraço em matéria de Infância e Juventude.

Agradecemos ainda a todos os parceiros que colaboraram com a CPCJ:

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço; As Associações de Estudantes da AEJICS e UNIR; Associação de Pais e Encarregados de Educação de Sobral de Monte Agraço; Monte Agraço Futebol Clube; Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913; Associação VOA; Associação Popular de Sobral de Monte Agraço; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Instituto da Segurança Social; USF Costa Campos; Unidade de Educação e Ação Social do Município de Sobral de Monte Agraço; Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço; Junta de Freguesia de Santo Quintino; Junta de Freguesia de Sapataria.

Por fim, um profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste projeto e que ainda não foram mencionadas, uma vez que sem o seu contributo nada seria possível.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço (CPCJ) foi criada tendo por base a Lei 147/99, de 1 de setembro, designada Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), que regula a criação, a competência e o funcionamento das comissões de proteção de crianças e jovens em todos os concelhos do país, determinando que a respetiva instalação seja declarada por portaria conjunta dos Ministros da Justiça e da Segurança Social e do Trabalho.

De acordo com o disposto no n.º 1, artigo 3.º, dessa mesma Lei, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional. A intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças e dos jovens em perigo tem lugar quando a pessoa adulta por ela responsável (progenitores, representante legal ou quem tenha a guarda de facto) ponha em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando, não sendo a causadora da situação de perigo, não a consigam remover de modo adequado.

A CPCJ de Sobral de Monte Agraço foi constituída a 18 de junho de 2002, exercendo a sua competência na sede do concelho. A Comissão funciona em modalidade alargada e modalidade restrita.

A Comissão Alargada congrega todos/as os/as representantes das entidades legalmente previstas e todos os elementos cooptados, totalizando 14 membros. À Comissão Alargada cabe um importante papel, quer na promoção dos direitos das crianças e jovens residentes no seu concelho de abrangência, quer na prevenção das situações de perigo. Na modalidade restrita, a Comissão funciona só com 5 membros que foram designados para o efeito, de entre todos os que a compõem. Compete genericamente aos membros da CPCJ, a funcionar na modalidade restrita, a intervenção nas situações sinalizadas como de perigo para a criança ou jovem.

Por fim, importa salientar que, atualmente, a CPCJ encontra-se em instalações provisórias situadas na Estação Central de Camionagem de Sobral de Monte Agraço. Conta com apoio administrativo a tempo parcial e com a Comissária da Educação, que também exerce funções de Secretária da CPCJ, a tempo inteiro.

1. Introdução

A iniciativa da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço levar a cabo este projeto, deve-se ao desafio da Comissão Nacional que reflete o crescente empenho desta no desenvolvimento de medidas de política para a construção da parentalidade livre de violência e promoção de comportamentos parentais respeitadores dos melhores interesses e direitos da criança, numa lógica comunitária, sistémica e com foco na prevenção.

Um dos princípios orientadores do Projeto Adélia é o desenvolvimento de Planos Locais de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ), que envolvam a participação das crianças e jovens, garantindo estratégias de apoio a uma parentalidade responsável e positiva informadas em evidências. Nesse sentido, a CPCJ de Sobral de Monte Agraço decidiu participar na iniciativa ciente de que esta se mostrará extremamente frutífera na criação de conhecimento que levará, por sua vez, a um planeamento estratégico e sustentado de atividades que terão por objetivo criar um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento das nossas crianças e jovens.

Deste modo, importará referir que este documento está dividido em duas partes. Em primeiro lugar, o Diagnóstico Local. Nesta parte do documento, é feito o mapeamento de diversos indicadores, relativos ao concelho de Sobral de Monte Agraço, que direta ou indiretamente são relevantes à infância e juventude. Em segundo lugar, o Plano Estratégico. Nesta parte do documento, é vertida a informação diagnosticada, em particular os problemas sociais que afetam as crianças e jovens, e procurar-se-á dar respostas aos mesmos através do planeamento estratégico de projetos de intervenção social.

Por fim, importa salientar que o Plano Estratégico Local estará em vigor entre 2022 e 2024. Decidiu-se que vigorará apenas durante 3 anos (2022, 2023 e 2024), dado que vivemos num mundo global em que as transformações sociais são cada vez mais frequentes e abruptas, obrigando a que haja um constante diagnóstico e reajustamento das estratégias de intervenção social.

2. Metodologias

2.1. Elaboração do Diagnóstico Local

A elaboração e organização do Diagnóstico Local obedeceu a uma série de procedimentos propostos pelo Projeto Adélia. Importa, no entanto, ressaltar que, devido à realidade local, tornou-se importante levar a cabo algumas alterações metodológicas que se mostraram convenientes para mapear a realidade concelhia.

Assim, como proposto pelo Projeto Adélia, o Diagnóstico Local irá analisar as seguintes dimensões:

- I. A demografia e as famílias
- II. As crianças e o direito à sobrevivência
- III. As crianças e o direito ao desenvolvimento
- IV. As crianças e o direito à proteção
- V. As crianças e o direito à participação
- VI. As crianças e o direito à não discriminação
- VII. Parentalidade positiva e condições para o seu exercício

De salientar que o conteúdo do Diagnóstico Local de Sobral de Monte Agraço é o resultado de várias contribuições recolhidas junto da população e dos *Stakeholders*¹ locais. Esta abordagem valoriza a experiência daqueles que estão mais próximos dos problemas que assolam a infância e a juventude, quer seja porque os vivem na pele ou por trabalharem em instituições que possuem intervenção no terreno. Crê-se, assim, que dar espaço a uma multiplicidade de vozes só poderá enriquecer este documento.

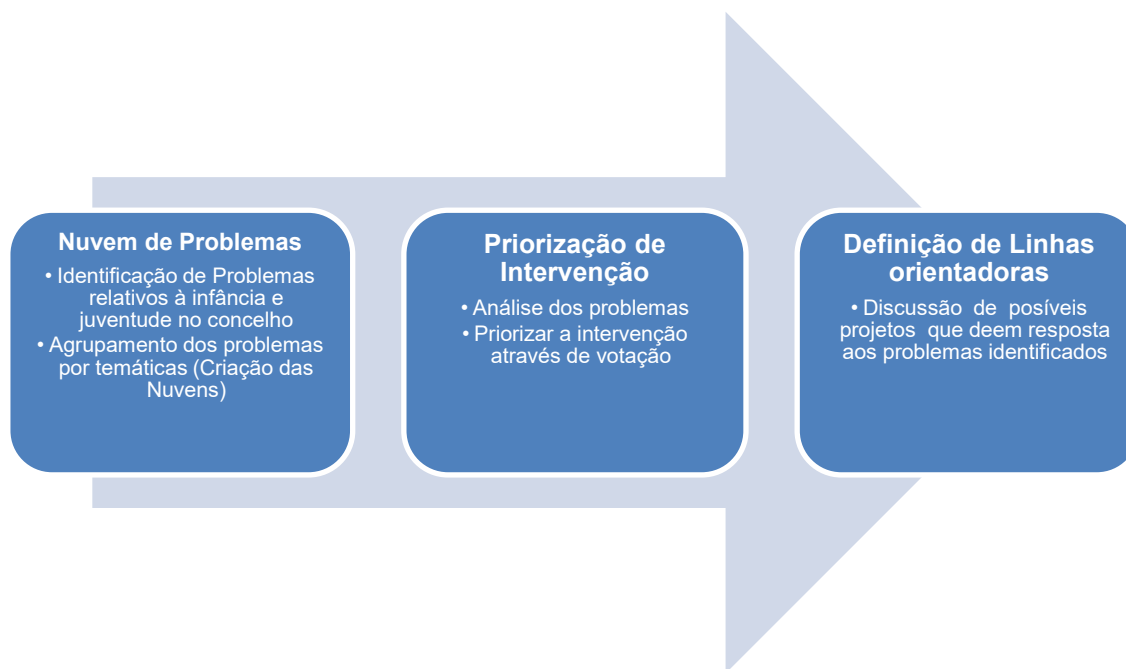
As ferramentas metodológicas de diagnóstico utilizadas foram:

- a) **Recolha/Análise Documental e Estatística** – Esta recolha de informação incidiu em documentos relevantes a nível local, nomeadamente o Diagnóstico Social de 2020, mas também em dados estatísticos primários e secundários² provenientes de fontes nacionais (INE, MTSSS, IEFP, etc) e locais (ex. AEJICS e diversas IPSS's). Esta etapa do trabalho de diagnóstico é extremamente valiosa porque revela, numa primeira instância, alguns fenómenos e problemas sociais concelhios.
- b) **Análise SWOT** – Esta é uma ferramenta de autodiagnóstico que levou os membros da Comissão Alargada a refletir sobre a própria CPCJ de Sobral de Monte Agraço.

¹ *Stakeholders* trata-se de um estrangeirismo que se refere às “partes interessadas”. Termo utilizado nas ciências sociais, mais nomeadamente no âmbito da gestão e avaliação de projetos de intervenção social.

² Dados estatísticos secundários dizem respeito a dados produzidos e/ou compilados por outros serviços ou entidades.

- c) **Inquéritos por questionário** – Os inquéritos por questionário foram aplicados com a colaboração do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral. Foram aplicados a crianças (6-12 anos), a jovens (13-18 anos) e a famílias com crianças. Foram ainda aplicados inquéritos de autodiagnóstico a Entidades concelhias com competências na Infância e Juventude, totalizando 395 inquéritos aplicados.
- d) **Grupo Focal** – Um Diagnóstico Local é tão mais valioso quantas mais contribuições existir relativamente aos problemas sociais que afetam a infância e juventude no concelho. Como tal, foram mobilizados vários *stakeholders* locais, com competências na infância e juventude, para que pudessem dar o seu contributo de diagnóstico através da elaboração de uma **Nuvem Problemas**. Deram também contribuições estratégicas de planeamento, ao priorizar a intervenção nos problemas identificados e ao discutir possíveis projetos, a integrar o Plano Estratégico Local, que possam dar resposta aos problemas identificados.



- e) **Árvore de Problemas** - Esta ferramenta foi aplicada no âmbito de uma Reunião Restrita da CPCJ de Sobral de Monte Agraço. Teve em conta a experiência dos comissários, mas também resulta de informação vertida de todas as outras ferramentas de diagnóstico.

2.2. Elaboração do Plano Estratégico

O Diagnóstico Local, que procura caracterizar e conhecer os fenómenos sociais do concelho relacionados com a infância e juventude, servirá de base à elaboração do Plano Estratégico na segunda fase deste processo.

Nesta segunda fase do processo procura-se elaborar estratégias de intervenção no concelho por forma a dar resposta aos problemas sociais diagnosticados. Note-se que terá fortes implicações no Plano de Ação da CPCJ de Sobral de Monte Agraço e na implementação de diversos projetos. Interessa mencionar que estes documentos não são estáticos nem estanques, pelo que existirá uma retroalimentação, via avaliação dos projetos a realizar, que terá impacto num próximo e eventual Diagnóstico Local.

As ferramentas metodológicas de planeamento e avaliação utilizadas no Plano Estratégico foram as seguintes:

- f) **Árvore de Objetivos** – Foi aplicada no âmbito de uma Reunião Restrita da CPCJ de Sobral de Monte Agraço. Teve em conta a árvore de problemas, dado que é uma imagem-espelho desta. Esta ferramenta mostrou-se particularmente valiosa, pois permitiu identificar eixos de intervenção, bem como criar nexos de causalidade entre os problemas e identificar as variáveis motrizes, onde incidirá, preferencialmente, a intervenção do Plano estratégico Local.
- a) **Matriz de Enquadramento Lógico** – Trata-se de uma ferramenta de sistematização de informação e que tem como desígnio o apoio ao planeamento e gestão dos projetos.
- b) **Cronograma**
- c) **Previsão Orçamental**
- d) **Modelo de Avaliação**



3. Diagnóstico local da realidade infantojuvenil

3.1. A demografia e as famílias

3.1.1. Evolução da População Residente

Numa análise à população do concelho de Sobral de Monte Agraço, entre os anos de 2001 e 2021, podemos verificar um crescimento acentuado da população, nomeadamente no período intercensitário de 2001 a 2011.

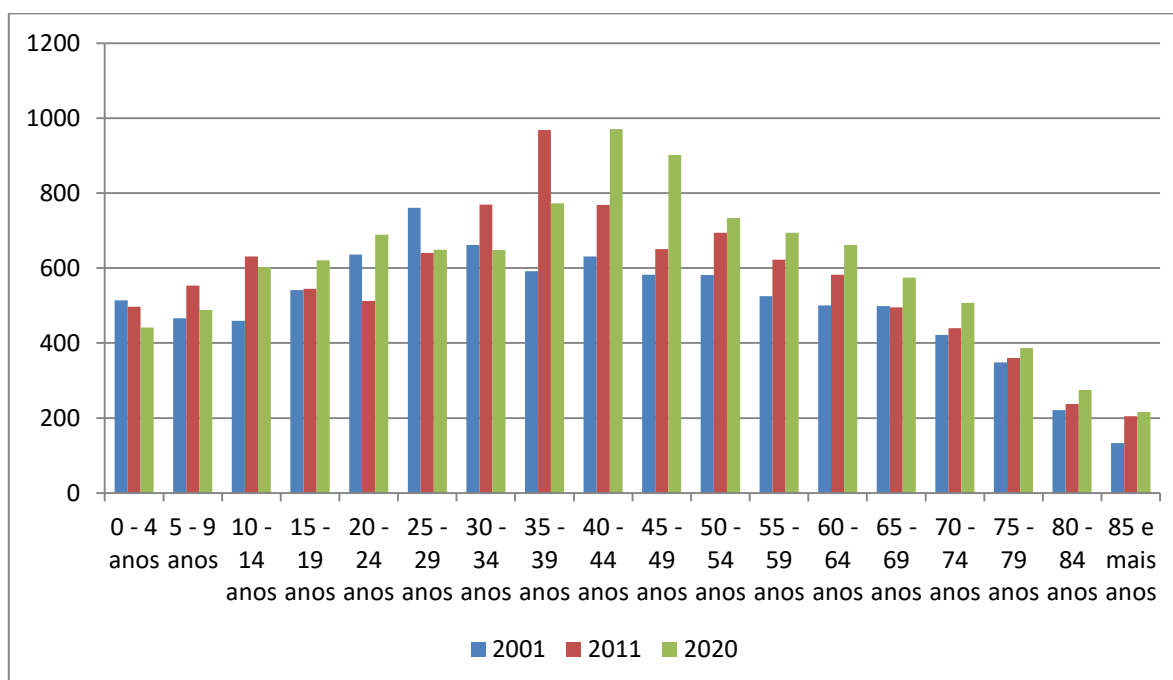
Quadro 1 - População Residente no concelho de Sobral de Monte Agraço, por sexo

Ano	H	M	HM
2001	4443	4630	9073
2011	5001	5168	10169
2020 ³	5311	5523	10834
2021 ⁴	5070	5472	10542

Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da População

No que toca à evolução da população, por grupo etário, é possível verificar um crescimento em praticamente todos os grupos etários, entre o ano de 2001 e 2020. Dão-se apenas três exceções: nos grupos dos 0-4 anos, dos 25-29 anos e dos 30-34 anos. Este decréscimo mostra-se relevante e preocupante face ao crescimento da população mais idosa no concelho.

Figura 1 - Evolução da População Residente por Grupo Etário⁵



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População
Fonte da estimativa: INE

³ Ano de 2020 diz respeito a estimativa do INE

⁴ Dados Preliminares dos Censos 2021

⁵ Ano de 2020 diz respeito a estimativa do INE

A evolução da população por grupos etários deixaria, à partida, antever um aumento do índice de envelhecimento⁶, entre os anos de 2001 e 2020, e é isso que podemos verificar no quadro abaixo representado. No concelho de Sobral de Monte Agraço existem 128 idosos para cada 100 jovens. Estes dados são um aumento abrupto, principalmente se os analisarmos comparativamente ao ano de 2011, ano que demonstrava uma queda acentuada do índice de envelhecimento no concelho.

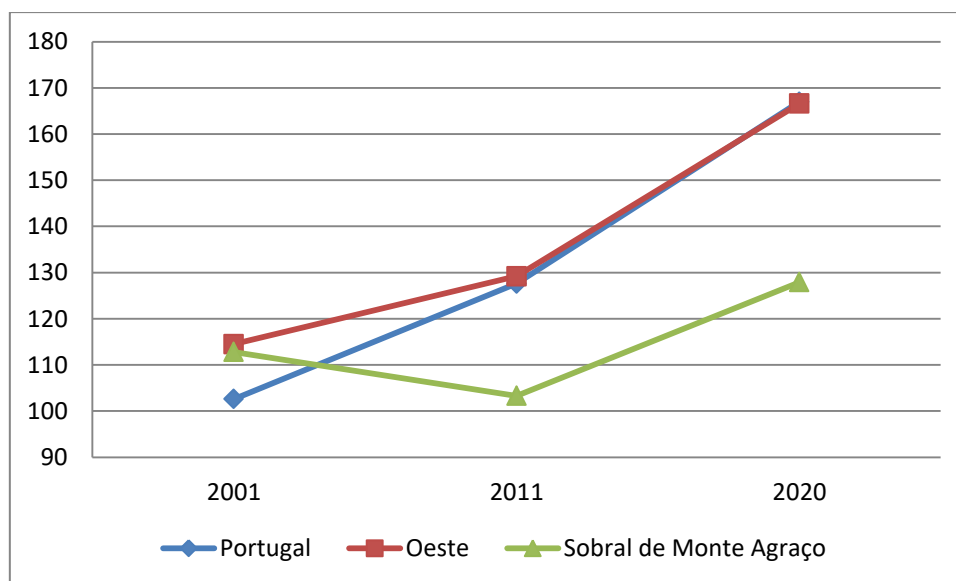
Quadro 2 - Índice de Envelhecimento no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal

Ano	Portugal	Oeste	Sobral de Monte Agraço
2001	102,6	114,5	112,8
2011	127,6	129,2	103,3
2020	167,0	166,6	127,9

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Salienta-se ainda que, comparativamente, o envelhecimento da população no concelho de Sobral de Monte Agraço está a ser menos acentuado que na zona Oeste e no resto do país, tal como é demonstrado na figura abaixo:

Figura 2 - Índice de Envelhecimento no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal



Fonte: INE

O saldo natural diz respeito à relação entre o número de nados-vivos⁷ e de óbitos num dado período de tempo. Deste modo, um saldo natural positivo significa que nascem mais pessoas do que morrem e um saldo negativo significa que existem mais mortes do que nascimentos.

⁶ O índice de envelhecimento é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor superior a 100 significa que há mais idosos do que jovens. (MetaInfo – INE)

⁷ O produto do nascimento vivo. (MetaInfo – INE)

No que toca aos nados-vivos e aos óbitos, não se verificam alterações significativas ao longo dos anos, com exceção do número de óbitos em 2016, pelo que o saldo natural negativo mostra-se uma constante no concelho.

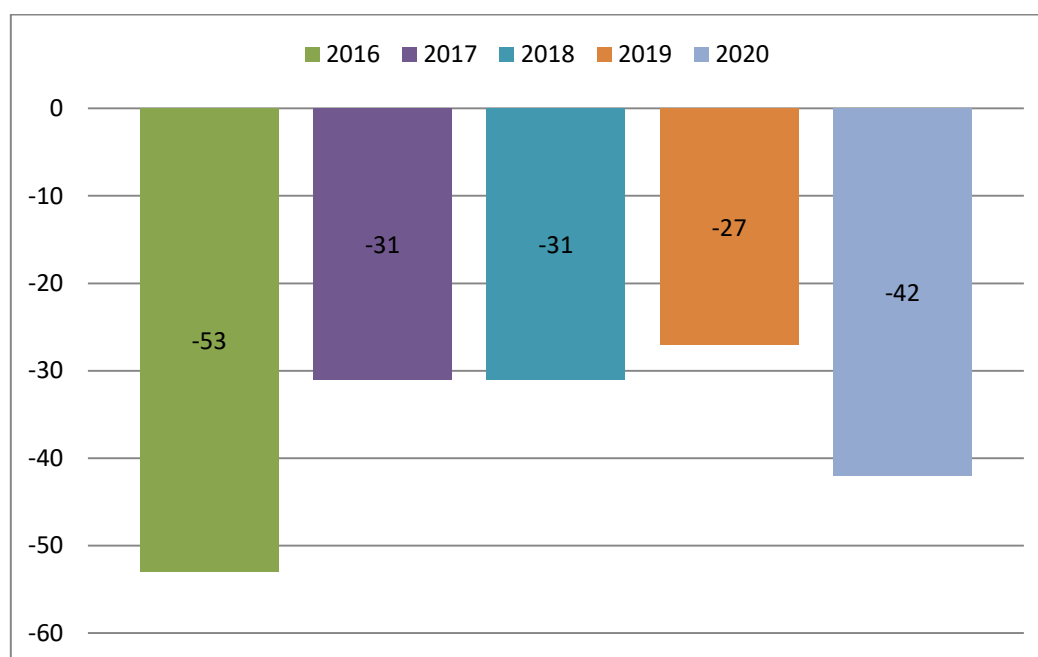
Quadro 3 - Distribuição de nados-vivos, óbitos e Saldo natural (2016-2020)

Ano	Nados-vivos				Óbitos			Saldo Natural
	Total	H	M	Fora do casamento (%)	Total	H	M	
2016	79	40	39	51,9	132	59	73	-53
2017	77	43	34	71,4	108	58	50	-31
2018	89	39	50	58,4	120	64	56	-31
2019	82	43	39	56,1	109	63	46	-27
2020	85	46	39	63,5	127	59	68	-42

Fontes: INE

Graficamente:

Figura 3 - Saldo Natural no Concelho de Sobral de Monte Agraço (2016-2020)



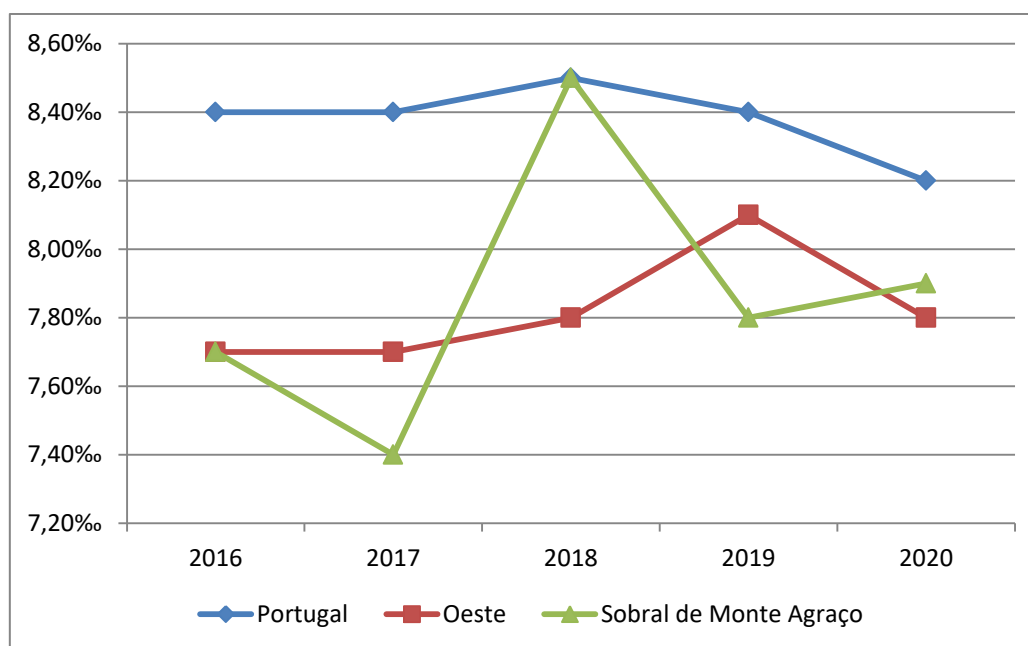
Fontes: INE

Devido ao saldo natural negativo, impõe-se a necessidade de olhar para outro indicador que nos poderá ajudar a compreender melhor a realidade do concelho. Salienta-se, neste caso, a Taxa Bruta de Natalidade⁸ que diz respeito a um número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil.

⁸ Taxa Bruta de Natalidade (%) - Habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes (MetaInfo – INE)

Na seguinte figura é possível constatar que a Taxa Bruta de Natalidade do concelho de Sobral de Monte Agraço, no período de referência, tem um comportamento mais dinâmico do que a tendência nacional ou da zona Oeste. No entanto os valores concelhios mostram-se, de forma consistente, abaixo da média nacional, com exceção do ano de 2018.

Figura 4 - Taxa Bruta de Natalidade (%o) no Concelho de SMA, Região Oeste e Portugal

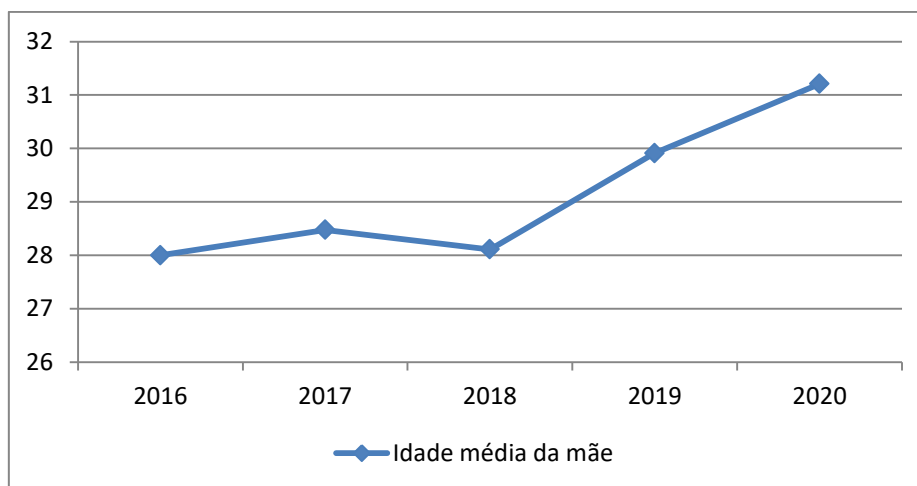


Fonte: INE

Um indicador que está intimamente relacionado com a baixa taxa bruta de natalidade no concelho de Sobral de Monte Agraço é o da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho. Poder-se-á argumentar que este último indicador, e conseqüente adiamento da maternidade, é uma das principais causas de tão baixa taxa bruta de natalidade.

Como é possível verificar na figura abaixo, nos últimos anos tem-se verificado um aumento paulatino da idade média das mães ao nascimento do primeiro filho. Salienta-se que, a curto prazo, isso terá conseqüências em indicadores como a taxa bruta de natalidade e o salto natural. Isso poderá significar, a longo prazo, que o concelho de Sobral de Monte Agraço verá um acentuar do seu índice de envelhecimento

Figura 5 - Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho⁹



Fonte: INE

Tendo em conta a conjugação e leitura dos diversos indicadores acima citados, será válido argumentar que o concelho de Sobral de Monte Agraço está dependente dos fluxos migratórios, a nível nacional e internacional, para combater o envelhecimento e a perda de população concelhia.

Como tal, importará verificar abaixo a população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Sobral de Monte Agraço.

Quadro 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de SMA, segundo as principais nacionalidades

Nacionalidade	2016		2017		2018		2019		2020	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	109	43,1	95	41,9	111	46,1	160	52,3	230	60,4
Ucrânia	50	19,8	46	20,3	44	18,3	42	13,7	40	10,5
Cabo Verde	5	2,0	7	3,1	4	1,7	9	2,9	10	2,6
Roménia	12	4,7	13	5,7	14	5,8	13	4,2	16	4,2
Angola	6	2,4	6	2,6	5	2,1	6	2,0	5	1,3
Guiné Bissau	3	1,2	3	1,3	3	1,2	4	1,3	3	0,8
Reino Unido	3	1,2	4	1,8	5	2,1	5	1,6	5	1,3
Moldávia	15	5,9	10	4,4	10	4,1	10	3,3	9	2,4
China	10	4,0	7	3,1	7	2,9	8	2,6	9	2,4
São Tomé e Príncipe	7	2,8	5	2,2	6	2,5	8	2,6	8	2,1
Outras Nacionalidades	33	13,0	31	13,7	32	13,3	41	13,4	48	12,6
Total	253	100,0	227	100,0	241	100,0	306	100,0	381	100

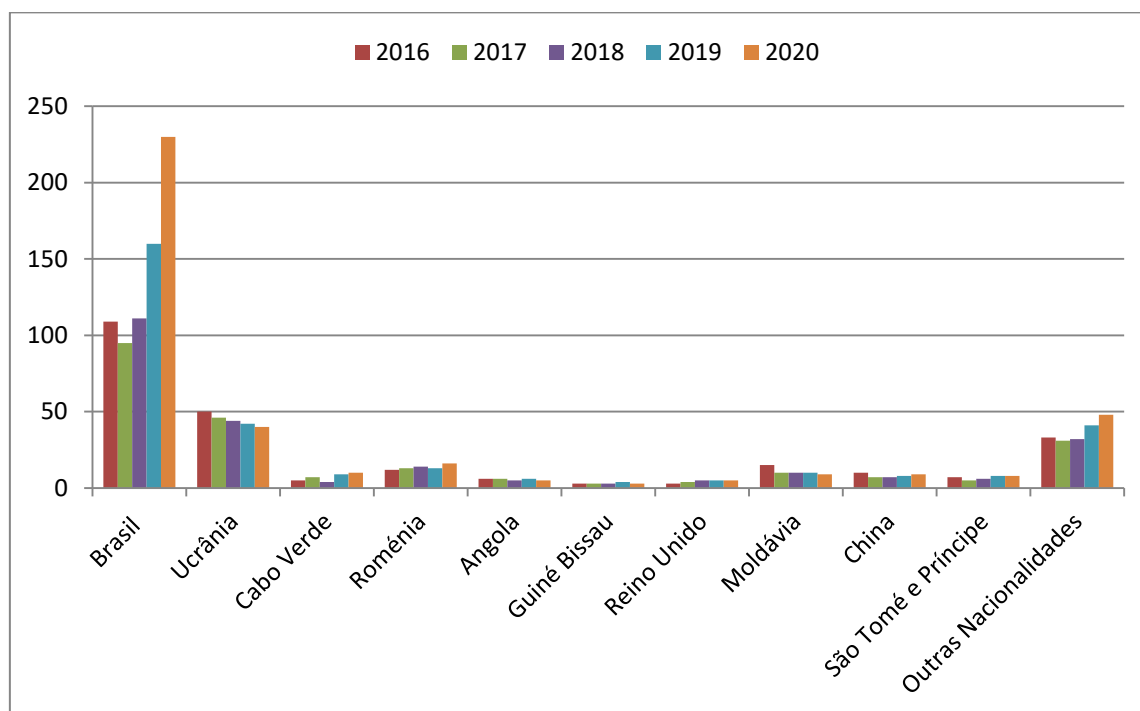
Fonte de dados: SEF/ MAI

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro; Pordata

⁹ Calculado a partir de Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2013), Sexo, Idade da mãe e Ordem de nascimento; Anual - INE, Nados-vivos

É possível constatar na seguinte figura que, no período de referência, os indivíduos de nacionalidade brasileira e ucraniana têm um maior peso na população estrangeira residente no concelho de Sobral de Monte Agraço. No entanto, é de salientar que estas duas nacionalidades demonstram tendências contrastantes. Enquanto a população estrangeira de nacionalidade brasileira reforça o seu peso, a população residente que provém da Europa de Leste, com exceção da Roménia, segue uma tendência contrária, a de êxodo.

Figura 6 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de SMA, segundo as principais nacionalidades

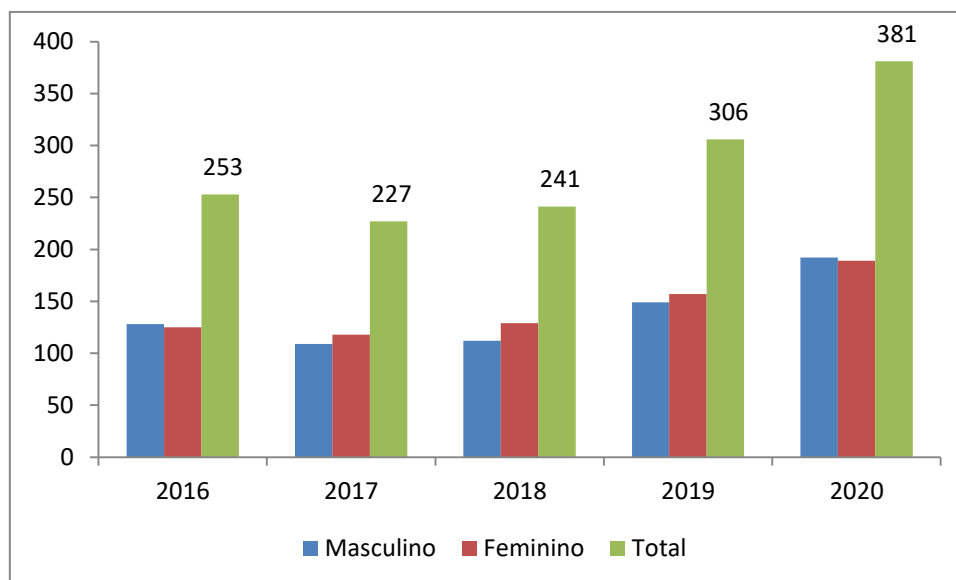


Fonte de dados: SEF/ MAI

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro; Pordata

Quanto à composição da população estrangeira residente por sexo, é possível verificar abaixo que a distribuição se mostra relativamente igualitária. Isto sugere um tipo de imigração que podemos classificar como *Reagrupamento Familiar*. Este tipo de imigração deve-se a uma decisão tomada em casal e/ou para seguir o cônjuge/companheiro que tomou a decisão de fazer vida em Portugal, de forma a melhorar as suas condições económicas e/ou sociais. A migração em família tem, portanto, o pressuposto de que a dois será mais fácil superar dificuldades e alcançar os objetivos por detrás do projeto migratório. (Peixoto, et al., 2006)

Figura 7 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de SMA, por sexo

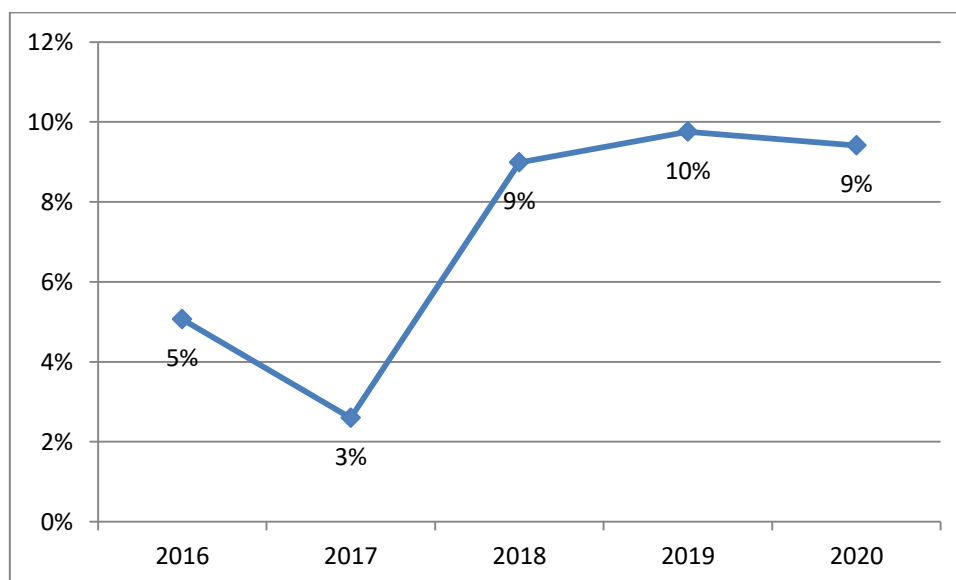


Fonte de dados: SEF/ MAI

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro; Pordata

Quanto à percentagem de nados-vivos, filhos de mães estrangeiras, é possível verificar uma tendência de crescimento no período de referência. Estes dados mostram-se extremamente importantes, no concelho de Sobral de Monte Agraço, uma vez que atenuam o saldo natural negativo concelhio.

Figura 8 - Percentagem de nados-vivos filhos de mães estrangeiras



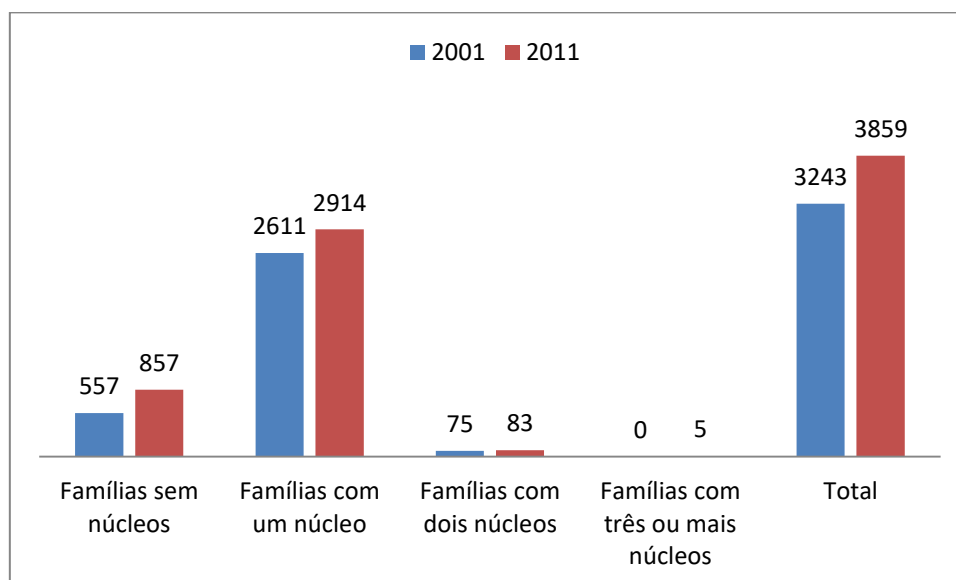
Fonte: INE

3.1.2. Caracterização das famílias clássicas

Para uma leitura mais eficiente da temática relativa às famílias, importará esclarecer dois conceitos fundamentais do INE: *Famílias Clássicas* e *Núcleos Familiares*. Considera-se, neste documento, que as **famílias clássicas** dizem respeito a um conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, que têm relações de parentesco entre si, quer sejam de direito ou de facto, e que poderão ocupar a totalidade ou apenas parte do alojamento. Considera-se ainda como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. Já no que toca a **núcleos familiares**, entenda-se os mesmo como um conjunto de duas ou mais pessoas que pertencem ao mesmo agregado doméstico privado e têm uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes, que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos. Isto significará, portanto, que poderá haver famílias clássicas sem núcleos familiares. Ou seja, agregados domésticos compostos por pessoas sós ou por diversas pessoas que não possuem uma relação conjugal ou parental entre si. (Wall & Delgado, 2014)

No período intercensitário, entre 2001 e 2011, não se registou uma reconfiguração das famílias clássicas, por núcleos familiares. O aumento significativo das famílias, nomeadamente as sem núcleos, ou com apenas um, ter-se-á devido ao aumento da população da população concelhia.

Figura 9 – Famílias Clássicas, por núcleos familiares



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

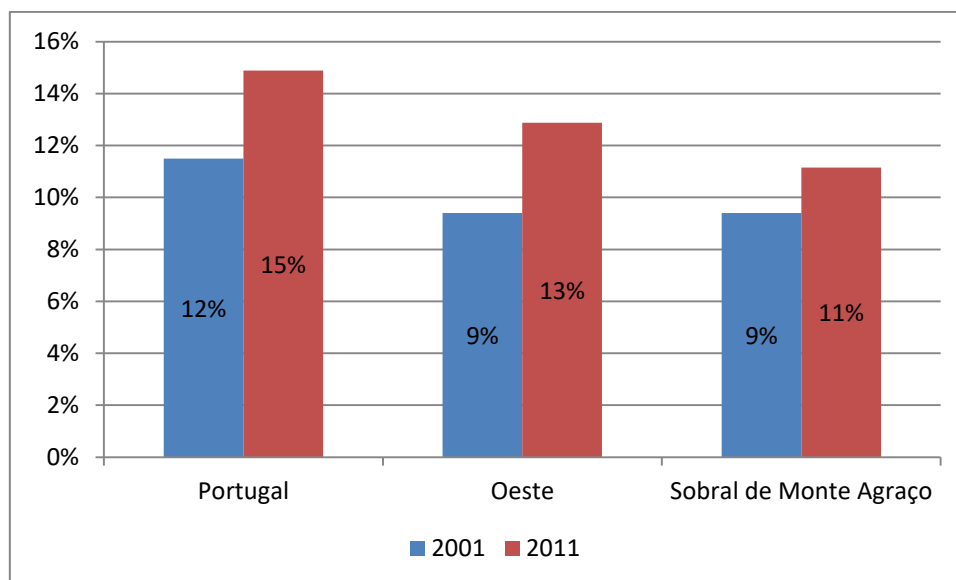
Quanto às famílias clássicas, por número de elementos, é possível verificar uma reconfiguração das mesmas no concelho de Sobral de Monte Agraço. É notória uma tendência para a redução do número de elementos nas famílias. Deve evidenciar-se com preocupação o crescente número de indivíduos que vivem sozinhos. Num concelho onde existem 128 idosos para cada 100 jovens, torna-se importante refletir sobre o isolamento social e, conseqüentemente, o que Durkheim (1999) chamaria de anomia social. A anomia deve-se essencialmente ao enfraquecimento dos vínculos sociais, criando um desfasamento moral e normativo entre o indivíduo e uma sociedade que possui mudanças sociais que ocorrem a um ritmo extremamente rápido. Deste modo, e se não for possível inverter a tendência de crescimento das famílias clássicas unipessoais, tornar-se-á imperativo combater o isolamento ao socializar quem vive sozinho, uma vez que Durkheim refere:

O estado de anomia é impossível onde os órgãos solidários estão em contato suficiente e suficientemente prolongado. Com efeito, ao ser contíguo a todo o momento percebem a necessidade que têm uns dos outros e, por conseguinte, têm um sentimento vivíssimo e contínuo de sua mútua dependência.
(1999, p. 385)

Dimensão (família clássica)	2001		2011	
	N.º	%	N.º	%
Com 1 pessoa	521	16,07	799	20,70
Com 2 pessoas	1031	31,79	1224	31,72
Com 3 pessoas	869	26,80	944	24,46
Com 4 pessoas	600	18,50	679	17,60
Com 5 pessoas ou mais pessoas	222	6,85	213	5,52
Total	3243	100	3859	100,00

No que toca à percentagem de famílias monoparentais no total de famílias clássicas, como é notório na figura abaixo, verificou-se um ligeiro aumento no período intercensitário, acompanhando, aliás, a tendência nacional e da zona oeste. Importa, contudo, salientar que os dados concelhios mostram-se abaixo da média nacional.

Figura 10 - Percentagem de famílias monoparentais no total de famílias clássicas



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Abaixo é possível verificar que, no período intercensitário, de 2001 a 2011, deu-se um agravamento do papel tradicional da mulher como cuidadora e responsável pelo bem-estar das crianças e jovens. Este tenderá, no entanto, a esbater-se uma vez que, como salienta Casaleiro (2021), a sociedade portuguesa, e por consequência o concelho de Sobral de Monte Agraço, estará a assistir a uma progressiva reconfiguração da divisão tradicional de género. Isso significará uma competição masculina pelos laços afetivos da criança bem como pelos papéis e competências que tradicionalmente se associariam ao sexo feminino.

Quadro 5 - Famílias monoparentais, por responsável

Período de referência	Pai com filhos		Mãe com filhos		Total
	Nº	%	Nº	%	
2001	35	13,35	227	86,64	262
2011	45	13,04	300	86,95	345

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

3.1.3. Síntese do capítulo

Na síntese do capítulo referente à demografia e as famílias destaca-se o seguinte:

- De 2001 a 2020 houve um crescimento da população em todas as faixas etárias, menos nos grupos dos 0-4, dos 25-29 e dos 30-34 anos. Apesar do crescimento populacional do concelho estes números são preocupantes face ao crescimento da população idosa.
- O índice de envelhecimento encontra-se a crescer de uma forma preocupante, mas a um ritmo mais baixo que a média nacional.
- As mulheres do concelho de Sobral de Monte Agraço têm o 1º filho cada vez mais tarde. Isso contribuirá negativamente para a taxa bruta de natalidade e, conseqüentemente, para que tenham menos filhos.
- Com exceção de 2017, é possível verificar que a população estrangeira é muito importante para a demografia concelhia. Em 2020, por exemplo, 9% dos nados-vivos concelhios eram filhos de mães estrangeiras.
- Durante o período intercensitário, de 2001 e 2011, assistiu-se a um acentuar do número de famílias monoparentais, sendo as mulheres, na sua maioria, a assumir o papel de principais cuidadoras das crianças.
- Relativamente ao número crescente de agregados unipessoais, torna-se imperativo agir na socialização dos indivíduos. Os indivíduos anómicos¹⁰, sem grandes relações interpessoais fora da sua rede de contactos primária, poderão perpetuar comportamentos que são menos aceites socialmente. Refira-se aqui o exemplo de muitas avós que surgem como rede de apoio ao cuidado das crianças e cujo modelo de educativo poderá estar desadequado à sociedade contemporânea. Argumenta-se, portanto, que indivíduos devidamente socializados estarão a par dos valores e padrões da sociedade e que isso terá impacto no cuidado às crianças.

¹⁰ Indivíduos que devido ao enfraquecimento dos vínculos sociais possuem um desfasamento moral e normativo relativamente à restante sociedade.

3.2. As crianças e o direito à sobrevivência

3.2.1. População, emprego e rendimentos

Quanto ao quadro abaixo representado, é possível observar que, no período de referência, deu-se no concelho uma criação significativa de postos de trabalho, uma vez que em 2019 as empresas do concelho tinham mais 677 ao serviço do que no ano de 2015. De referir também que as empresas concelhias estão a aumentar a sua dimensão, uma vez que o número médio de trabalhadores, apesar de algumas flutuações, tem mostrado um crescimento desde o início do período de referência. Por fim, relativamente à concentração de pessoal ao serviço nas 4 maiores empresas do concelho, é de notar que a concentração de pessoal aumentou 2,5% quando comparado com o início do período de referência. Estes dados são, de certo modo, preocupantes, uma vez que mostram o peso que estas têm empresas no tecido empresarial e na criação de postos de trabalho, criando uma relação de dependência para com essas empresas.

Quadro 6 - Pessoal ao Serviço nas Empresas do Concelho de SMA

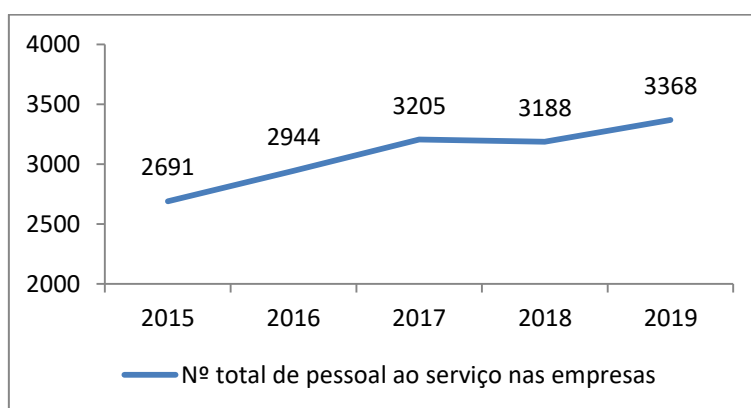
Anos	Nº total de pessoal ao serviço nas empresas	Nº médio de pessoas ao serviço por empresa	Concentração de Pessoal ao serviço nas 4 maiores empresas (%)
2015	2691	2,3	9,1
2016	2944	2,5	10,1
2017	3205	2,7	10,6
2018	3188	2,6	12,2
2019	3368	2,6 ¹¹	11,6

Fonte de dados: INE

Fonte: Pordata

Graficamente:

Figura 11 - Pessoal ao Serviço nas Empresas do Concelho de SMA



Fonte de dados: INE

Fonte: Pordata

¹¹ Ano de 2019 calculado com recurso a estatísticas relativas ao número de empresas não-financeiras presentes no concelho (1284 empresas).

Quadro 7 - Remuneração base média mensal, no concelho de SMA, dos trabalhadores do sexo masculino e feminino por conta de outrem: total e por setor de atividade económica

Setores de atividade económica	Anos	Masculino (€)	Feminino (€)	Varição da remuneração feminina face ao masculino (€)	Varição média da remuneração feminina face ao masculino por setor de atividade (€)
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	2015	614,5	587,5	-27	12,74
	2016	642,2	652,1	9,9	
	2017	643,2	644,4	1,2	
	2018	671	663,9	-7,1	
	2019	659,1	745,8	86,7	
Indústria, construção, energia e água	2015	707,1	663,6	-43,5	-39,68
	2016	726	684,8	-41,2	
	2017	741,4	703,9	-37,5	
	2018	769,6	738,9	-30,7	
	2019	837,4	791,9	-45,5	
Indústrias transformadoras	2015	735,3	663,6	-71,7	-65,12
	2016	748,1	686,4	-61,7	
	2017	762,2	704,7	-57,5	
	2018	803,3	739,9	-63,4	
	2019	867,9	796,6	-71,3	
Construção	2015	554,1	-	-	-16,85
	2016	581,2	596,7	15,5	
	2017	628,3	-	-	
	2018	625,3	-	-	
	2019	710	660,8	-49,2	
Serviços	2015	777	692,4	-84,6	-124,98
	2016	831,8	704,1	-127,7	
	2017	828,8	721,1	-107,7	
	2018	911,5	731,7	-179,8	
	2019	888,8	763,7	-125,1	
Total	2015	746,2	680,1	-66,1	-85,88
	2016	782,8	692,1	-90,7	
	2017	787,4	713,7	-73,7	
	2018	844,8	731,6	-113,2	
	2019	857,6	771,9	-85,7	

Fonte de dados: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Fonte: Pordata

Acima, é possível verificar a evolução da remuneração base média mensal¹² dos trabalhadores por conta de outrem no concelho de Sobral de Monte Agraço.

Relativamente aos dados disponíveis do ano mais recente, 2019, podemos observar que as mulheres obtinham uma remuneração base média mensal mais baixa no setor da construção (660,8€), ao passo que os homens recebiam menos no setor da Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca (659,1€). Por outro lado, o setor que se mostrava com remunerações base média mais elevadas para as mulheres era o Industria Transformadora (796,6 €), já os homens era o dos Serviços (888,8 €).

Adicionalmente, é possível verificar que as mulheres ganharam mais, comparativamente aos homens, em apenas 4 ocasiões. Não deixa de ser interessante que estas ocorrências pontuais, nos anos de 2016, 2017 e 2019, digam respeito aos dois setores que possuem as remunerações mais baixas: o setor da Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca e o da Construção.

Fazendo uma avaliação histórica e por setor, constata-se que a disparidade entre sexos é menor no setor da Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca. A variação média da remuneração feminina face à masculina, no período de referência¹³, é de +12,74€. Já o setor dos serviços é o que se mostra com maior disparidade no mesmo período, uma vez que a variação média da remuneração feminina face à masculina é de -124,98€.

Salienta-se, por fim, que a variação média da remuneração feminina total face à masculina é de -85,88€ no período de referência. Tendo 2018 como o ano em que a disparidade atingiu o seu ponto máximo, uma vez que as mulheres ganharam em média menos 113,2€ de remuneração base mensal que os homens

Outro indicador extremamente importante para discutir o emprego e a qualidade do mesmo é o ganho¹⁴ médio mensal. Atente-se no próximo quadro: o ganho médio mensal concelhio mostra-se, de uma forma consistente, abaixo da média nacional. Isso significará, porventura, que o tecido empresarial estará em fase de desenvolvimento e que a economia local está assente na produção de bens e/ou serviços de menor valor e

¹² A remuneração de base mensal ilíquida (antes de qualquer dedução de descontos) diz respeito ao montante que o trabalhador tem direito a receber todos os meses pelo horário normal de trabalho. O que exclui o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados, subsídio de natal e outras ausências pagas).

¹³ De 2015 a 2019

¹⁴ Ganho: Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas). (MetaInfo – INE)

em trabalho pouco qualificado e/ou especializado. Porém, pelo lado positivo, note-se que os valores do ganho médio mensal do concelho de Sobral de Monte Agraço estão a aproximar-se progressivamente da média nacional, apesar da flutuação no ano de 2019. Saliente-se, aliás, que a convergência relativamente à média nacional mostra-se a um ritmo mais elevado no concelho de Sobral de Monte Agraço, onde o ganho médio mensal sofreu uma variação positiva de 125,2€ desde o início do período de referência, ao passo que na Zona Oeste essa variação positiva foi de apenas 104,3€.

Quadro 8 - Ganho médio mensal (€) no Concelho SMA, Zona Oeste e Portugal

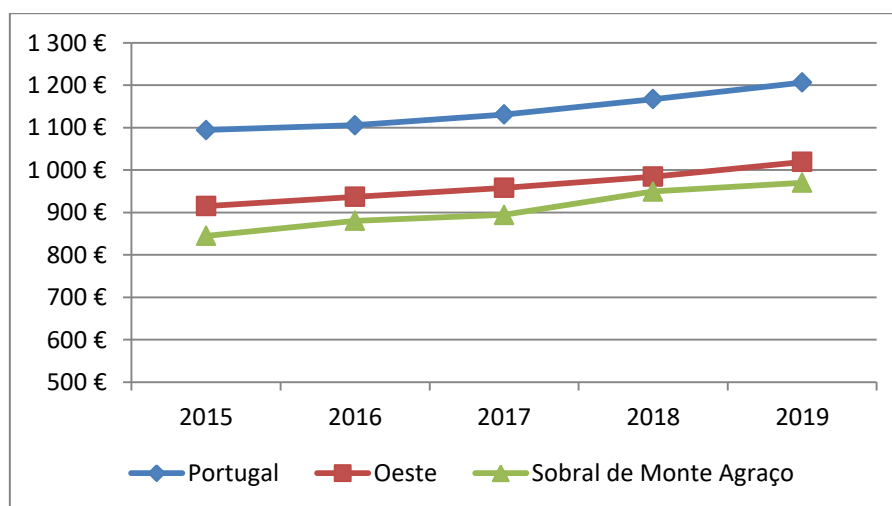
Período de referência dos dados	Portugal (€)	Oeste (€)	Sobral de Monte Agraço (€)	Varição do concelho face à média nacional (€)
2015	1094,1	915	845,1	-249
2016	1105,6	937,1	880,5	-225,1
2017	1130,8	958,2	894,2	-236,6
2018	1166,9	984,7	949,6	-217,3
2019	1206,3	1019,3	970,3	-236

Fonte de dados: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/GEP

Fonte: INE

Graficamente:

Figura 12 - Ganho médio mensal (€) no Concelho SMA, Zona Oeste e Portugal



Fonte de dados: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Fonte: INE

Importará ainda fazer uma análise do ganho médio mensal por sexo. Como é possível verificar abaixo, as mulheres têm um ganho médio mensal consideravelmente mais baixo que os homens. É possível verificar que a disparidade entre homens e mulheres é superior neste indicador quando comparado com a remuneração base, isto

porque expõe outro tipo de desigualdades de género que se abatem sobre as mulheres. A cristalização dos papéis tradicionais leva a que as mulheres sejam as principais dinamizadoras do bem-estar familiar e, conseqüentemente, as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado às crianças. Isto tem como consequência uma maior indisponibilidade para a sua entidade patronal¹⁵, principalmente se não tiverem uma rede de apoio quer seja institucional ou informal, através da família. Repare-se ainda que, apesar do ganho médio mensal das mulheres ter aumentado, a variação face aos homens também o tem feito, significando que a disparidade no final do período de referência é ainda mais evidente.

Quadro 9 - Ganho médio mensal (€) no concelho de Sobral de Monte Agraço, por sexo

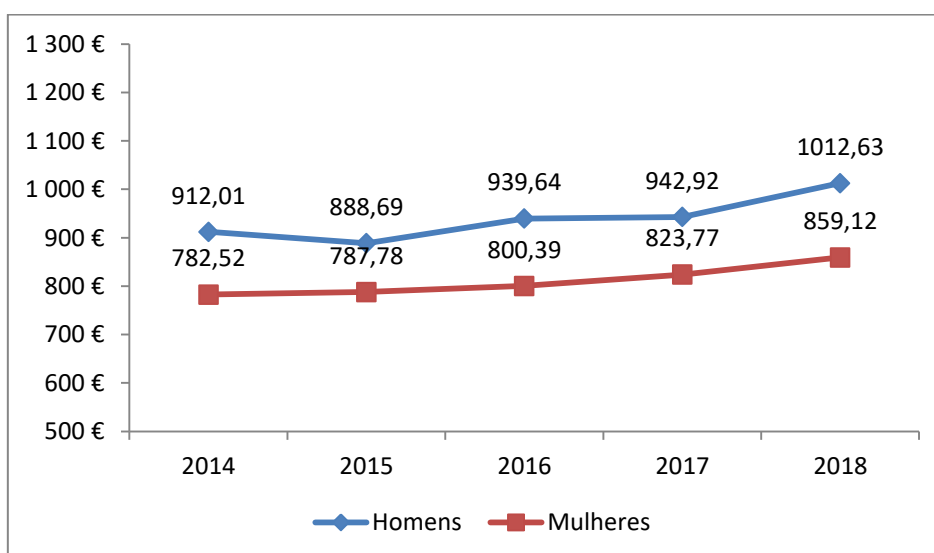
Período de referência dos dados	Homens (€)	Mulheres (€)	Varição do ganho médio mensal feminino face ao masculino (€)
2014	912,01	782,52	-129,49
2015	888,69	787,78	-100,91
2016	939,64	800,39	-139,25
2017	942,92	823,77	-119,15
2018	1012,63	859,12	-153,51

Fonte de dados: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Fonte: INE

Graficamente:

Figura 13 - Ganho médio mensal (€) no concelho de Sobral de Monte Agraço, por sexo



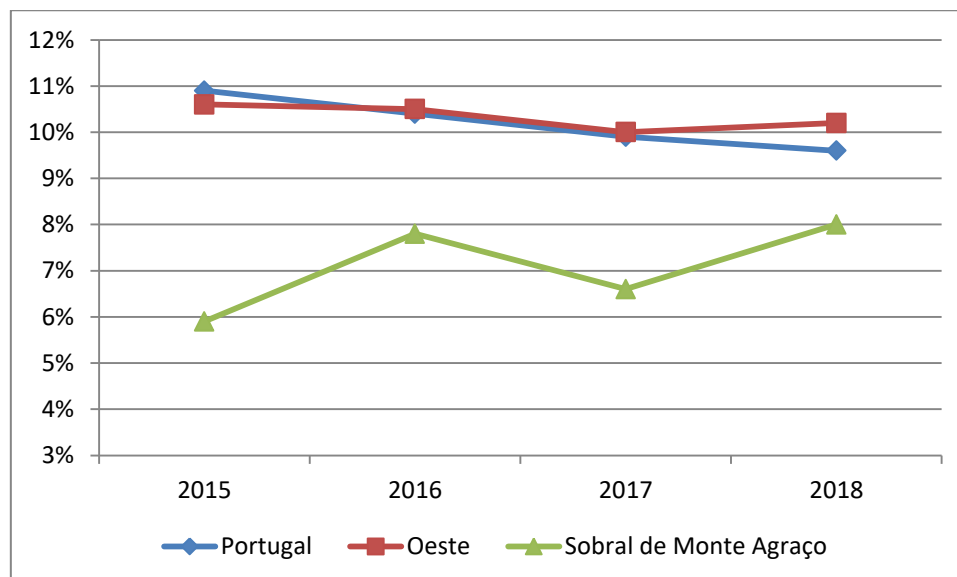
Fonte de dados: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Fonte: INE

¹⁵ Podemos referir aqui outros exemplos: a redução do subsídio de alimentação aquando da prestação de cuidados à família ou aos filhos ou a redução e cancelamentos de prémios de produtividade, caso tenha estado em período de gozo da licença parental.

Constate-se, por fim, quanto ao ganho médio mensal, que a disparidade entre sexos no concelho de Sobral de Monte Agraço é menor relativamente à média nacional ou da Zona Oeste. No entanto, veja-se o trabalho de Virgínia Ferreira (2010) em “*A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos: um percurso irregular*”. A autora demonstra que, de forma quase contraintuitiva, a disparidade salarial entre sexos é tão maior quanto mais especializado for o emprego e mais qualificada for a mulher. Deste modo, lendo os dados de forma pragmática e tendo em conta argumentos esgrimidos anteriormente, a baixa disparidade do ganho médio mensal entre sexos no concelho, ainda que positiva, porventura apontará para pistas de que a economia local está em processo de desenvolvimento e ainda assente em trabalhos pouco diferenciados e/ou qualificados.

Figura 14 - Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal



Fonte de dados: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Fonte: INE

3.2.2. Proteção em situação de desemprego¹⁶

Primeiramente importa salientar que o IEFP entende como desempregados os indivíduos que não têm um emprego e que estão imediatamente disponíveis para trabalhar. Os dados relativos a esta temática refletirão esse facto.

Os números do desemprego no concelho de Sobral de Monte Agraço, como se verifica no seguinte quadro, têm descido paulatinamente desde 2017. Esta tendência, que

¹⁶ Nos dados apresentados neste ponto, janeiro será o mês de referência para cada ano. Relativamente a 2021, discriminou-se os meses para que se possa verificar os efeitos continuados da pandemia COVID-19 nos números do desemprego.

se mostrava perene, só foi contrariada pela chegada da pandemia de COVID-19. De igual modo, é importante salientar que existe uma feminização do desemprego no concelho de Sobral de Monte Agraço, salvo raras flutuações.

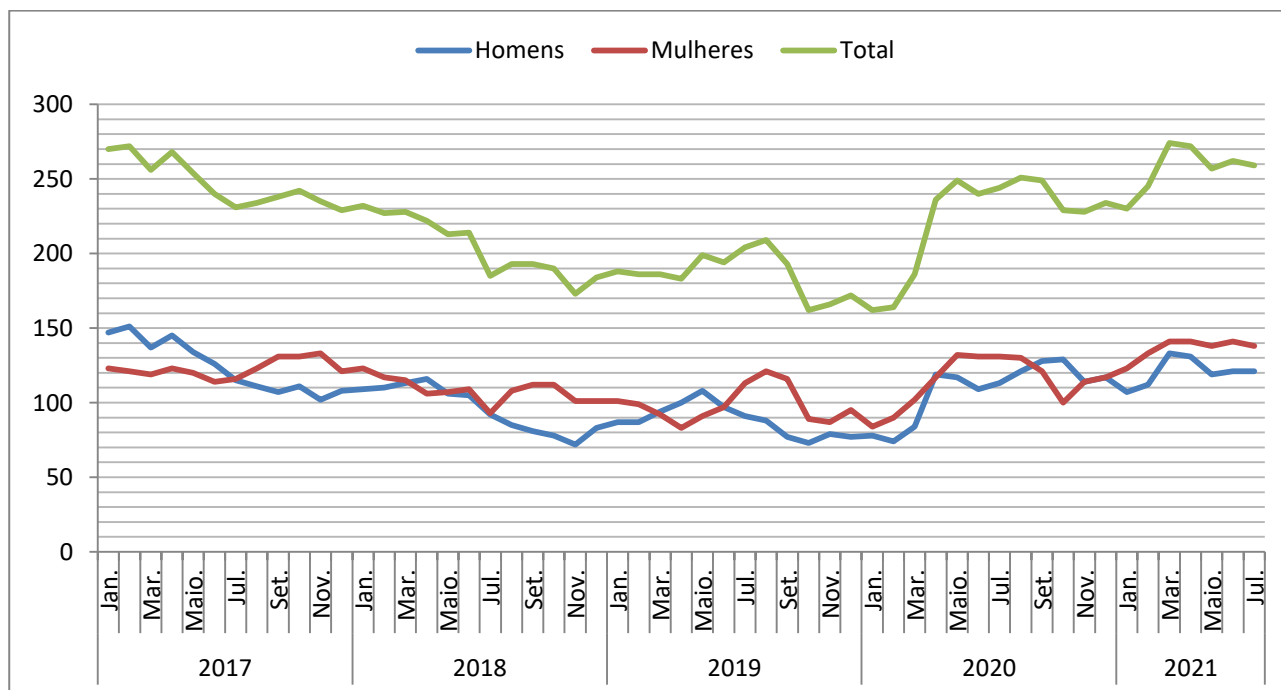
Quadro 10 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por sexo, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego

Ano	Sexo		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total	
	Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego		
2017	147	123	158	112	19	251	270	
2018	109	123	133	99	14	218	232	
2019	87	101	116	72	11	177	188	
2020	78	84	115	47	13	149	162	
2021	Jan.	107	123	150	80	16	214	230
	Fev.	112	133	161	84	14	231	245
	Mar.	133	141	178	96	17	257	274
	Abril.	131	141	177	95	17	255	272
	Mai.	119	138	153	104	14	243	257
	Jun.	121	141	162	100	17	245	262
	Jul.	121	138	160	99	17	242	259

Fonte: IEFP

Graficamente:

Figura 15 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por sexo e total



Fonte: IEFP

Na população desempregada é possível verificar uma representação mais expressiva da faixa etária dos 35-54 anos. Importa, no entanto, salientar que isto se deve à composição da população em idade ativa no concelho. Esclarece-se que os indivíduos nesta faixa etária representam cerca de metade dos que trabalham ou que, estando em situação de desemprego, estão disponíveis para trabalhar, estando assim economicamente ativos.

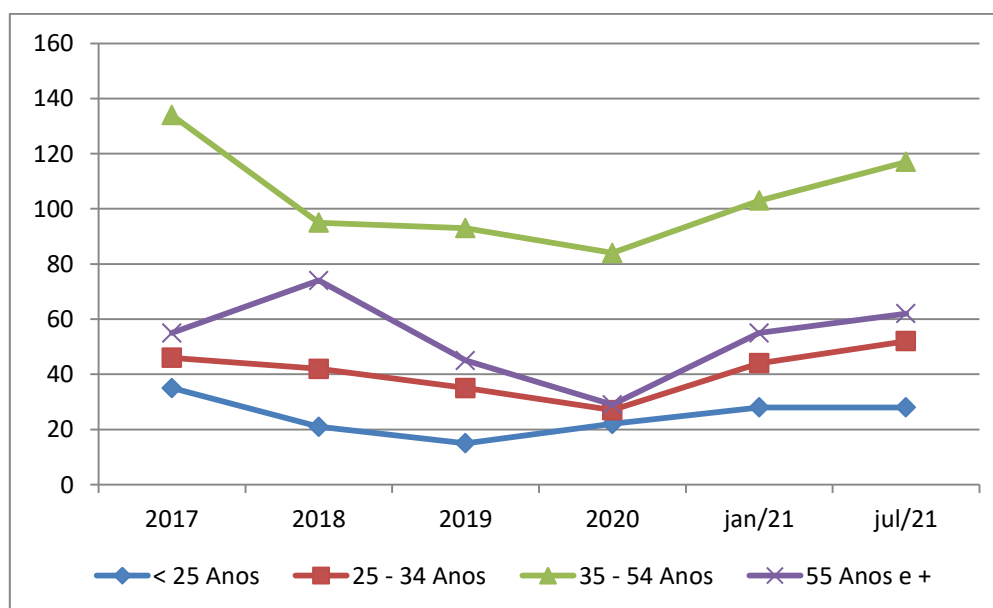
Quadro 11 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por grupo etário

Ano	Grupo Etário	Grupo Etário	Grupo Etário	Grupo Etário	Total	
	< 25 Anos	25 - 34 Anos	35 - 54 Anos	55 Anos e +		
2017	35	46	134	55	270	
2018	21	42	95	74	232	
2019	15	35	93	45	188	
2020	22	27	84	29	162	
2021	Jan.	28	44	103	55	230
	Fev.	33	51	105	56	245
	Mar.	38	60	117	59	274
	Abril.	36	64	111	61	272
	Mai.	29	54	118	56	257
	Jun.	31	54	119	58	262
	Jul.	28	52	117	62	259

Fonte: IEFP

Graficamente:

Figura 16 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por grupo etário

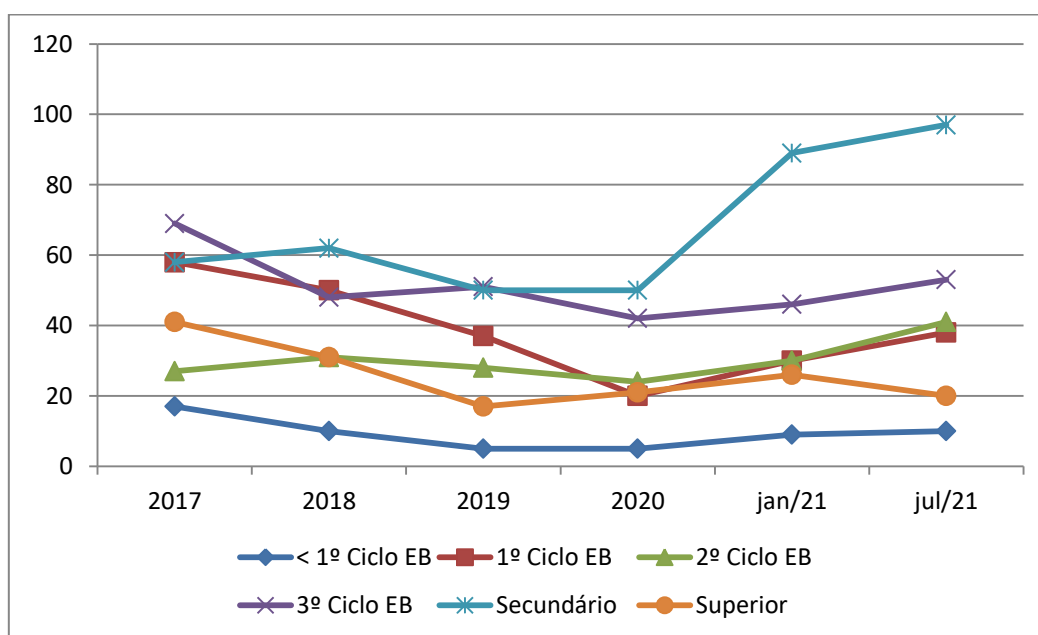


Fonte: IEFP

Com os impactos da pandemia de COVID-19, todos os níveis de escolaridade demonstraram uma subida nos números do desemprego, com exceção dos detentores de educação superior, que parecem mostrar sinais de regresso ao mercado de trabalho já no ano de 2021. A subida do número de desempregados foi particularmente expressiva nos desempregados detentores do nível do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário.

Note-se, por fim, que os dados da figura abaixo estão também dependentes da composição etária da população ativa. Quer isto dizer que, desde 2017, o decréscimo de população desempregada, detentora do 1º ciclo do ensino básico, dever-se-á a franjas da população mais envelhecidas que, progressivamente, deixam a população ativa ao entrar na idade da reforma. Além disso, os níveis de escolaridade com uma representação mais vincada, estão tipicamente associados à faixa etária 35-54 anos que, como foi possível observar anteriormente, é a que tem maior peso na distribuição.

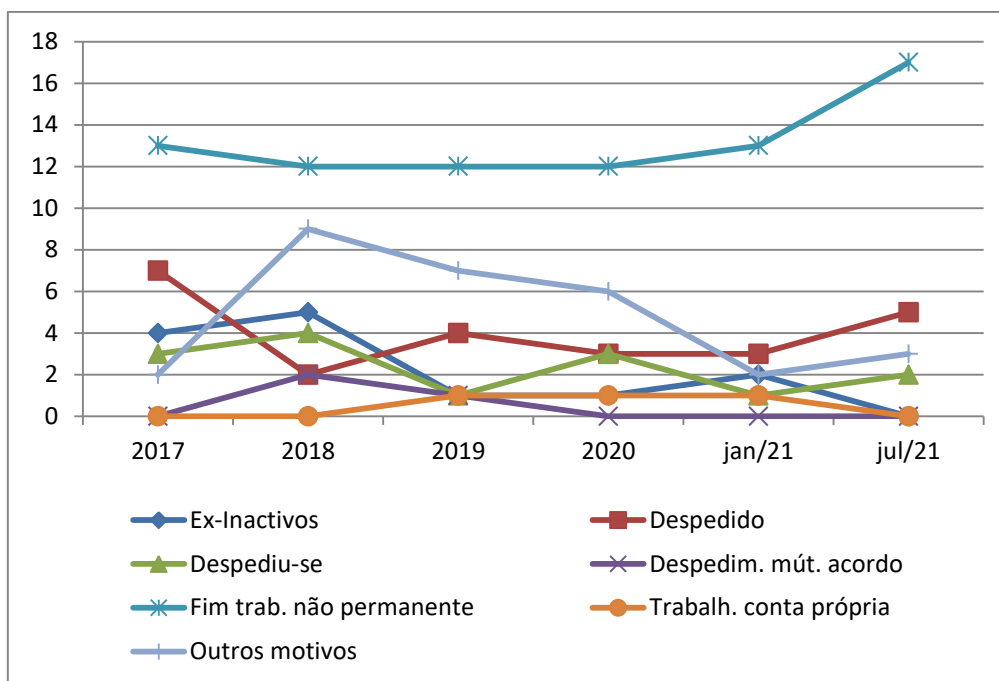
Figura 17 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por escolaridade



Fonte: IEFP

No que toca à população desempregada, importa salientar que o final dos contratos de trabalho não permanentes é, historicamente, o principal motivo de inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional. Note-se ainda os efeitos da pandemia nesta variável: é possível verificar um aumento significativo do número de desempregados que possuem este motivo para inscrição no IEFP.

Figura 18 - Residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço inscritos como desempregados no IEFP, por motivo de inscrição



Fonte: IEFP

Constate-se, no seguinte quadro, a duração média e o valor médio do subsídio de desemprego concedido aos residentes no concelho. Efetivamente, é possível verificar um decréscimo da duração média do subsídio de desemprego. Porém, este decréscimo pode ser explicado por uma economia mais dinâmica, durante o período de referência, que absorveu rapidamente a força de trabalho. Ainda no que toca a estes dados, é necessário salientar que as mulheres veem ser-lhes concedidos valores de subsídio de desemprego mais baixos que os homens, mesmo em situações de desemprego mais prolongadas que o sexo masculino, como é o caso de 2019. Isto deve-se sobretudo ao cálculo do subsídio de desemprego, que é igual a 65% da remuneração de referência¹⁷. Isto significa, portanto, que as desigualdades de género extravasam o mercado de trabalho, onde se fazem sentir no âmbito das disparidades salariais entre homens e mulheres, e continuam em situações de desemprego onde as mulheres estão mais desprotegidas, pois, como vimos anteriormente, o concelho de Sobral de Monte Agraço sofre de uma feminização do desemprego.

¹⁷ A remuneração de referência (R/360) é o valor que resulta da seguinte operação: A soma das remunerações declaradas à Segurança Social dos primeiros 12 meses civis dos últimos 14, a contar do mês anterior ao da data do desemprego, incluindo os subsídios de férias e de Natal, a dividir por 360.

Quadro 12 - Duração média e valores médios do subsídio de desemprego concedido aos residentes no concelho de SMA, por sexo

Período de referência	HM		H		M	
	Dias	€	Dias	€	Dias	€
2015	198	3222	200	3458	196	2987
2016	190	3094	191	3360	189	2846
2017	165	2781	170	3192	161	2421
2018	171	3010	177	3539	167	2622
2019	179	3071	177	3280	180	2931

Fonte: INE

3.2.3. Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é um apoio atribuído pelo Instituto da Segurança Social e que tem como objetivo proteger pessoas que se encontrem em situações de pobreza extrema.

O RSI tem como pressuposto a atribuição de uma prestação em dinheiro para satisfação das necessidades básicas, bem como a integração num programa de inserção onde se estabelece um conjunto de ações de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros. (Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P., 2021b)

É possível constatar abaixo um aumento abrupto do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção a propósito da pandemia de COVID-19, especialmente se tivermos em conta que os dados do ano de 2021 apenas dizem respeito ao primeiro semestre do ano.

Note-se que no concelho de Sobral de Monte Agraço existe uma masculinização histórica dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Contudo, nos últimos dois anos, essa tendência tem vindo a ser invertida, ao passo que também se volta a fazer sentir uma feminização no desemprego concelhio.

Quanto aos beneficiários por grupo etário, é possível verificar que o que tem mais peso é também o grupo que sofre de uma sobrerrepresentação nos dados do desemprego concelhio, a população que tem entre os 40-54 anos. Os dados disponíveis a propósito do RSI, em portais como o INE e Pordata, deixavam transparecer um elevado número de beneficiários com menos de 25 anos. Contudo, os dados do Instituto da Segurança Social, a propósito do ano de 2021, vieram expor a problemática da pobreza

infantil¹⁸ concelhia. De salientar que 32,48% dos beneficiários do RSI no concelho de Sobral de Monte Agraço, durante o primeiro semestre de 2021, tinham menos de 18 anos. Isto significa, portanto, que 1 em cada 3 beneficiários é uma criança ou jovem. No caso pobreza infantil, as prestações sociais como esta mostram-se particularmente valiosas, uma vez que o RSI terá um papel fundamental para que a criança possa exercer os seus direitos e aplacar a desigualdade de oportunidades que sofrem para que, deste modo, possam atingir o seu máximo potencial.

Quadro 13 - Beneficiários/as dos Rendimento Social de Inserção no concelho de SMA por Sexo e Faixa Etária

Ano	Total	Sexo				Idade							
		H		M		Menos de 25 anos		25-39 anos		40-54 anos		55 e mais anos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2017	82	49	59,76	33	40,24	25	30,49	14	17,07	23	28,05	20	24,39
2018	105	60	57,14	45	42,86	41	39,05	16	15,24	28	26,67	20	19,05
2019	94	51	54,26	43	45,74	34	36,17	11	11,7	31	32,98	18	19,15
2020	105	50	47,62	55	52,38	38	36,19	20	19,05	31	29,52	16	15,24
2021 ¹⁹	117	52	44,44	65	55,56	Menos de 18 anos		18-34 anos		35-64 anos		65 e mais anos	
						38	32,48	24	20,51	50	42,74	5	4,27

Fontes: Pordata e ISS, I.P.

3.2.4. Subsídio parental inicial

O subsídio parental inicial é atribuído pelo Instituto da Segurança Social ao pai e/ou à mãe ou a outro titular do direito de parentalidade, durante o período em que não trabalham após o nascimento do filho/a. Esse pode ir até 120 ou 150 dias seguidos, de acordo com a opção dos pais, sem prejuízo dos direitos da mãe²⁰ e do pai²¹. De salientar que o período entre os 120 dias e os 150 dias pode ser gozado em simultâneo pelo pai e pela mãe.

Ao período de 120 ou 150 dias podem ser acrescidos 30 dias nas situações de:

¹⁸ A pobreza infantil significa que uma criança cresce numa família de baixos rendimentos, metendo em causa o seu acesso à educação, saúde, cultura, habitação condigna, etc.

¹⁹ Dados relativos ao primeiro semestre de 2021, cedidos pelo ISS, I.P.

²⁰ “O subsídio parental inicial exclusivo da mãe é um apoio em dinheiro concedido à mãe por um período facultativo até 30 dias antes do parto e seis semanas obrigatórias (42 dias) após o parto.” (Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P., 2021c)

²¹ “O subsídio parental inicial exclusivo da mãe é um apoio em dinheiro concedido à mãe por um período facultativo até 30 dias antes do parto e seis semanas obrigatórias (42 dias) após o parto. O pai, se quiser, tem direito a mais cinco dias úteis, seguidos ou não, devendo gozá-los em simultâneo com a licença parental inicial da mãe.” (Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P., 2021c)

- Partilha da licença, se cada um dos pais gozar, em exclusivo, um período de 30 dias seguidos ou dois períodos de 15 dias seguidos, após o período obrigatório da mãe (42 dias);
- Nascimento de gémeos além do primeiro, ou seja, por cada gémeo nascido com vida, além do primeiro, acresce um período de 30 dias seguidos. (Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P., 2021c)

O seguinte quadro mostra uma tendência, apesar de algumas flutuações, nomeadamente 2017 e 2020, no aumento do número de beneficiários do subsídio parental inicial. Com o aumento do número de beneficiários deu-se, consequentemente, o aumento do número de dias e valores processados.

De destacar ainda o aumento do número de dias processados para beneficiários do sexo masculino, apesar de duas variações negativas. Estes números revelam um maior envolvimento dos homens sobralenses na vida familiar e na partilha dos deveres de cuidar e educar.

Quadro 14 - Beneficiários do Subsídio Parental Inicial no concelho de SMA

Ano	Dias processados (Nº)			Beneficiárias/os (Nº)			Valores processados (milhares de euros)		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
2016	11 907	2 620	9 287	169	82	87	307	93	214
2017	11 120	2 226	8 894	164	77	87	273	77	196
2018	12 928	2 472	10 456	181	84	97	330	82	248
2019	13 292	3 020	10 272	176	83	93	336	109	228
2020	12007	2 853	9 154	-	-	-	-	-	-

Fontes: INE

Observando os dados infra, é possível verificar que, com exceção do ano de 2018, a relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe é superior no concelho de Sobral de Monte Agraço, relativamente à média nacional. Isto implica, tal como referido anteriormente, uma presença mais forte por parte dos homens no seio familiar logo após o nascimento dos seus filhos. Estes são, indubitavelmente, dados estatísticos animadores, uma vez que destapam uma possível reconfiguração dos papéis tradicionais no seio familiar.

Quadro 15 - Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal (%)

Ano	Portugal (%)	Oeste (%)	Sobral de Monte Agraço (%)
2015	18,98	18,26	22,39
2016	21,65	21,54	28,21
2017	23,44	22,64	25,03
2018	24,54	24,07	23,64
2019	25,46	25,27	29,40

Fontes: INE

3.2.5. Subsídio por assistência de 3ª pessoa

O subsídio por assistência de 3ª pessoa, segundo o Instituto da Segurança Social, trata-se de uma prestação mensal em dinheiro para compensar famílias que possuam filhos a receber o abono de família com bonificação para a deficiência, que estejam em situação de dependência e necessitem do acompanhamento permanente de uma 3ª pessoa. (Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P., 2021d)

Quadro 16 - Subsídio por assistência de 3ª pessoa, por beneficiários, dependentes e valores processados

Ano	Beneficiárias/os ²²	Descendentes ou equiparadas/os	Valor processado (milhares de euros)
	N.º		
2015	13	13	12
2016	10	10	12
2017	9	9	11
2018	10	10	13
2019	12	12	15

Fontes: INE

3.2.6. Abono de família para crianças e jovens

O abono de família para crianças e jovens trata-se de um apoio em dinheiro, concedido pelo Instituto da Segurança social, e pago mensalmente para ajudar as famílias no sustento e na educação das crianças e jovens.

Além das crianças e jovens institucionalizados, têm direito a pedir o abono de família crianças e jovens²³ residentes em Portugal - ou equiparados a residentes – cujas

²² “A pessoa que tem a criança ou jovem portador de deficiência a seu cargo desconta para a Segurança Social ou qualquer outro regime de proteção social.” (Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P., 2021d)

²³ Que não trabalhem, exceto se o trabalho for prestado ao abrigo de contrato de trabalho em período de férias escolares.

famílias tenham um rendimento de referência abaixo do valor limite²⁴ e que não tenham património mobiliário (contas bancárias, ações, obrigações) de valor superior a 105.314,40€ à data do requerimento.

As crianças e jovens têm direito ao abono de família até aos 16 anos. A partir dessa idade só têm direito a receber tal apoio caso continuem a estudar e/ou se forem portadores de deficiência. (Departamento de Prestações e Contribuições; ISS,I.P., 2021a)

No quadro abaixo, não é possível verificar alterações significativas ao longo dos anos no que toca ao número de beneficiários e descendentes ou equiparados. Quanto aos valores processados, é possível verificar um aumento significativo desde o início do período de referência. Isto poderá significar uma ligeira reconfiguração dos beneficiários do abono de família²⁵ ou dirá apenas respeito às atualizações anuais dos valores das prestações familiares.

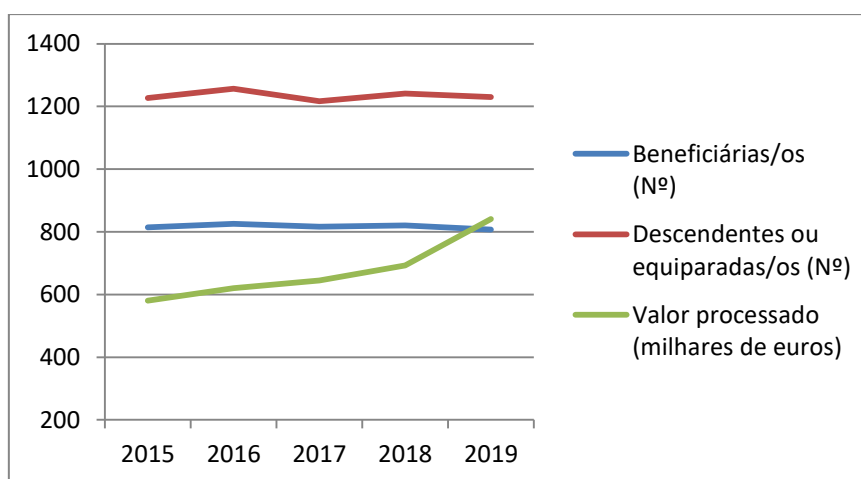
Quadro 17 - Abono de família no concelho de SMA, por beneficiários, descendentes ou equiparados e valor processado

Ano	Beneficiárias/os (Nº)	Descendentes ou equiparadas/os (Nº)	Valor processado (milhares de euros)
2015	814	1 227	580
2016	826	1 257	620
2017	816	1 217	645
2018	820	1 241	693
2019	807	1 230	841

Fontes: INE

Graficamente:

Figura 19 - Abono de família no concelho de SMA, por beneficiários, descendentes ou equiparados e valor processado



Fontes: INE

²⁴ Os requerimentos de 2021 terão por base o valor limite de 2020 que dizia respeito a 2,5xIASx14. Mais concretamente 15.358,35€.

²⁵ Existem majorações de apoio para famílias monoparentais e famílias numerosas

3.2.7. Outros Apoios

Os apoios que se seguem visam aplacar situações de extrema vulnerabilidade económica e social no concelho de Sobral de Monte Agraço. Estes apoios, que podem ser considerados de última linha - e que são levados a cabo pela Câmara Municipal -, diferem dos apoios já mencionados, dado que não são de cariz monetário, mas antes de distribuição de géneros alimentares.

3.2.7.1. Programa Operacional de Apoio Às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)²⁶

A Câmara Municipal de Sobral Monte Agraço apoia mensalmente, em géneros alimentares, 38 agregados familiares, o que corresponde a 91 pessoas, sendo que 40 são crianças, através do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas - 2ª Fase – 2019-2023.

Surgido na sequência de programas anteriores, designadamente o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar (PCAAC) e o Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC), trata-se de um programa que

[...] visa, com a sua atividade, diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, reforçando as respostas das políticas públicas existentes. Considerando que as principais causas são estruturais, mas agravadas por fatores conjunturais, o Programa foi desenhado (tendo como foco os referidos objetivos) numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão. (POAPMC, 2020)

44

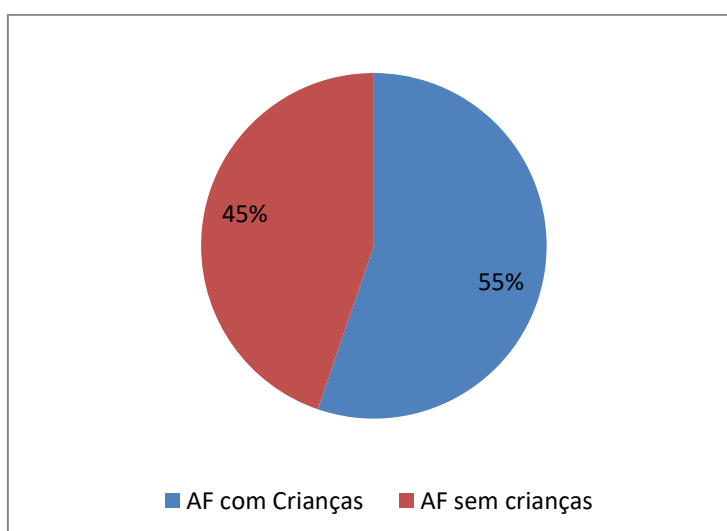
Com o objetivo de operacionalizar a distribuição de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade, no âmbito da Medida 1., “*Aquisição e distribuição de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade*”, foi estabelecido um protocolo de parceria entre a Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães (Torres Vedras), enquanto entidade coordenadora e 8 entidades mediadoras, a saber: Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras; Centro Paroquial Santo António de Campelos; Centro Comunitário de Torres Vedras; Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da

²⁶ Dados de 28-02-2021

Luz; Associação de Socorros da Freguesia de Dois Portos; Casa do Povo da Freiria; Casa do Povo da Freguesia do Ramalhal e Município de Sobral de Monte Agraço. Cabe, pois, ao Município de SMA, em parceria com a entidade coordenadora, o desenvolvimento da ação supra mencionada, com o objetivo de distribuir às pessoas carenciadas do território concelhio géneros alimentares, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social.

Abaixo, é possível verificar que este programa afeta positivamente, na sua maioria, agregados familiares com crianças na sua composição. Isto traduz-se, deste modo, no apoio a 40 crianças.

Figura 20 - Agregados familiares beneficiários de POAPMC



Fontes: Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço – Unidade de Educação e Ação Social

3.2.7.2. Sobral SOS Alimentar

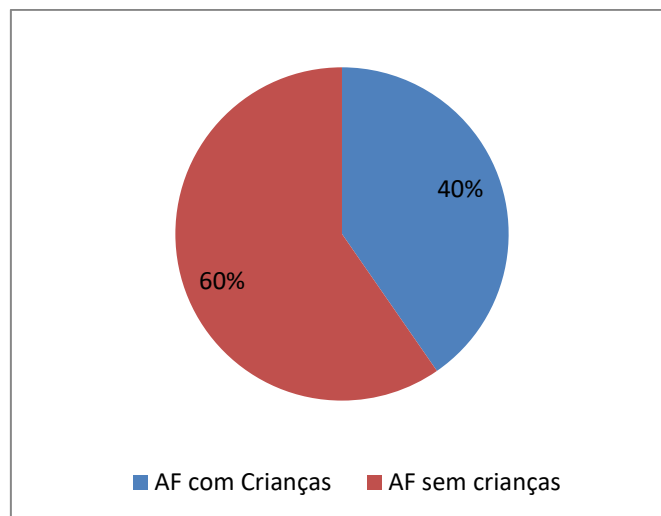
Sobral SOS Alimentar é um projeto de apoio alimentar que visa responder às situações de vulnerabilidade económica e exclusão social no concelho de Sobral Monte Agraço, em particular durante a situação de pandémica.

Este projeto, fruto de um trabalho de parceria, é promovido e dinamizado pelo Município, Agrupamento de Escuteiros 272 de Sobral de Monte Agraço, Conferência S. Vicente de Paulo e Associação Voa – Inclusão para a Deficiência.

Esta medida é dirigida aos munícipes que se encontram em situação de dependência social e financeira, agravada pela situação epidemiológica, nomeadamente, baixos rendimentos devido a situação de desemprego, *lay-off*, entre outras.

O programa *Sobral SOS Alimentar* teve e tem um impacto positivo em 57 famílias, sendo que 23 dessas (40%) possuem crianças na sua composição.

Figura 21 - Agregados familiares beneficiários do Sobral SOS Alimentar



Fontes: Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço – Unidade de Educação e Ação Social

Do total de famílias beneficiárias, é possível verificar que o *Sobral SOS Alimentar* ajudou a alimentar 154 pessoas, sendo 41 dessas crianças. Poder-se-á dizer que este programa de apoio alimentar em contexto de pandemia tem sido de extrema importância para a infância e juventude concelhia, dado que 1 em cada 4 beneficiários trata-se de uma criança/jovem.

Quadro 18 - Beneficiários do Sobral SOS Alimentar

N.º de Crianças	N.º de Adultos	N.º total de pessoas
41	113	154

Fontes: Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço – Unidade de Educação e Ação Social

3.2.8. Saúde e acesso aos cuidados de saúde

No que diz respeito ao acesso aos cuidados de saúde importará discutir o acesso à saúde oral, dado que se trata de uma área da medicina de acesso eminentemente privado. Sendo que o Estado não consegue dar uma resposta satisfatória através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), atribuiu Cheques-Dentistas a franjas da população mais desprotegidas e que necessitarão de maiores cuidados no que toca à saúde oral.

O Cheque-Dentista é, portanto, uma guia que dá acesso, de forma gratuita, a um conjunto de cuidados de medicina dentária em clínicas privadas de saúde. De entre as diversas populações abrangidas, estão as crianças e jovens até aos 18 anos. Os cheques são atribuídos tendo em conta a idade pediátrica das crianças, sendo que tipicamente

todas as crianças de 7, 10 e 13 anos²⁷, independentemente da escola ou instituição que frequentem, têm acesso ao cheque-dentista emitido no centro de saúde da área da escola. De salientar ainda que à consulta de higiene oral podem aceder as crianças com 4, 7, 10, e 13 anos. (SNS 24, 2021)

Relativamente à realidade concelhia, é possível verificar que no último ano letivo foram atribuídos e emitidos 310 cheques-dentista às crianças e jovens que residem no concelho de Sobral de Monte Agraço.

De salientar, por fim, que no concelho de Sobral de Monte Agraço os cheques podem ser utilizados em 3 diferentes clínicas, onde existem 5 médicos dentistas aderentes ao Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral

Quadro 19 - Atribuição e Emissão de Cheques-Dentista no ano letivo de 2020-2021

Cheques-Dentista			
7 Anos	10 Anos	13 Anos	Total
83	121	106	310

Fontes: ACES Oeste Sul

A propósito de momentos de doença, as crianças revelam que os pais as levam ao médico e que os médicos têm a preocupação de lhes explicar o que devem fazer para ficar melhor ou como tomar a medicação. No entanto a maioria das crianças manifesta que nem sempre entende o que lhes é explicado. (Ex: “Quando eu estou doente os meus pais levam me ao hospital, e eu acho que todas as pessoas têm esse direito, embora existam pessoas que não consigam aceder a um médico.”; “Os meus pais preocupam-se com a minha saúde e levam-me ao médico.”)

Quadro 20 - Atitudes das crianças perante a sua saúde

Afirmção	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade ou não acontece	Não sei	Total
Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, ao leva(m)-me médico/a.	170	26	4	3	203
Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.	155	32	6	10	203
Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica.	77	117	4	5	203

Fonte: Inquérito de diagnóstico às Crianças

²⁷ De salientar que as crianças em idade intermédia também têm acesso a CD, desde que tenham usado o cheque corresponde à sua idade pediátrica.

3.2.9. Mortalidade infantil

Quanto a esta temática, importará, em primeiro lugar, esclarecer o que se entende por mortalidade infantil. Segundo o Instituto Nacional de Estatística – e designação que será utilizada neste documento -, trata-se do óbito de uma criança nascida viva e que tenha falecido com menos de um ano.

O quadro abaixo expressa, então, a taxa quinquenal de mortalidade infantil²⁸ e fá-lo em permilagem²⁹ para que se possam comparar diferentes realidades e dimensões.

Repare-se que a taxa quinquenal da mortalidade infantil no concelho de Sobral de Monte Agraço mostra-se abaixo da média nacional desde 2001, com apenas um período de exceção. Note-se, por fim, que no período de 2011 a 2015 não houve qualquer registo de mortes em crianças com menos de um ano, apesar de, segundo dados do INE, terem nascido 431 crianças nesse mesmo período.

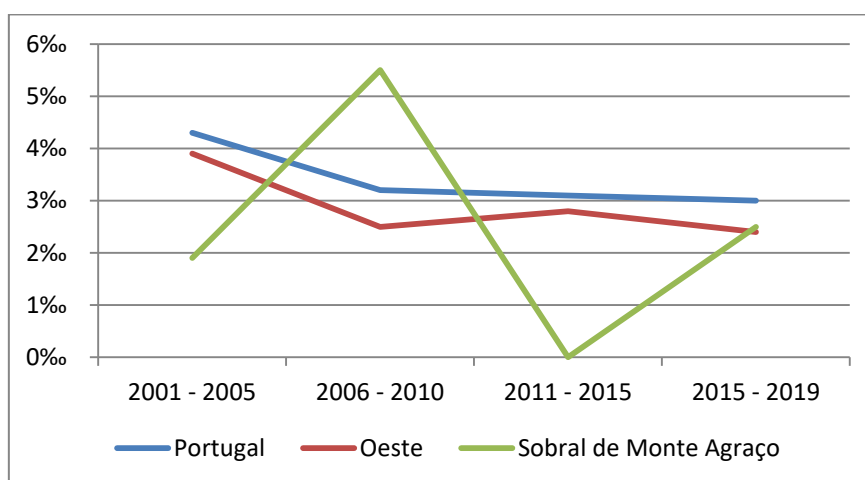
Quadro 21 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal

Período de referência dos dados	Portugal (‰)	Oeste (‰)	Sobral de Monte Agraço (‰)
2001 - 2005	4,3	3,9	1,9
2006 - 2010	3,2	2,5	5,5
2011 - 2015	3,1	2,8	0
2015 - 2019	3	2,4	2,5

Fontes: INE

Graficamente

Figura 22 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal



Fontes: INE

²⁸ Somatório dos óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade num período relativo a cinco anos.

²⁹ Proporção calculada em relação a uma grandeza de mil unidades.

3.2.10. Habitação

Os alojamentos, por forma de ocupação, não sofreram, durante o período intercensitário, uma alteração de monta na sua composição. Salienta-se, no entanto, que houve um aumento significativo no número de alojamentos no concelho, o que se traduziu num aumento de todas as formas de ocupação.

Os dados preliminares dos Censos de 2021 mostram um aumento dos alojamentos no concelho de Sobral de Monte Agraço. Note-se, no entanto, que houve um abrandamento significativo relativamente ao período intercensitário anterior.

Quadro 22 - Alojamentos por Forma de Ocupação

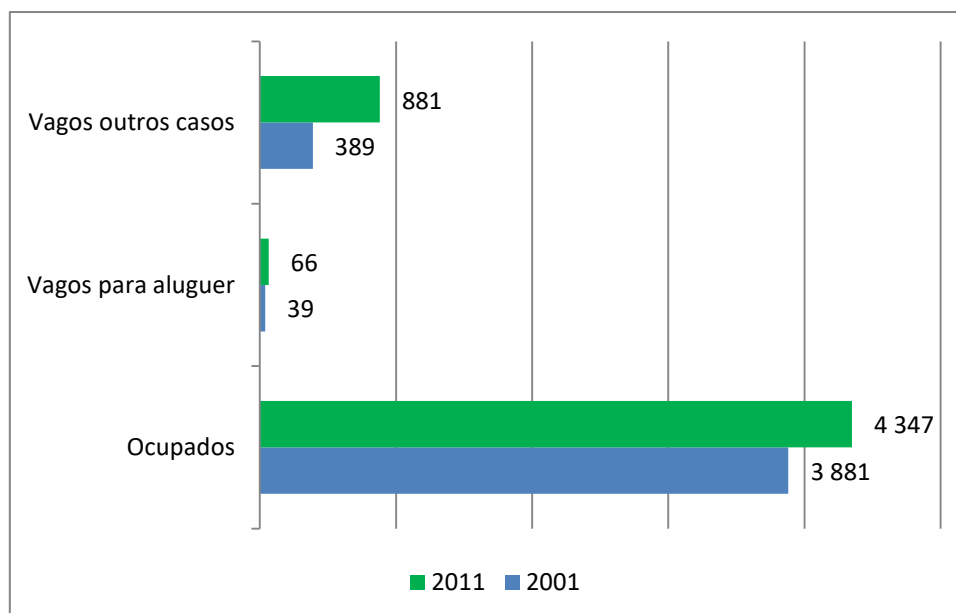
Forma de Ocupação	2001	2011	2021 ³⁰
Ocupados	3 881	4 347	-
Vagos para aluguer	39	66	-
Vagos outros casos	389	881	-
Total	4 309	5 294	5458

Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da Habitação

Fonte: Pordata

Graficamente:

Figura 23 - Alojamentos por Forma de Ocupação



Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da Habitação

Fonte: Pordata

³⁰ Dados Preliminares dos Censos 2021

Em Sobral de Monte Agraço, os ocupantes dos alojamentos são essencialmente os seus proprietários. Essa tendência acentuou-se ainda mais no período intercensitário. Os inquéritos por questionário, aplicados à população no âmbito do Diagnóstico Social ao concelho, vêm também confirmar esta tendência, uma vez que 118 dos inquiridos³¹ declararam viver em alojamento próprio.

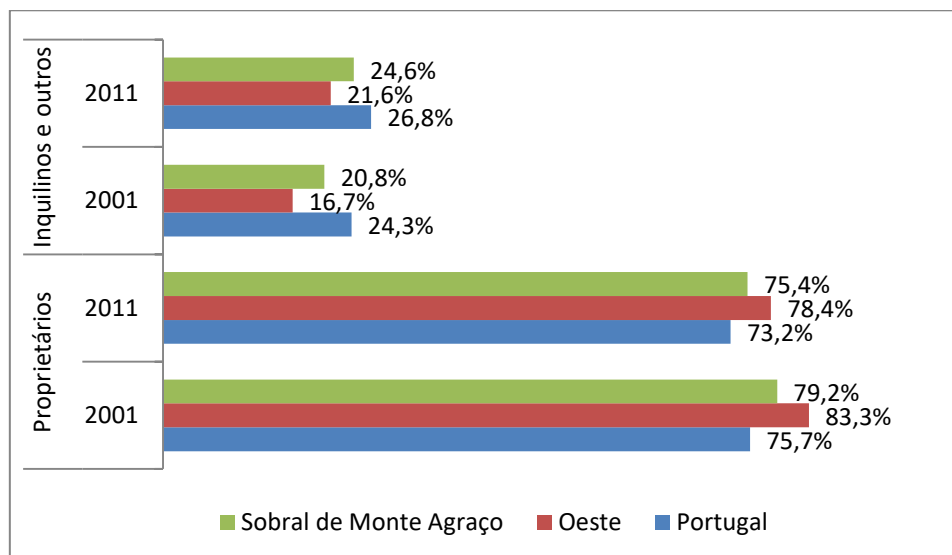
Quadro 23 - Alojamentos no Concelho de SMA, por Ocupantes

Ocupantes	2001	2011
Proprietários	2 539	2 884
Inquilinos e outros	668	943
Total	3 207	3 827

Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da Habitação
Fonte: Pordata

Comparando a realidade concelhia com o resto do país, poderemos verificar que, historicamente, o peso dos proprietários como ocupantes dos alojamentos é maior no concelho do que no resto do país. Como tal, no que toca a inquilinos e outros tipos de ocupantes, o concelho mostrou números abaixo da média nacional.

Figura 24 - Alojamentos no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por Ocupantes (%)



Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da Habitação
Fonte: Pordata

No período intercensitário assistiu-se a uma convergência das tendências concelhias e nacionais. O número médio de residentes por alojamento diminuiu em

³¹ Foram realizados 143 inquéritos

ambas as escalas, passando a haver 2,6 residente por cada alojamento. Este emagrecimento, relativamente aos censos de 2001, deve-se sobretudo ao crescente número de indivíduos que vivem sozinhos, à evolução negativa da natalidade em Portugal e à destruturação das famílias, levando ao crescimento do fenómeno das famílias monoparentais.

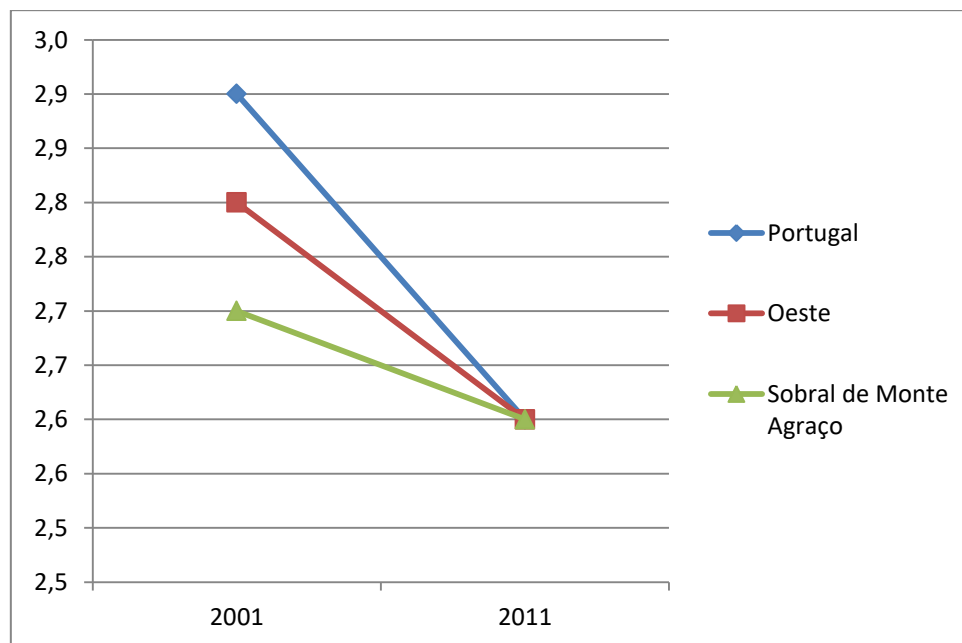
Quadro 24 - Número Médio de Residentes nos Alojamentos no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal

	2001	2011
Portugal	2,9	2,6
Oeste	2,8	2,6
Sobral de Monte Agraço	2,7	2,6

Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da Habitação
 Fonte: Pordata

Graficamente:

Figura 25 - Número Médio de Residentes nos Alojamentos no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal



Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da Habitação
 Fonte: Pordata

No quadro abaixo, é possível verificar o encarecimento das rendas no concelho de Sobral de Monte Agraço no período intercensitário. Importa destacar um crescimento abrupto (397%) no escalão das rendas com valor de 300€ - 399,99€.

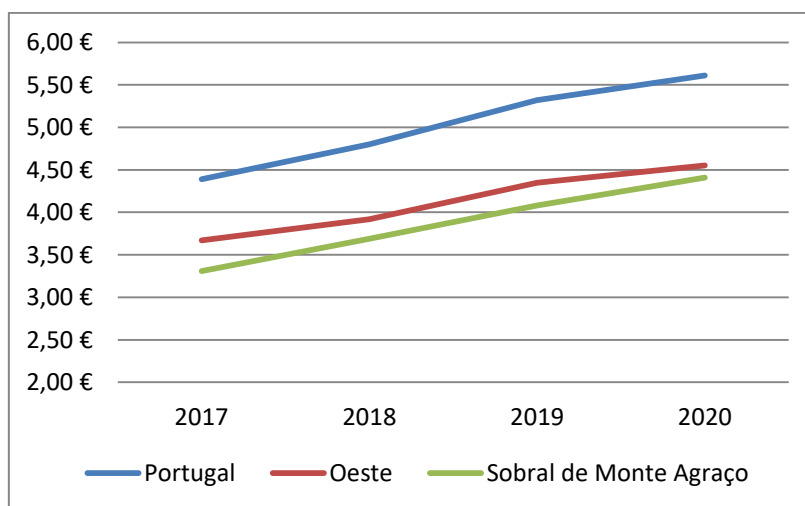
Quadro 25 - Alojamentos no Concelho de SMA, por Escalões de Renda

Escalões de renda	2001	2011
Menos de 100€	250	103
100€ - 199,99€	95	76
200€ - 299,99€	111	206
300€ - 399,99€	41	204
400€ - 499,99€	5	20
500€ ou mais	1	21
Total	503	630

Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da Habitação
Fonte: INE; Pordata

Por forma a comparar a realidade concelhia com o resto do país, é necessário analisar o valor mediano das rendas por m². Observando a figura abaixo é possível verificar que o concelho acompanha a tendência de encarecimento do resto do país, mantendo-se, ainda assim, abaixo dos valores da média nacional. Em 2019, o valor mediano das rendas por m², dos novos contratos de arrendamento, era de 4,08€ no concelho de Sobral de Monte Agraço, ao passo que a média nacional situava-se nos 5,32€.

Figura 26 - Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento³²



Fonte: INE

³² O Valor mediano das rendas por metro quadrado é apurado com base nos valores inscritos na primeira declaração de novo contrato de arrendamento (Declaração do Modelo 2 do Imposto do Selo Comunicação de Contratos de Arrendamento), relativos a prédios urbanos, com período de renda mensal, em que a finalidade é habitação permanente e a afetação da respetiva fração no Imposto Municipal sobre Imóveis esteja definida como habitação, com área bruta privativa entre 20 m² e 600 m² e valor entre 100 € e 4 000 €. (MetaInfo – INE)

O concelho de Sobral de Monte Agraço acompanha também a tendência nacional relativamente ao número de divisões por alojamento. No período intercensitário, a proporção de casas com 4 ou mais divisões aumentou tanto a nível nacional como a nível concelhio. Destaca-se ainda que no recenseamento geral da habitação, em 2011, 89,9% dos alojamentos em Sobral de Monte Agraço possuíam 4 ou mais divisões.

Quadro 26 - Alojamentos no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por Número de Divisões (%)

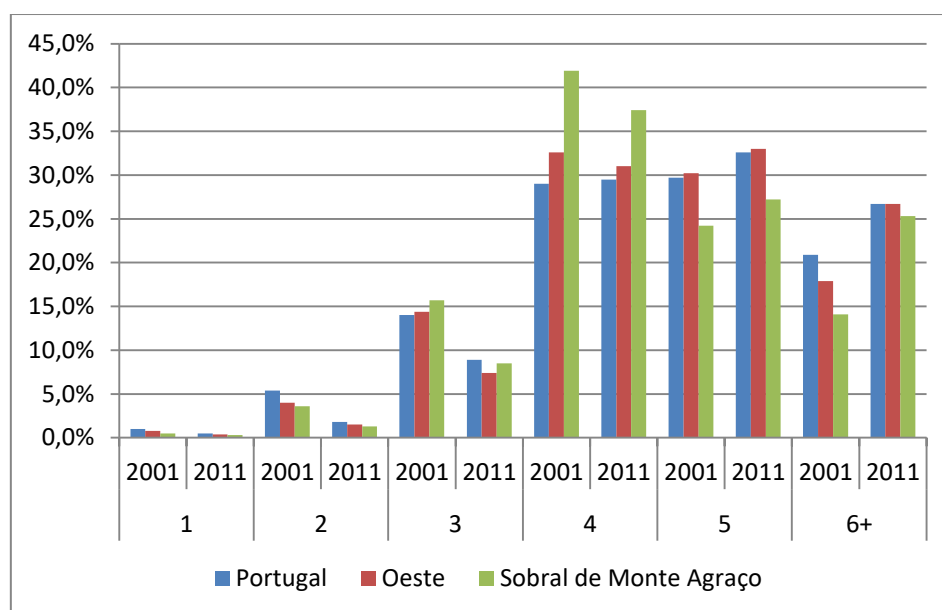
Nº de divisões	Anos	Portugal (%)	Oeste (%)	Sobral de Monte Agraço (%)
1	2001	1,0	0,8	0,5
	2011	0,5	0,4	0,3
2	2001	5,4	4,0	3,6
	2011	1,8	1,5	1,3
3	2001	14,0	14,4	15,7
	2011	8,9	7,4	8,5
4	2001	29,0	32,6	41,9
	2011	29,5	31,0	37,4
5	2001	29,7	30,2	24,2
	2011	32,6	33,0	27,2
6+	2001	20,9	17,9	14,1
	2011	26,7	26,7	25,3
Total	2001	100,0	100,0	100,0
	2011	100,0	100,0	100,0

Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da Habitação

Fonte: Pordata

Graficamente:

Figura 27 - Alojamentos no Concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por Número de Divisões (%)



Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da Habitação

Fonte: Pordata

Observando o quadro abaixo, é possível verificar que os alojamentos concelhios, no que toca a instalações existentes, acompanham a tendência nacional. É possível verificar, nos dados relativos a 2011, que a esmagadora maioria dos alojamentos no concelho possuem as instalações consideradas essenciais.

Quadro 27 - Alojamentos no Concelho de SMA, por Instalações Existentes (%)

Instalações existentes	Anos	Portugal (%)	Oeste (%)	Sobral de Monte Agraço (%)
Água canalizada	2001	97,9	98,1	96,4
	2011	99,4	99,4	99,1
Duche / Banho	2001	93,7	95,2	91,5
	2011	98,0	98,5	97,9
Instalações sanitárias	2001	94,2	92,7	94,0
	2011	99,1	99,3	99,0
Eletricidade	2001	99,5	99,5	99,0
	2011	-	-	-
Cozinha	2001	98,9	99,1	99,1
	2011	-	-	-
Esgoto	2001	98,3	98,8	97,4
	2011	99,5	99,6	99,4

Fonte de dados: INE - Recenseamentos Gerais da Habitação

Fonte: Pordata

No inquérito por questionário aplicado à população, no âmbito do Diagnóstico Social, é possível verificar a atualização dos dados relativos à existência de bens e equipamentos nas habitações. Salienta-se pela negativa, neste caso em particular, a fraca existência de ar condicionado e sistema de aquecimento central na casa dos inquiridos. Estes dados revelam uma pista que nos aponta para uma deficiência no conforto térmico nas casas do concelho. (Rede Social, 2020)

Os dados dos Censos de 2011, bem como a tabela abaixo, não mostram um problema estrutural e generalizado com a habitação concelhia, a não ser no que toca ao desconforto térmico. De salientar que o desconforto térmico provém da chamada pobreza energética. Os alojamentos são, na grande maioria dos casos, construídos sem isolamento térmico e sistemas de aquecimento. Dado o elevado preço da energia em Portugal é comum o uso parcimonioso dos aparelhos portáteis de aquecimento, como é o caso dos aquecedores a óleo, termoventiladores e similares. Este uso parcimonioso dos sistemas portáteis de aquecimento leva, conseqüentemente, à acumulação de humidades, bolores e progressivos apodrecimentos dos alojamentos. Em 2019, segundo

o Eurostat, 24,4% dos portugueses viviam em habitações com infiltrações, humidades ou apodrecimentos, enquanto a média da UE é de 13,1%. (Horta & Schmidt, 2021)

Quadro 28 - Existência de bens e equipamentos na habitação (%) no Concelho de SMA, segundo o inquérito por questionário

	Sim	Não	Não Responde	% de existência dos bens
Eletricidade	142	0	0	100,00%
Instalação sanitária completa (sanita + banheira / chuveiro + lavatório)	142	0	0	100,00%
Frigorífico	141	1	0	99,30%
Água Canalizada	141	1	0	99,30%
Fogão ou placa	140	2	0	98,60%
Sistema de esgotos	118	22	2	83,10%
Arca congeladora	106	36	0	74,60%
Ar condicionado	27	114	1	19,00%
Sistema de aquecimento central	26	114	2	18,30%

Fonte de dados: Diagnóstico Social de Sobral de Monte Agraço – 2020

O inquérito por questionário aplicado aos jovens veio também reforçar a ideia de que existe um acesso generalizado a água quente para tomar banho no concelho de Sobral de Monte Agraço.

Quadro 29 - Existência de água quente na casa dos jovens

Na minha casa há água quente para eu tomar banho.		Percentagem
Completamente verdade	79	95,2%
Nem sempre	1	1,2%
Não é verdade ou não acontece	0	0,0%
Não sei	3	3,6%
Total de respostas	83	100%

Fonte de dados: Inquérito de diagnóstico aos jovens

3.2.11. Síntese do capítulo

Na síntese do capítulo referente às crianças e o direito à sobrevivência, destaca-se o seguinte:

- Desde 2015, assistiu-se a um crescimento paulatino do pessoal ao serviço das empresas do concelho de Sobral de Monte Agraço.
- Tendo por base o indicador “*Remuneração base média mensal*” é possível referir que as mulheres, na média do período de referência, ganharam menos que os homens em todos os setores de atividade económica, com a exceção do setor da Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca.
- O ganho médio mensal das mulheres concelhias aumentou no período de referência, contudo a disparidade relativamente aos homens também sofreu um agravamento.
- Indicadores como o ganho médio mensal e a remuneração base média mensal são particularmente importantes na análise feita neste documento. O diagnóstico mostra factualmente que as mulheres recebem tipicamente menos no mercado de trabalho, o que leva a que estejam ainda mais desprotegidas em situação de desemprego³³. Tudo isto se torna particularmente relevante porque são as principais cuidadoras das crianças e, na esmagadora maioria dos casos, as responsáveis pelas crianças no seio das famílias monoparentais.
- No concelho de Sobral de Monte Agraço, assistiu-se a uma feminização do desemprego concelhio desde o último trimestre de 2020.
- A pandemia teve a influência de aumentar o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção. De salientar ainda que no 1º Semestre de 2021 32,48% dos beneficiários tinham menos de 18 anos.
- Quanto à licença parental inicial, é de salientar o aumento da relação entre a licença parental masculina e feminina. Este é um sinal animador, pois mostra uma maior participação dos pais na vida familiar e nos cuidados aos filhos.
- Programas como o POAPMC e, em tempos de pandemia, o *Sobral SOS Alimentar* mostraram-se e mostram-se como muito importantes no concelho, dado que contribuíram para a alimentação de 81 crianças.

³³ O cálculo do subsídio de desemprego que é igual a 65% da remuneração de referência. Isto significa que salários mais baixos para as mulheres no mercado de trabalho tenham fortes implicações no subsídio de desemprego.

- No acesso à saúde, é de salientar que foram emitidos, no último ano letivo, 310 cheques-dentista que podem ser utilizados em 3 clínicas do concelho.
- Nos inquiridos por questionário, as crianças referem que os pais são diligentes e que as levam ao médico. Mencionam também que os médicos se esforçam por lhes explicar a terapêutica, mas que nem sempre conseguem compreender o que lhes é comunicado.
- A mortalidade infantil concelhia mostra-se abaixo da média nacional desde 2011. De destacar ainda que, entre 2011 e 2015, não se registou nenhuma morte de crianças no concelho de Sobral de Monte Agraço

3.3. As crianças e o direito ao desenvolvimento

Quanto aos alunos matriculados no ensino não superior no concelho de Sobral de Monte Agraço, é possível assistir a uma relativa estabilização, apesar de ligeiras flutuações, no número de crianças e jovens que frequenta o Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral.

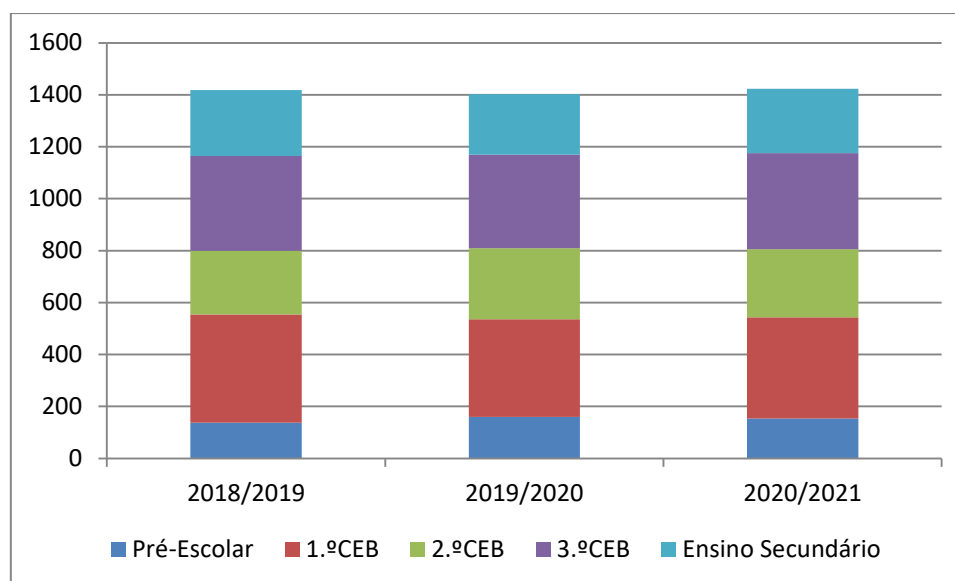
Quadro 30 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior no concelho de Sobral de Monte Agraço

Nível de ensino	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Pré-Escolar	138	160	153
1.ºCEB	416	376	390
2.ºCEB	246	273	263
3.ºCEB	364	360	369
Ensino Secundário	254	233	248
Total	1418	1402	1423

Fonte: AEJICS

Graficamente:

Figura 28 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior no concelho de Sobral de Monte Agraço



Fonte: AEJICS

É ainda possível verificar abaixo o número de alunos estrangeiros inscritos no agrupamento de escolas do concelho de Sobral de Monte Agraço. Segundo o agrupamento, os alunos estrangeiros representam 5,6% da população estudantil³⁴.

³⁴ Dados cedidos pelo AEJICS

Quadro 31 - Alunos Estrangeiros inscritos no Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral

Nível de ensino	Nº
Pré-escolar	8
1º Ciclo	30
2º Ciclo	11
3º Ciclo	17
Secundário	14
Total	80

Fonte: AEJICS

No que toca aos alunos com necessidades educativas especiais, é possível verificar que existe uma representatividade mais marcada no terceiro ciclo e no sexo masculino. Os alunos com necessidades educativas especiais representam 11,4% da população estudantil³⁵.

Quadro 32 - Alunos com necessidades educativas especiais inscritos no Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral

Nível de ensino	M	F	Total
Pré-escolar	5	0	5
1º Ciclo	24	21	45
2º Ciclo	17	8	25
3º Ciclo	37	20	57
Secundário	8	22	30
Total	91	71	162

Fonte: AEJICS

3.3.1. Creche e Ensino Pré-Escolar

Na área da Infância/juventude, o concelho é servido por uma única Instituição - Associação Popular de Sobral Monte Agraço (IPSS) -, que desenvolve as respostas sociais de Creche, Jardim de Infância/pré-escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres.

A creche trata-se de uma resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, e vocacionada para o apoio à criança e à família. Esta resposta tem o intuito de acolher crianças, até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto. De salientar ainda que, à data de maio de 2021, as crianças da creche passavam em média 9H/dia na instituição.

³⁵ Dados cedidos pelo AEJICS

Quadro 33 - Capacidade da resposta social Creche da Associação Popular de Sobral de Monte Agraço³⁶

Resposta social	Nº de Crianças c/ Acordo de Cooperação ³⁷	Taxa de cobertura da cooperação standardizada ³⁸	Capacidade	Frequência
Creche	70	91,1	73	67

Fonte: Associação Popular de Sobral Monte Agraço; ISS, I.P.

Já no que diz à resposta de pré-escolar, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporciona atividades educativas e atividades de apoio à família

Quadro 34 - Capacidade da resposta social JI/Pré-escolar da Associação Popular de Sobral de Monte Agraço³⁹

Resposta social	Nº de Crianças c/ Acordo de Cooperação	Capacidade	Frequência
Ji/Pré-Escolar	100	100	93

Fonte: Associação Popular de Sobral Monte Agraço

Ainda, no que toca ao Ensino Pré-escolar, importa analisar o quadro abaixo, que representa a Taxa Bruta de Pré-Escolarização⁴⁰, e onde é possível verificar que existe uma tendência de convergência entre o concelho de Sobral de Monte Agraço e a média nacional.

Quadro 35 - Taxa Bruta de pré-escolarização no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por sexo

Período de referência dos dados	HM			H			M		
	PT (%)	Oeste (%)	SMA (%)	PT (%)	Oeste (%)	SMA (%)	PT (%)	Oeste (%)	SMA (%)
2015/2016	91,1	90,7	83,1	91,7	91,5	80,7	90,5	90	86,1
2016/2017	94,5	94,3	77,4	94,9	95,4	79,3	94	93,1	75,4
2017/2018	93,8	95,7	79,2	94,4	96	81,6	93,2	95,4	77
2018/2019	96,4	99,7	88,2	97,3	100,4	88,5	95,5	99,1	87,9
2019/2020	97,1	100,6	95	98,2	101,2	88,4	96	100	101,5

Fonte: INE

³⁶ Dados referentes a outubro de 2020.

³⁷ Os acordos de cooperação têm como objetivo reforçar a cooperação entre o Estado e as instituições sociais, traduzindo-se em diversos apoios a instituições do terceiro setor que assumem funções nos domínios da segurança social, da saúde e da educação.

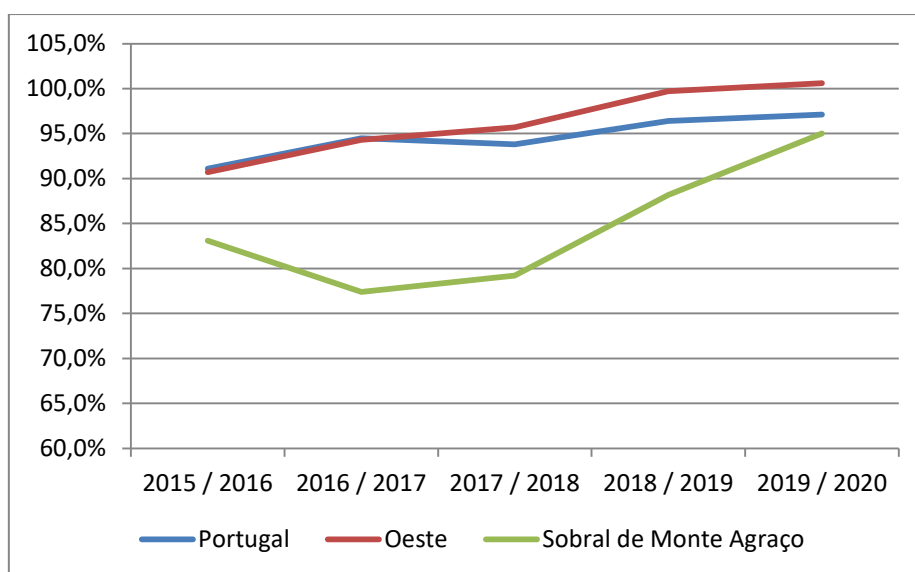
³⁸ Fórmula: utentes em acordo (anos)/população-alvo(ano)*100

³⁹ Dados referentes a outubro de 2020.

⁴⁰ Diz respeito à relação percentual entre o número total de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente em idade normal (3 a 5 anos).

Graficamente:

Figura 29 - Taxa Bruta de pré-escolarização no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal



Fonte: INE

3.3.2. Ensino Básico

A taxa bruta de escolarização do ensino básico⁴¹, no concelho de Sobral de Monte Agraço, mostra números bastante positivos já que demonstram haver frequência escolar por parte de toda a população residente no concelho com idade entre os 6 e os 14 anos.

Quadro 36 - Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Básico no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por sexo

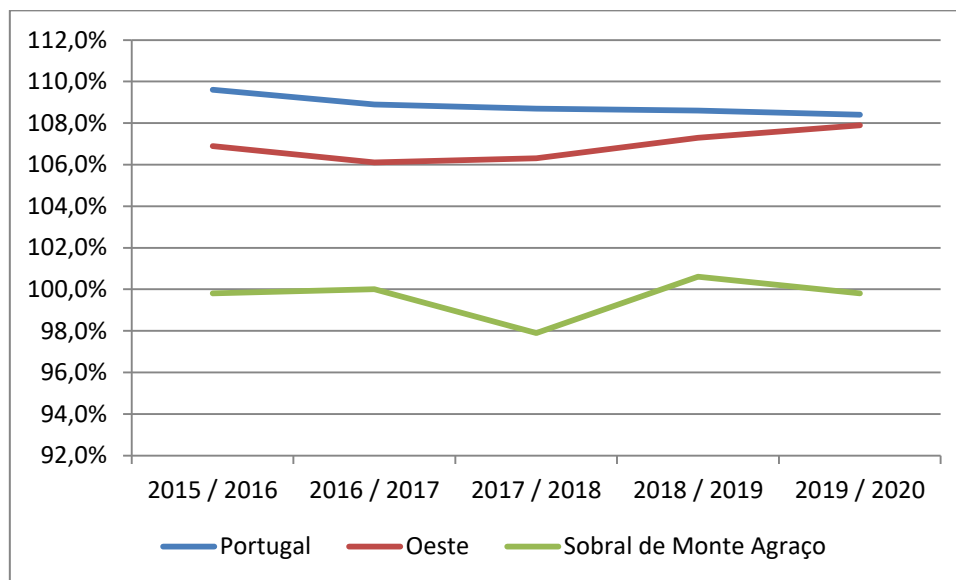
Período de referência dos dados	HM			H			M		
	PT (%)	Oeste (%)	SMA (%)	PT (%)	Oeste (%)	SMA (%)	PT (%)	Oeste (%)	SMA (%)
2015/2016	109,6	106,9	99,8	111,2	107,7	96,2	107,8	106,2	103,7
2016/2017	108,9	106,1	100	110,6	107,5	94,7	107,2	104,7	106,2
2017/2018	108,7	106,3	97,9	110,1	107,8	91,7	107,3	104,8	105,2
2018/2019	108,6	107,3	100,6	109,7	108,8	95,4	107,4	105,8	106,5
2019/2020	108,4	107,9	99,8	109,6	109,3	96,3	107,2	106,5	103,8

Fonte: INE

⁴¹ Diz respeito à relação percentual entre o número total de alunos matriculados no ensino básico e a população residente em idade normal (6 a 14 anos).

Graficamente:

Figura 30 - Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Básico no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal



Fonte: INE

Abaixo, é possível observar que a oferta educativa do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral, para o ensino básico, está inegavelmente direcionada para o ensino regular.

Quadro 37 - Alunas/os matriculadas/os no ensino básico em ofertas de educação e formação orientadas para jovens

Período de referência dos dados	Nível de ensino	Total (Nº)	Ensino regular (Nº)	Ensino artístico (Nº)	Cursos de educação e formação (Nº)	Cursos profissionais (Nº)
2015/2016	Ensino básico	1007	966	-	-	-
2016/2017	Ensino básico	1010	990	-	-	-
2017/2018	Ensino básico	990	990	-	-	-
2018/2019	Ensino básico	1026	1026	-	-	-
2019/2020	Ensino básico	1007	1007	-	-	-

Fonte: INE

A taxa de transição/conclusão do ensino básico no Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral mostra números que podem ser considerados como positivos. Por outras palavras, nos últimos 5 anos letivos em que há registo, a taxa de transição/conclusão nunca foi inferior a 91,6%. Não obstante, existe a necessidade de salientar que os dados concelhios se mostram, de uma forma consistente, abaixo da

média nacional, ainda que nos últimos dois anos letivos tenha sido possível reconhecer novamente uma trajetória positiva e de convergência ao resto do país. Importará salientar, por fim, que o 3º ciclo mostra-se de uma forma perene, à exceção do ano 2019/2020, como o ciclo do ensino básico com piores resultados.

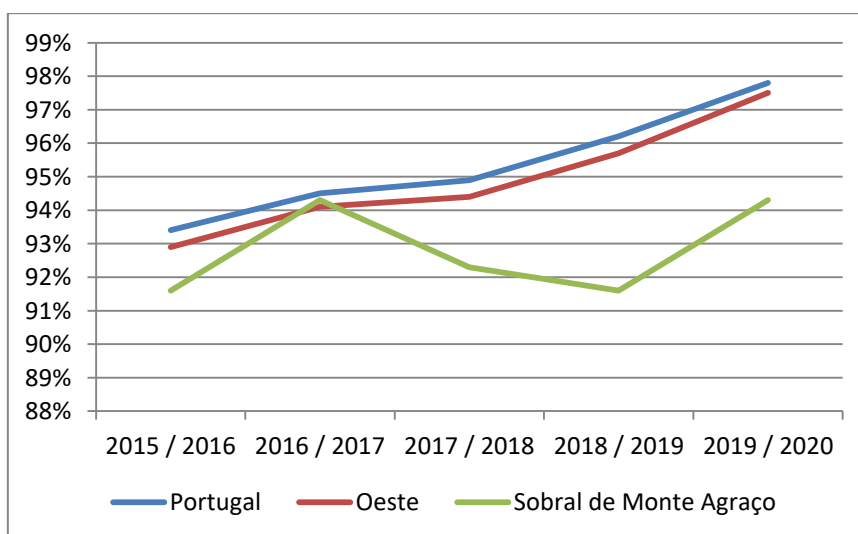
Quadro 38 - Taxa de transição/ conclusão no ensino básico (%) no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por ciclo de ensino

Período de referência dos dados	Nível de ensino	Portugal (%)	Oeste (%)	Sobral de Monte Agraço (%)
2015 / 2016	E. básico	93,4	92,9	91,6
	1.º Ciclo	96,3	95,2	94,7
	2.º Ciclo	93,3	92,7	90,5
	3.º Ciclo	90	90,4	88,6
2016 / 2017	E. básico	94,5	94,1	94,3
	1.º Ciclo	97	96,6	97,6
	2.º Ciclo	94,2	94,5	94,1
	3.º Ciclo	91,5	91	90,5
2017 / 2018	E. básico	94,9	94,4	92,3
	1.º Ciclo	97,2	96,9	95,5
	2.º Ciclo	94,7	94,4	91,6
	3.º Ciclo	92,2	91,4	89
2018 / 2019	E. básico	96,2	95,7	91,6
	1.º Ciclo	97,9	97,4	94,4
	2.º Ciclo	96,2	96	95,5
	3.º Ciclo	94,2	93,5	85,9
2019 / 2020	E. básico	97,8	97,5	94,3
	1.º Ciclo	98,6	98,2	92,8
	2.º Ciclo	97,6	97,5	95,2
	3.º Ciclo	97	96,5	95,3

Fonte: INE

Graficamente:

Figura 31 - Taxa de transição/ conclusão no ensino básico (%) no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal



Fonte: INE

3.3.3. Ensino Secundário

Quanto à taxa bruta de escolarização no ensino secundário⁴² no concelho de Sobral de Monte Agraço, é possível salientar dois aspetos negativos: em primeiro lugar, a taxa bruta de escolarização concelhia mostra-se com valores extremamente baixos; em segundo lugar, a taxa concelhia é extremamente inferior à média nacional. Na verdade, poder-se-á dizer que a média nacional é tão superior à média concelhia que representa aproximadamente o dobro em boa parte dos anos apresentados no período de referência.

Ainda a propósito da taxa bruta de escolarização no ensino secundário, torna-se da maior importância salientar que seria de esperar que esta fosse mais elevada, devido à escolaridade obrigatória⁴³. Como tal, torna-se imperativo refletir sobre os dados observados abaixo. Em primeiro lugar, poder-se-á inferir que tal se deve às taxas de retenção no 3º ciclo do ensino básico. É possível verificar no quadro 34 que as retenções oscilam, com exceção do ano 2019-2020, entre os 10 e 15%. Isso significa que boa parte dos alunos ficam retidos nesse ciclo de ensino além dos 14 anos de idade, emagrecendo assim a taxa bruta de escolarização relativa ao ensino secundário. Em segundo lugar, e por fim, será possível deduzir que os pobres números concelhios, relativos à taxa bruta de escolarização, devem-se ao êxodo de alunos para outros concelhos onde existem ofertas educativas que os jovens consideram mais atrativas.

Quadro 39 - Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por sexo

Período referência dos dados	HM			H			M		
	PT (%)	Oeste (%)	SMA (%)	PT (%)	Oeste (%)	SMA (%)	PT (%)	Oeste (%)	SMA (%)
2015/2016	114,7	99,5	49,2	114,2	95,1	46	115,3	104	52,2
2016/2017	118,4	103,6	53,6	117,5	97,9	50	119,3	109,7	57,1
2017/2018	121	108,1	61,2	119,1	101	60,5	123	115,9	61,8
2018/2019	124	113,9	69	122	106	62,6	126,1	122,6	75,8
2019/2020	122,9	112,4	64,9	121,1	107,4	56,3	124,7	117,7	74,7

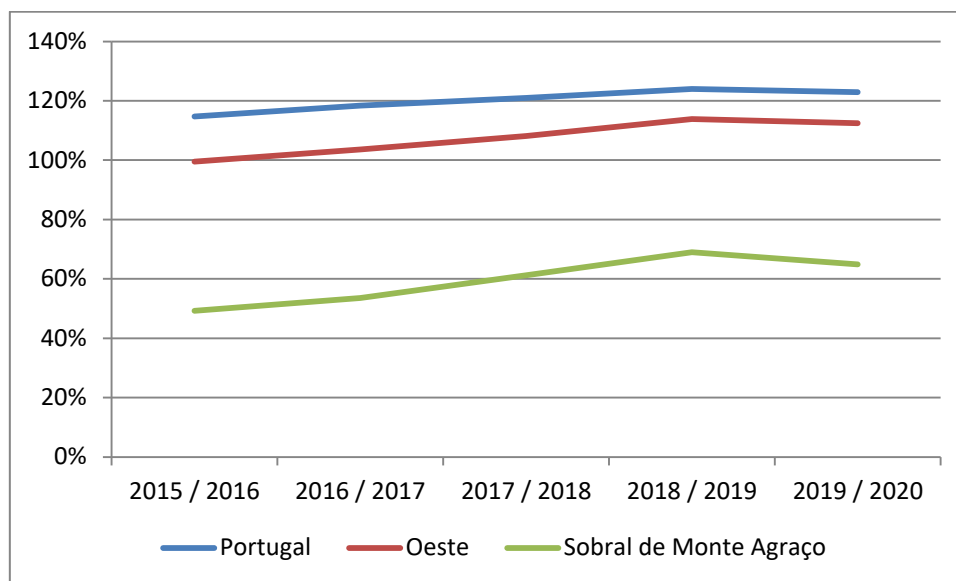
Fonte: INE

⁴² Diz respeito à relação percentual entre o número total de alunos matriculados no ensino básico e a população residente em idade normal (15 a 17 anos).

⁴³ A escolaridade obrigatória em Portugal, à data da publicação deste documento, é de 12 anos de escolaridade

Graficamente:

Figura 32 - Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal



Fonte: INE

O seguinte quadro demonstra que, ao contrário do que acontece no ensino básico, existe alguma oferta educativa para o ensino secundário além do ensino regular. Não existe uma variação digna de nota ao longo dos últimos anos. Note-se, contudo, que os dados concelhios continuam bastante distantes da média nacional, significando que, no concelho de Sobral de Monte Agraço, continua a haver uma aposta forte do ensino regular.

65

Quadro 40 - Taxa de participação em cursos de dupla certificação⁴⁴ nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens

Período de referência dos dados	Portugal (%)	Oeste (%)	Sobral de Monte Agraço (%)
2015/2016	42,1	37,6	22,9
2016/2017	41,9	38,5	23
2017/2018	41,6	40,1	24,6
2018/2019	40,8	39,9	21,8
2019/2020	40,9	40,4	22,1

Fonte: INE

A taxa de transição/conclusão do ensino secundário no concelho de Sobral de Monte Agraço mostra, no período de referência, uma tendência que se pode considerar animadora. Os dados concelhios mostram-se relativamente a par da Zona Oeste da

⁴⁴ São ofertas de educação de dupla certificação os Cursos tecnológicos, o Ensino artístico especializado (Cursos de Artes visuais e audiovisuais e Cursos de Dança), os Cursos Profissionais, os Cursos de aprendizagem, os Cursos de educação e formação (CEF) e os Cursos vocacionais. (MetaInfo – INE)

média nacional, havendo até momentos em que os supera. Dê-se particular atenção à taxa de transição/conclusão nos cursos gerais/científico-humanísticos que, no período de referência, supera de forma consistente a média nacional e da zona oeste, com exceção do ano letivo de 2019/2020.

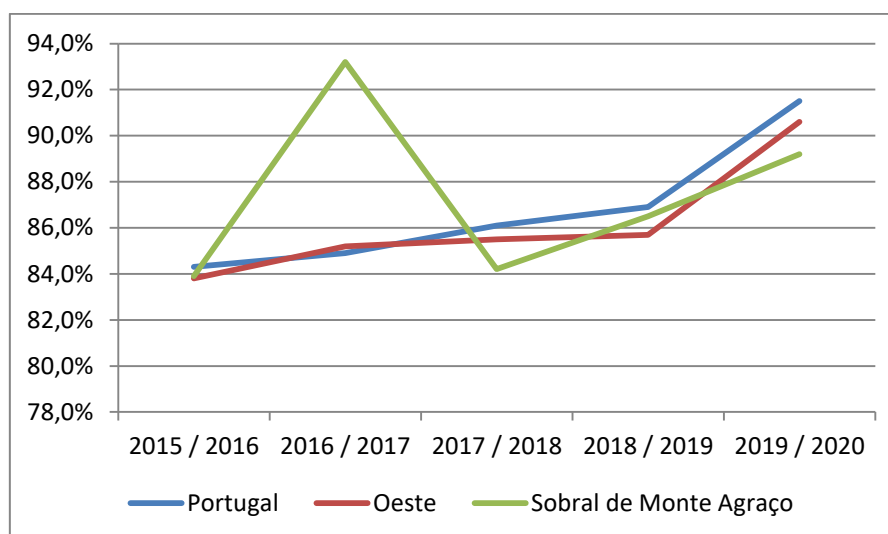
Quadro 41 - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal, por oferta

Período de referência dos dados	Oferta	Portugal (%)	Oeste (%)	Sobral de Monte Agraço (%)
2015/2016	Total	84,3	83,8	83,9
	Cursos gerais/científico-humanísticos	82	81,3	83,8
	Cursos tecnológicos/profissionais	88,4	88	84,1
2016/2017	Total	84,9	85,2	93,2
	Cursos gerais/científico-humanísticos	82,5	82,8	91,2
	Cursos tecnológicos/profissionais	89,1	89,3	100
2017/2018	Total	86,1	85,5	84,2
	Cursos gerais/científico-humanísticos	84	82,7	85,6
	Cursos tecnológicos/profissionais	89,7	89,7	79,7
2018/2019	Total	86,9	85,7	86,5
	Cursos gerais/científico-humanísticos	85,4	83,3	86,8
	Cursos tecnológicos/profissionais	89,7	89,5	85,5
2019/2020	Total	91,5	90,6	89,2
	Cursos gerais/científico-humanísticos	91,9	90,9	87,8
	Cursos tecnológicos/profissionais	90,8	90,2	94,1

Fonte: INE

Graficamente:

Figura 33 - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário no concelho de SMA, Zona Oeste e Portugal



Fonte: INE

3.3.4. Educação e acesso à tecnologia⁴⁵

Ao longo dos anos, relativos ao período de referência, foi possível verificar um aumento do número médio de alunos matriculados por computador. Este aumento torna-se particularmente preocupante quando se compara o primeiro e o último ano do período de referência, sabendo que existem apenas mais 29 alunos inscritos⁴⁶. Isto significa que, no período de referência, houve uma redução significativa dos recursos informáticos no Agrupamento de Escolas que possam ser utilizados para efeitos pedagógicos e administrativos.

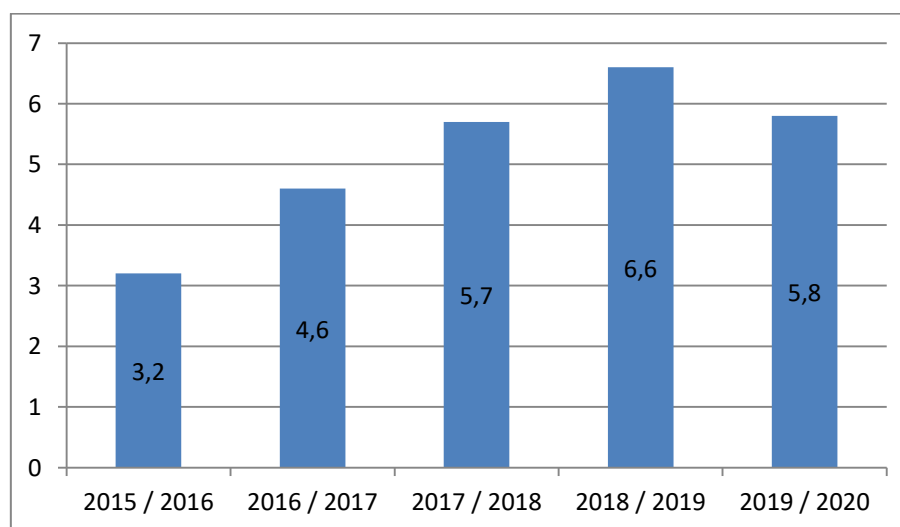
Quadro 42 - Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador no concelho de SMA, segundo nível de ensino

Período de referência	Ensino básico - 1.º ciclo	Ensino básico - 2.º ciclo	Ensino básico - 3.º ciclo	Ensino secundário	Total
2015/2016	5,5	2,6	2,6	2,6	3,2
2016/2017	7,8	3,8	3,8	3,9	4,6
2017/2018	8,8	4,8	4,9	4,8	5,7
2018/2019	11,7	5,5	5,4	5,5	6,6
2019/2020	10,8	4,8	4,8	4,8	5,8

Fonte: INE

Graficamente:

Figura 34 - Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador no concelho de SMA



Fonte: INE

⁴⁵ Inclui os computadores portáteis e não portáteis com fins pedagógicos e administrativos, nos estabelecimentos de ensino de Portugal Continental. (MetalInfo – INE)

⁴⁶ Tal como é possível verificar no quadro 26.

Em paralelo, é também possível constatar a mesma tendência na média de alunos matriculados por computador com ligação à Internet. Seria, à partida, de esperar que o comportamento deste indicador fosse semelhante ao supracitado, mas mais acentuado, uma vez que nem todos os computadores têm acesso à Internet.

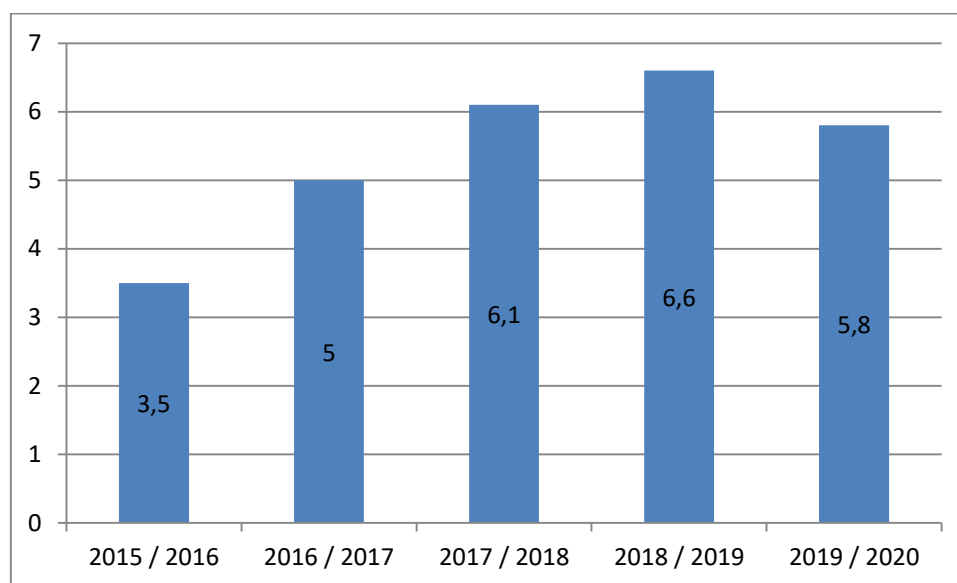
Quadro 43 - Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet, por nível de ensino

Período de referência	Ensino básico - 1.º ciclo	Ensino básico - 2.º ciclo	Ensino básico - 3.º ciclo	Ensino secundário	Total
2015/2016	7,4	2,8	2,7	2,8	3,5
2016/2017	10,7	4	4	3,9	5
2017/2018	12	4,8	4,9	4,8	6,1
2018/2019	12,1	5,5	5,4	5,5	6,6
2019/2020	11,1	4,8	4,8	4,8	5,8

Fonte: INE

Graficamente:

Figura 35 - Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet



Fonte: INE

Estes indicadores revestem-se de particular importância em contexto de pandemia. Com fenómenos como o Ensino à Distância (E@D), veio acentuar-se a importância dos computadores com ligação à Internet, uma vez que estes mostram-se praticamente imprescindíveis para que as crianças e jovens possam prosseguir os seus estudos e exercer o seu direito ao desenvolvimento pessoal e à educação.

3.3.5. Ação Social Escolar

O apoio alimentar, auxílios económicos e comparticipação de visitas de estudo enquadram-se nas medidas de Ação Social Escolar a desenvolver pelos Municípios na área educativa e constituem modalidades de apoio socioeducativo a alunos/as inseridos/as em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica carenciada, com necessidade de comparticipações para fazer face aos encargos relacionados com o prosseguimento da escolaridade.

A Ação Social Escolar destina-se a crianças inscritas nos estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico do Concelho de Sobral de Monte Agraço, residentes no Concelho de Sobral de Monte Agraço, cujo encarregado/a de educação resida e seja eleitor na área do município.

A atribuição dos auxílios económicos é feita nos seguintes termos: fornecimento de refeições, aquisição de material escolar e comparticipação de visitas de estudo. (Rede Social, 2020)

Quadro 44 - N.º de estudantes do JI e 1º CEB apoiados pela Ação Social Escolar nos anos letivos 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

N.º de Estudantes Apoiados	2018/2019		2019/2020		2020/2021 ⁴⁷	
	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B
JI	29	25	30	31	22	27
1º CEB	101	65	78	55	58	47
Total	130	90	108	86	80	74

Fonte: UEAS - DECAS do Município de SMA

Importa ressaltar que os dados referentes a beneficiários de ASE a frequentar o 2.ºCEB, 3.º CEB e Secundário reportam à totalidade dos alunos do Agrupamento de Escolas, universo que integra alunos residentes fora do concelho de SMA. Ainda assim, consideram-se relevantes como dado indicador da população escolar.

⁴⁷ Até 07/09/2020 (inclusive).

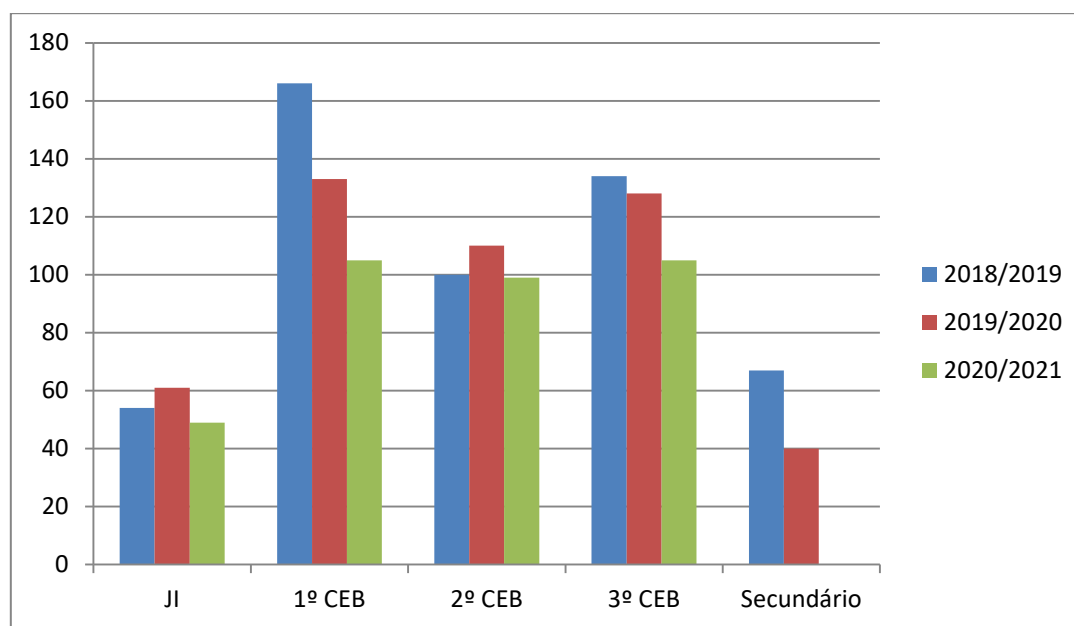
Quadro 45 - N.º de estudantes do 2º CEB, 3º CEB e Secundário apoiados pela Ação Social Escolar nos anos letivos 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, por escalão⁴⁸

N.º de Estudantes Apoiados	2018/2019		2019/2020		2020/2021	
	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B
2º CEB	60	40	64	46	62	37
3º CEB	78	56	69	59	56	49
Secundário	34	33	21	19	S/D	S/D
Total	172	129	154	124	118	S/D

Fonte: AEJCS

Graficamente:

Figura 36 - N.º de estudantes do de JI, 1º CEB, 2º CEB, 3º CEB e Secundário apoiados pela Ação Social Escolar nos anos letivos 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fontes: AEJCS e UEAS - DECAS do Município de SMA

Quanto ao quadro abaixo, poder-se-á explicar a queda dos valores atribuídos ao menor número de estudantes apoiados, nomeadamente alunos do **escalão A**, que diz respeito às famílias mais carenciadas e às quais é atribuído um maior valor de apoio do ASE.

⁴⁸ Dados em atualização.

Quadro 46 - Valor atribuído pela Ação Social Escolar a aquisição de material escolar nos anos letivos 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021⁴⁹

Valor Subs. Atribuído	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Escalão A	5 014,00 €	4 086,00 €	3 017,00 €
Escalão B	1 610,00 €	1 447,50 €	1 270,00 €
Total	6 624,00 €	5 533,50 €	4 287,00 €

Fonte: UEAS - DECAS do Município de SMA

3.3.6. Atividades de Enriquecimento Curricular

No seguinte quadro, é possível verificar a as atividades extracurriculares disponíveis às crianças do 1º Ciclo do concelho de Sobral de Monte Agraço. De salientar que estas atividades são promovidas e implementadas pelo AEJICS, com exceção da Expressão Físico-Motora (Natação), que é implementada pela Câmara Municipal. As aulas de natação decorrem no complexo da piscina municipal e são dinamizadas pelos técnicos superiores de desporto do município.

Quadro 47 - Oferta atividades extracurriculares no concelho nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021

	1º/2ºano	3º/4ºano	Observ.
2019/2020	Educação Física Educação Musical Expressão Artística	TIC Educação física	Promovidas e implementadas pelo AEJICS
2020/2021	Expressão Artística Inglês	TIC	Promovidas e implementadas pelo AEJICS
	Expressão Físico-motora/natação	Expressão Físico-motora/natação	Promovidas pelo AEJICS e implementadas pelo Município

Fonte: UEAS - DECAS do Município de SMA

3.3.7. Transportes escolares

O Município assegura os transportes escolares cuja competência está estabelecida na lei, mas, para além destes, realiza outros, que decorrem de uma política municipal de apoio às famílias e à educação. Sensível às questões da conciliação entre vida profissional e familiar, às novas configurações familiares, em que se assiste a uma diminuição da família alargada e/ou à indisponibilidade desta para apoiar os agregados

⁴⁹ Dados em atualização.

com crianças, bem como a outras necessidades identificadas, o Município tem vindo a criar circuitos especiais para assegurar transportes que estão para além da sua competência como, por exemplo, o transporte de crianças da Educação Pré-Escolar. A estas questões soma-se o reordenamento da rede escolar, caracterizado pelo encerramento de escolas de proximidade e pela concentração de alunos/as em novos estabelecimentos de ensino, o que teve também impacto ao nível dos transportes escolares. (Rede Social, 2020)

Quadro 48 - N.º de alunos transportados por ciclo de estudos nos anos letivos 2018/2019 e 2019/2020

	2018/2019	2019/2020	Observ.
JI	47	44	Circuitos especiais com viaturas próprias com RH do Município - motoristas e/ou vigilantes
1.º CEB	124	112	
2.ºCEB	120	144	Circuitos assegurados por transporte coletivo de passageiros - pagamento do passe da responsabilidade pelo Município
3.ºCEB	166	171	
Ensino Secundário a)	90	82	
Total	547	553	
a) Os alunos do ensino secundário beneficiam de apoio através do pagamento de 50% do passe escolar			

Fonte: UEAS - DECAS do Município de SMA

3.3.8. Síntese do capítulo

Na síntese do capítulo referente às crianças e o direito ao desenvolvimento, destaca-se o seguinte:

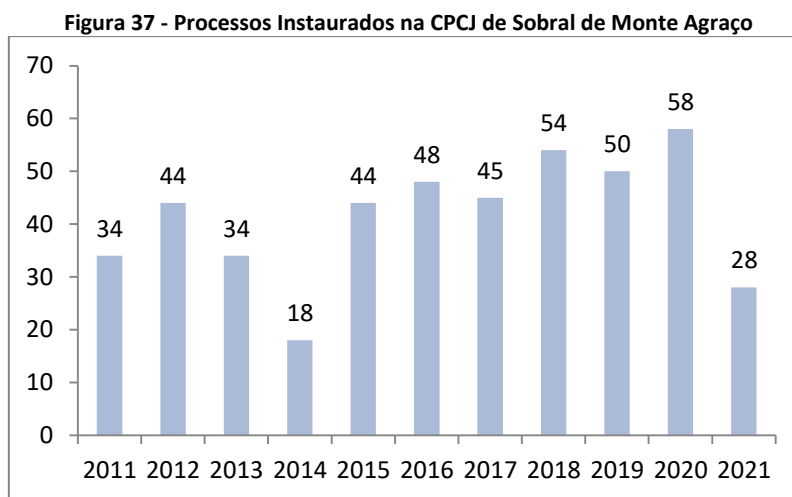
- Segundo o AEJICS, os alunos estrangeiros representam 5,6 da população estudantil.
- Os alunos com necessidades educativas especiais representam 11,4%.
- A taxa de cobertura da Cooperação Standardizada⁵⁰ de creche era de 91,1% em outubro de 2020.
- Quanto à taxa bruta de pré-escolarização, esta mostra-se inferior à média nacional, mas com tendência à convergência.
- Pela positiva, poder-se-á destacar a taxa bruta de escolarização no ensino básico, que se mostra muito próxima dos 100%.
- O ensino básico concelhio é vocacionado para o ensino regular e mostra uma taxa de transição positiva, pois nunca foi inferior a 91,6%, contudo essa mesma taxa de transição mostra-se, de forma consistente, abaixo da média nacional.
- O 3º Ciclo mostra-se de forma perene, com exceção para o ano de 2019/2020, como o ciclo do ensino básico com piores resultados relativamente à taxa de transição.
- A baixa taxa bruta de escolarização do ensino secundário concelhio dever-se-á ao êxodo de alunos para concelhos com oferta formativa mais atrativa.
- No que toca à taxa de transição/conclusão do ensino secundário, é de salientar que os dados concelhios estão a par da média nacional, superando até a média nacional nos cursos gerais/científicos, com exceção do ano letivo 2019/2020.
- No período de referência, 2015 a 2020, o número de alunos por computador aumentou de forma assinalável. Isto aponta para uma redução significativa dos recursos informáticos, dado que não houve alteração de monta no número de alunos matriculados.

⁵⁰ Apoio estatal, no âmbito de um acordo com a IPSS, para desempenhar funções de cuidados à crianças.

3.4. As crianças e o direito à proteção⁵¹

3.4.1. Volume Processual CPCJ de Sobral de Monte Agraço

Como é possível observar na figura abaixo, desde 2014 que existe uma tendência de crescimento no que toca à instauração de processos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço.

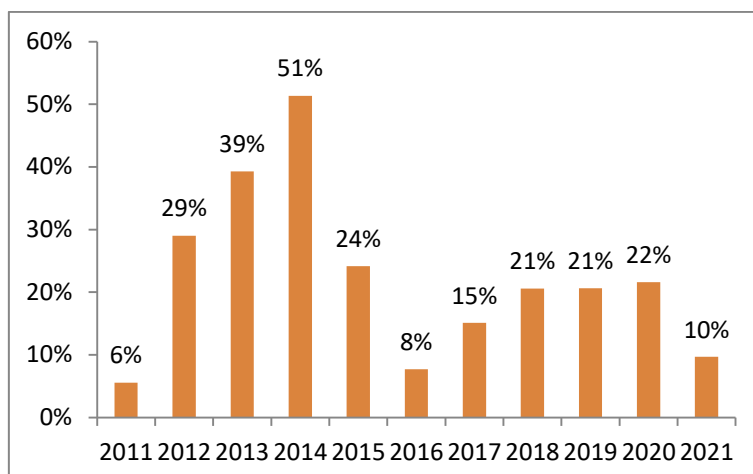


Fonte: CPCJ SMA

No que toca às reaberturas, é possível verificar uma queda abrupta após o ano de 2014. Estes dados são especialmente animadores, e denotam uma intervenção mais eficiente da CPCJ de Sobral de Monte Agraço, uma vez significam que as crianças e jovens não voltam a ser expostos a situações de perigo que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento. De salientar, por fim, que nos últimos anos as reaberturas representam, de grosso modo, cerca de 20% do total de processos iniciados. É de salientar também que os processos remetidos para o Ministério Público e lá arquivados, caso exista nova comunicação à CPCJ, serão contabilizados como um novo processo instaurado.

⁵¹ Os dados relativos a 2021 refletem apenas a realidade até 31 de agosto.

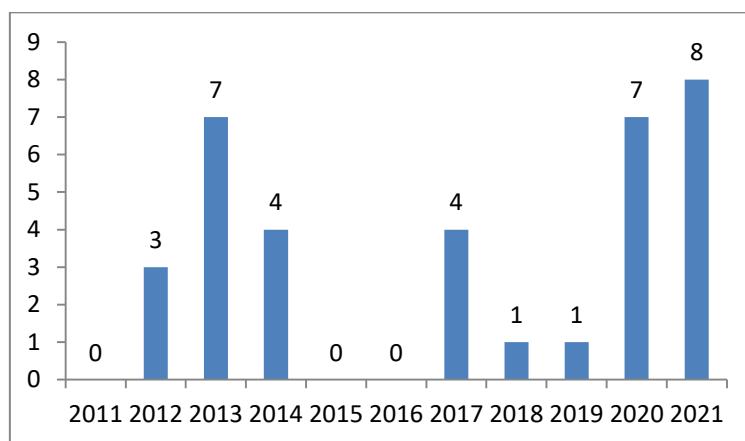
Figura 38 - Reaberturas face ao total de processos iniciados



Fonte: CPCJ SMA

Os processos enviados para outras CPCJ's, como se poderá verificar, têm um comportamento extremamente dinâmico. Tipicamente, os processos são enviados nos casos em que a CPCJ de SMA não se mostra territorialmente competente. Ou seja, no eventual caso da sinalização dizer respeito a uma criança que se comprova viver fora do concelho de Sobral de Monte Agraço, mas também em casos de mobilidade consolidada para outro concelho⁵².

Figura 39 - Processos enviados para outras CPCJ's



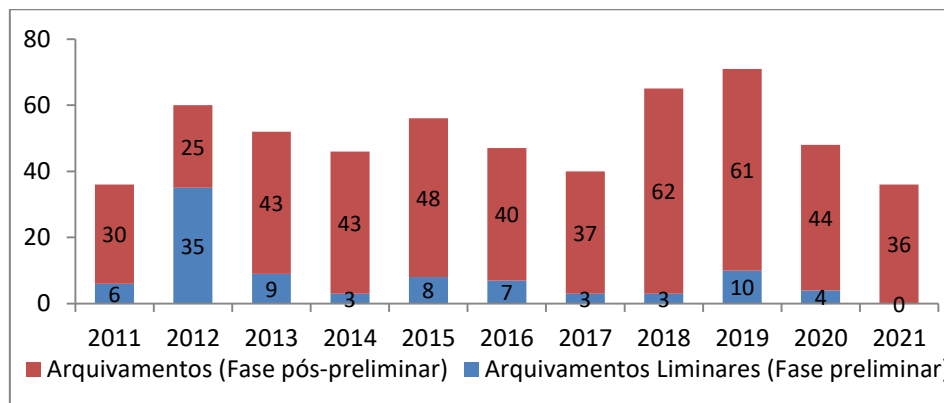
Fonte: CPCJ SMA

Na figura abaixo, é possível constatar que os arquivamentos na CPCJ de Sobral de Monte Agraço mantêm uma tendência extremamente dinâmica. Repare-se ainda que é

⁵² Casos em que a residência habitual da criança/jovem é comprovadamente noutra concelho há mais de 90 dias.

inegável a predominância dos arquivamentos em fase pós-preliminar⁵³ face aos arquivamentos liminares⁵⁴.

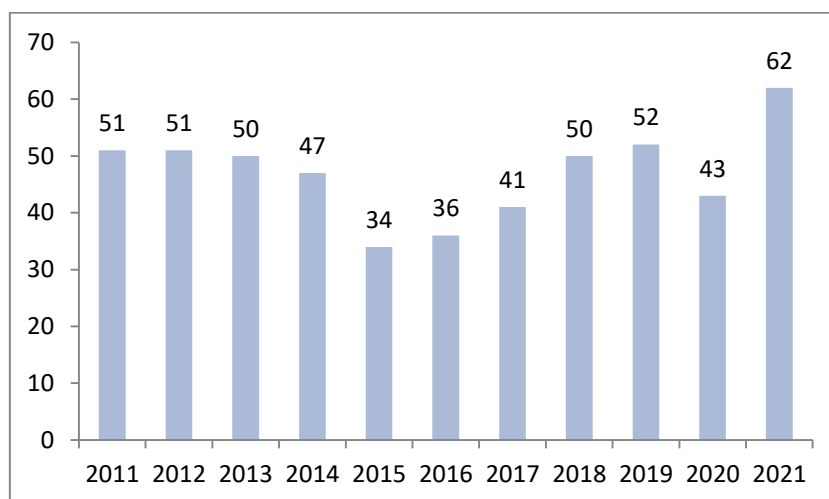
Figura 40 - Arquivamentos na CPCJ de Sobral de Monte Agraço



Fonte: CPCJ SMA

Os processos transitados dizem respeito a processos que transitam de um ano civil para o outro. Estes resultam de uma relação entre a entrada e a saída de processos na CPCJ. O comportamento dos processos transitados, apesar de relativamente fluido, tem mostrado um relativo crescimento nos últimos anos, fruto de um aumento dos processos instaurados e um decréscimo nos arquivamentos.

Figura 41 - Processos Transitados na CPCJ de SMA



Fonte: CPCJ SMA

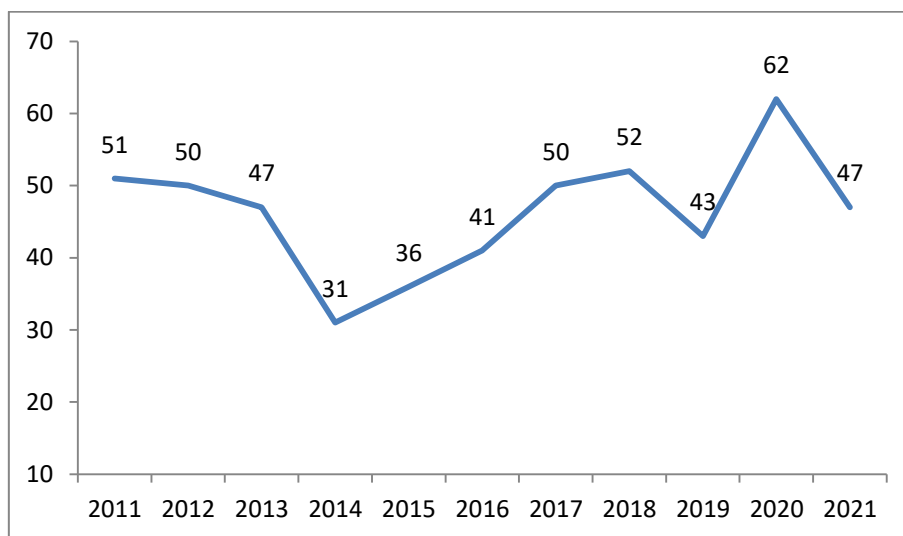
⁵³ Dizem respeito a processos onde a Comissão Restrita da CPCJ reconhece uma situação de perigo e efetua diligências junto da criança/jovem e os titulares das responsabilidades parentais.

⁵⁴ Arquivamento Liminar diz respeito a processos onde a Comissão Restrita da CPCJ considera que é manifesta a falta de fundamento ou que não existe qualquer necessidade de intervenção. Neste caso a CPCJ decide o arquivamento imediato do processo.

O volume processual⁵⁵ tem assistido a um crescimento progressivo nos últimos anos. Contudo, desde o início do período de referência até ao final de 2020⁵⁶ esse crescimento foi de apenas 17,7%.

De salientar que este aumento não é totalmente elucidativo relativamente a uma possível deterioração das condições de vida das crianças e jovens do concelho. Quer isto dizer que também poderá significar uma maior consciencialização da comunidade, relativamente aos direitos das crianças, tornando mais suscetível a denúncia de situações de perigo que anteriormente seriam menosprezadas pelos indivíduos e desconhecidas por parte das instituições. Haverá, portanto, uma necessidade perene da CPCJ, em conjunto com os diversos *Stakeholders*, continuar um trabalho de aproximação à comunidade, dando a conhecer o seu trabalho, bem como os direitos das crianças, para que possa haver um reconhecimento cada vez mais rápido e inteligível das situações de perigo.

Figura 42 - Volume Processual na CPCJ de Sobral de Monte Agraço



Fonte: CPCJ SMA

3.4.2. Crianças e Jovens com processo na CPCJ

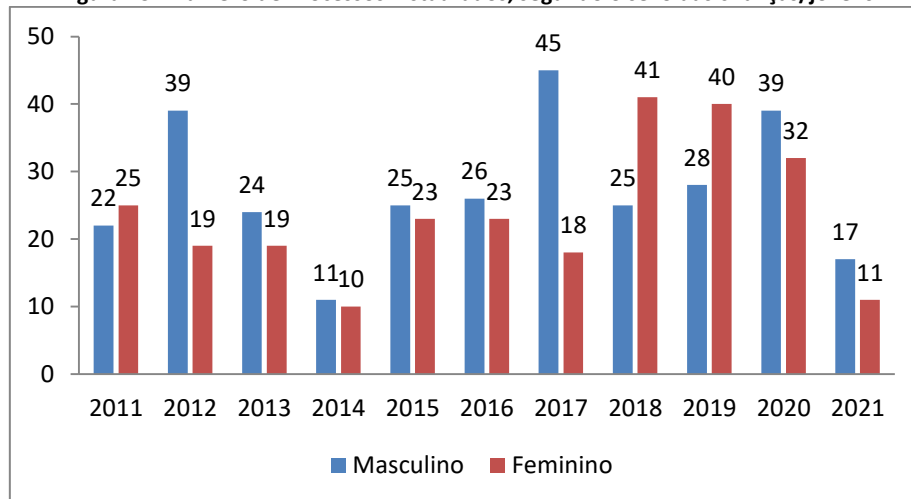
No que toca ao número de processos segundo o sexo das crianças/jovens, é possível concluir que, à exceção de três anos (2011, 2018 e 2019), são as crianças e jovens do sexo masculino que representam o maior número de processos instaurados. Representam, aliás, 54% dos processos instaurados durante o período de referência.

⁵⁵ O volume processual diz respeito à diferença entre os processos transitados, instaurados e reabertos, face à saída de processos (enviados a outras CPCJ's e arquivamentos)

⁵⁶ Não se utilizou o ano de 2021 para efeito de cálculos, uma vez que os dados refletem apenas a realidade até ao final de agosto.

Sem prejuízo aos factos já apresentados, há que ressaltar que existe uma enorme fluidez e variação na instauração de processos, segundo o sexo, não sendo possível discernir uma tendência que se mostre regular.

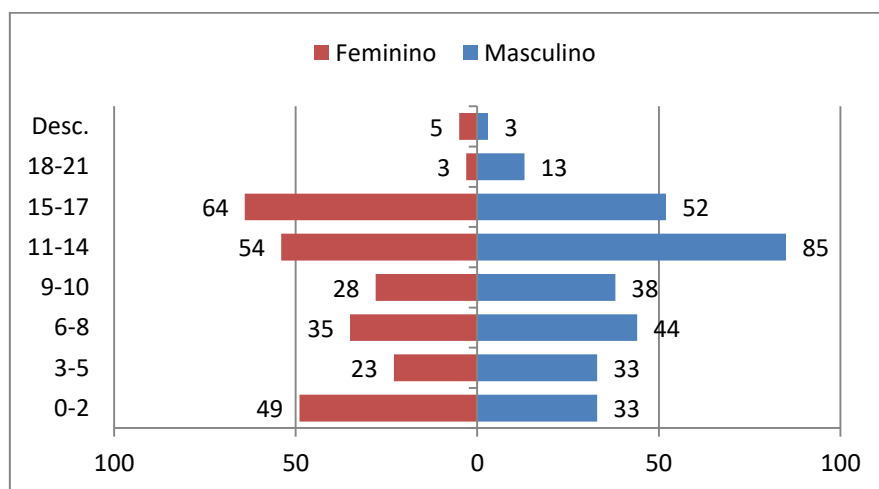
Figura 43 - Número de Processos instaurados, segundo o sexo das crianças/jovens



Fonte: CPCJ SMA

Quanto aos processos instaurados entre 2011 e 2021, segundo o sexo e a idade das crianças/jovens, é possível apurar no gráfico abaixo que as faixas etárias com maior prevalência são as dos 11-14 anos e dos 15-17 anos. Estas faixas etárias em conjunto, em ambos os sexos, representam 45% da distribuição. De referir também que, no espectro oposto, com menos representatividade, está a faixa etária entre os 18-21 anos. Isto deve-se sobretudo ao facto da CPCJ só poder continuar com a sua intervenção caso os jovens peçam expressamente que o acompanhamento da CPCJ continue além da maioridade.

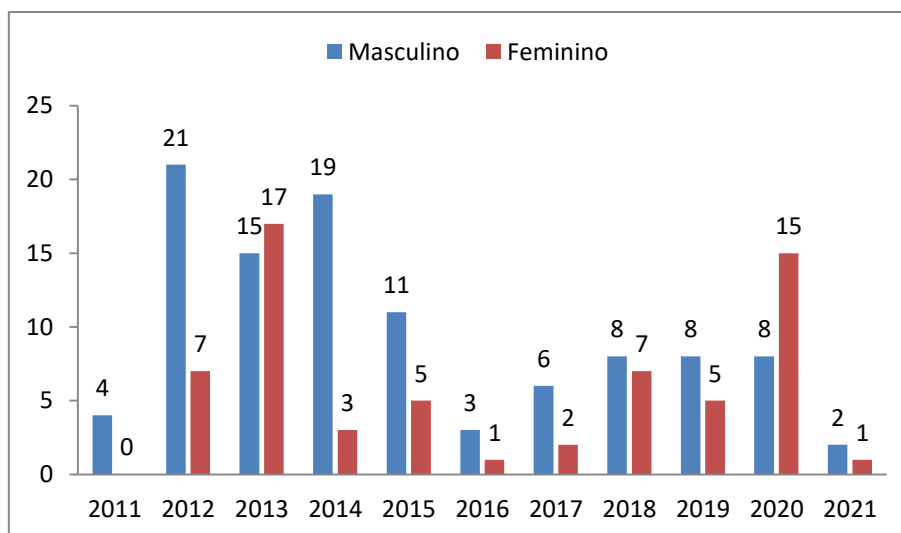
Figura 44 - Número de processos instaurados de 2011 a 2021, segundo o sexo e a idade das crianças/jovens



Fonte: CPCJ SMA

Tal como nos processos instaurados, as crianças/jovens do sexo masculino mostram-se em maioria nos processos reabertos, com exceção de apenas dois anos (2013 e 2020). Os processos reabertos de crianças/jovens do sexo masculino representam 63%. Isto significa que existe uma masculinização ainda mais marcada nos processos reabertos do que nos instaurados.

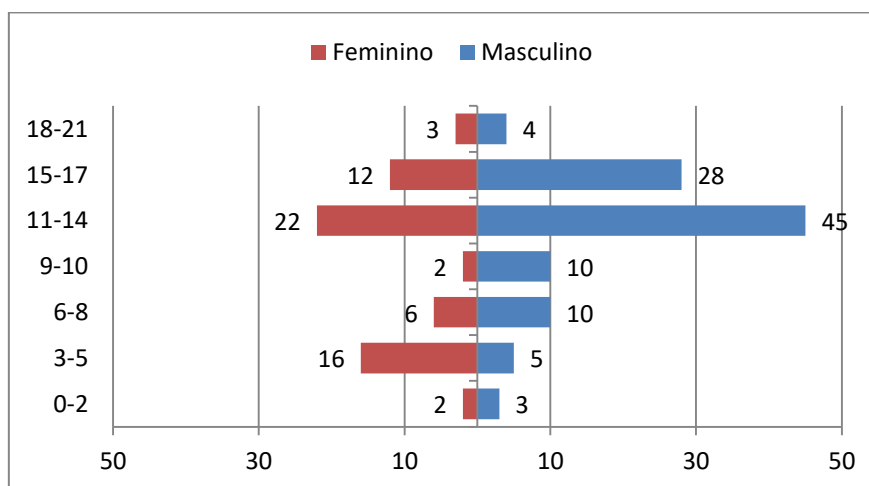
Figura 45 - Número de Processos Reabertos, segundo o sexo das crianças/jovens



Fonte: CPCJ SMA

Nos processos reabertos entre 2011 e 2021, tal como nos processos instaurados, é possível discernir no gráfico abaixo que as faixas etárias com maior prevalência são as dos 11-14 anos e dos 15-17 anos. Com efeito, estas faixas etárias em conjunto, em ambos os sexos, representam 64% da distribuição. Por outro lado, a faixa etária com menos processos reabertos entre 2011 e 2021 é a dos 0-2 anos que tem um valor global de 5 processos abertos.

Figura 46 - Número de processos reabertos de 2011 a 2021, segundo o sexo e a idade das crianças/jovens

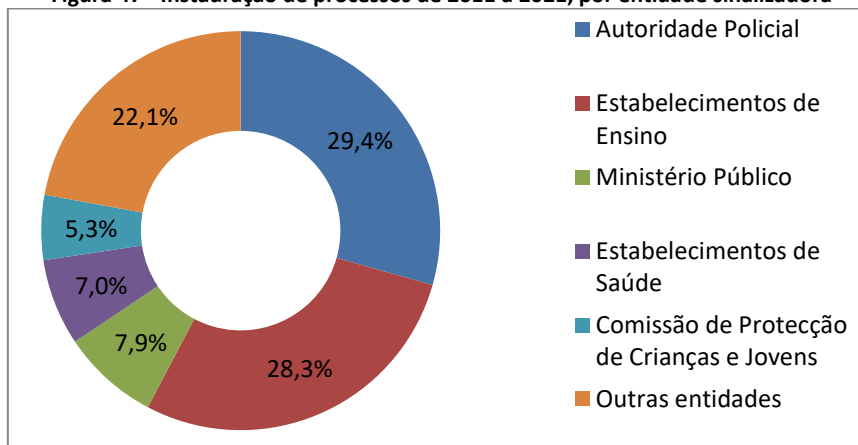


Fonte: CPCJ SMA

3.4.3. Entidades Sinalizadoras à CPCJ

Na figura abaixo, é possível constatar que, no concelho de Sobral de Monte Agraço, 57,7% das sinalizações que chegam à CPCJ são reportadas por parte da Autoridade Policial ou pelos Estabelecimentos de Ensino.

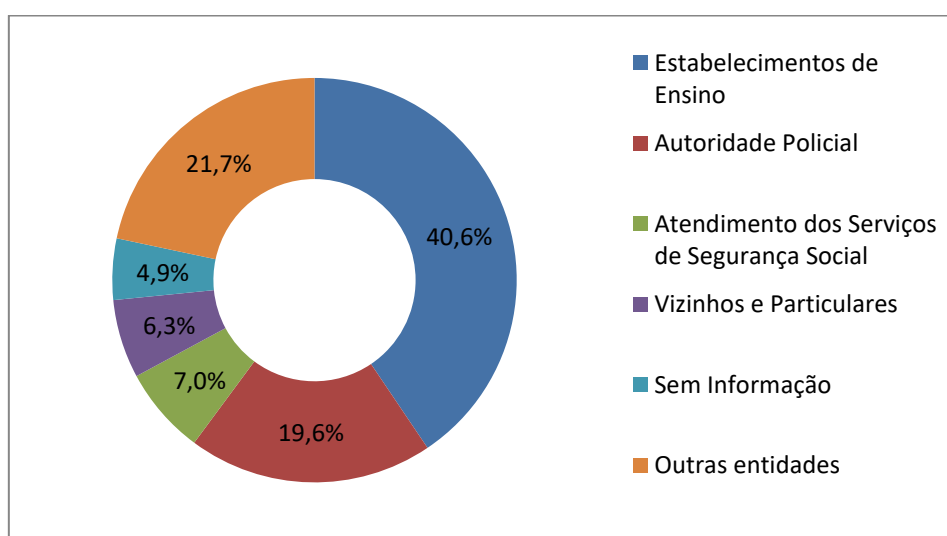
Figura 47 - Instauração de processos de 2011 a 2021, por entidade sinalizadora



Fonte: CPCJ SMA

Relativamente à reabertura de processos, é possível verificar uma reconfiguração das entidades sinalizadoras, uma vez que os Estabelecimentos de Ensino ganham uma enorme preponderância. Ainda assim, e alinhado com uma tendência anteriormente verificada, 60,2% das sinalizações, no que toca à reabertura de processos, provêm dos estabelecimentos de ensino ou da autoridade policial.

Figura 48 - Reabertura de processos de 2011 a 2021, por entidade sinalizadora



Fonte: CPCJ SMA

De salientar que os dados acima nunca poderão ser lidos de uma forma estanque, uma vez que existe uma interdependência entre as entidades sinalizadoras e as

problemáticas sinalizadas. Ou seja, as entidades sinalizam maioritariamente situações de perigo relativos à sua área de intervenção. A título de exemplo, tipicamente, casos de “*Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança*” são sinalizados pelas autoridades policiais. Já os casos de “*Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação*” são habitualmente sinalizados pelos estabelecimentos de ensino⁵⁷. Será então de inferir que as problemáticas sinalizadas possuem uma enorme influência na distribuição dos dados relativos às entidades sinalizadoras. Contudo, tal não é impeditivo que as diferentes Entidades sinalizem outras tipologias de perigo fora da sua área de intervenção.

3.4.4. Problemáticas Sinalizadas à CPCJ⁵⁸

Importará, primeiramente, salientar que este ponto 3.4.4. pretende fazer uma análise histórica e comparativa de forma a poder deslindar correlações entre as problemáticas sinalizadas e o perfil sociodemográfico das crianças. Contudo, note-se que a categorização dos processos que entram nas CPCJ's, bem como a sinalização das problemáticas que lhes são correspondentes sofreu uma alteração de monta. Até ao final do ano de 2019, cada processo tinha afeta apenas uma problemática. Ainda que a realidade pudesse demonstrar a existência de várias, cada processo só poderia ter afeta uma problemática que se considerava como sendo a principal. A partir do início de 2020, essa metodologia de trabalho mudou e os processos podem ter apenas quantas problemáticas existirem na realidade das crianças e jovens.

Isto significa, portanto, uma inflação das problemáticas sinalizadas. Contudo, importa referir que isso não implica um deterioramento da realidade social e da vida das crianças e jovens concelhios. Significa, pois, uma melhor caracterização dos processos, da realidade social e das problemáticas que assolam a vida das crianças e jovens do concelho de Sobral de Monte Agraço.

Na figura abaixo, “*A Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança*” revelou-se como a problemática mais frequente, uma vez que foram instaurados 115 processos durante o período de referência, de 2011 a

⁵⁷ Tal como casos em que *A Criança/Jovem Assume Comportamentos que Afetem gravemente o seu Bem-Estar e Desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de forma adequada a remover essa situação.*

⁵⁸ Para efeitos de análise, no ponto 3.4.4, não foi considerada a categoria [não aplicável] presente na aplicação informática da CPCJ.

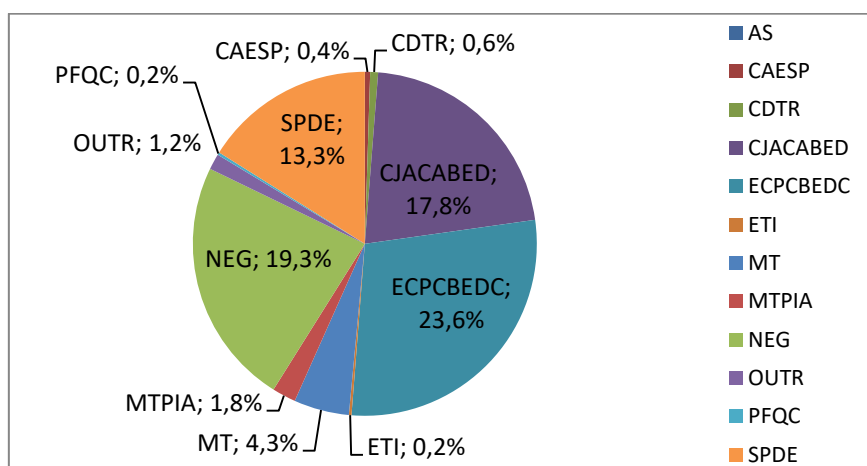
2021. Esta problemática é composta essencialmente, em 81% dos casos, por situações de exposição a violência doméstica.

A “negligência” diz respeito à segunda problemática mais sinalizada, com um peso de 19,3%, o que, em números absolutos, significa 94 processos instaurados.

A problemática em que a “Criança/Jovem Assume Comportamentos que Afetem gravemente o seu Bem-Estar e Desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de forma adequada a remover essa situação” surge como a terceira mais comum, correspondendo a 17,8%, no período de referência. Isto significa, em números absolutos, 87 processos.

Em quarto lugar, surgem as “Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação” que correspondem a 13,3% dos processos instaurados. Esta problemática é composta maioritariamente, em 89,2% dos casos, por situações de abandono ou absentismo escolar.

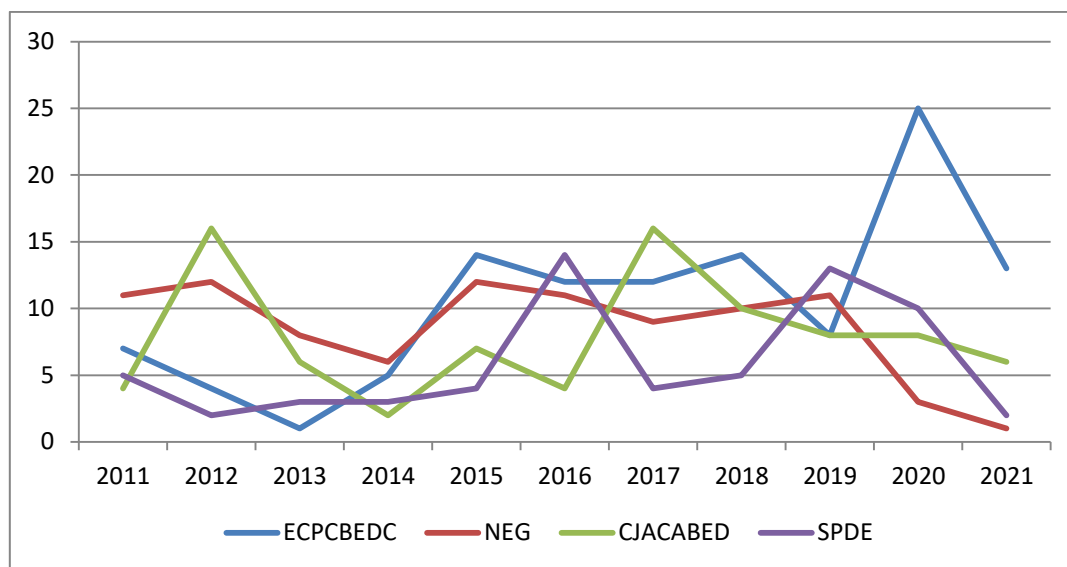
Figura 49 - Problemáticas sinalizadas em processos instaurados entre 2011 e 2021



Fonte: CPCJ SMA

No que toca à evolução das quatro principais problemáticas, durante o período de referência, é possível verificar que a “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança”, composta essencialmente por situações de violência doméstica, mostra uma tendência crescente, ainda que com algumas flutuações. Quanto às restantes problemáticas, poder-se-á dizer que o seu comportamento é extremamente dinâmico, não havendo uma tendência fácil de discernir.

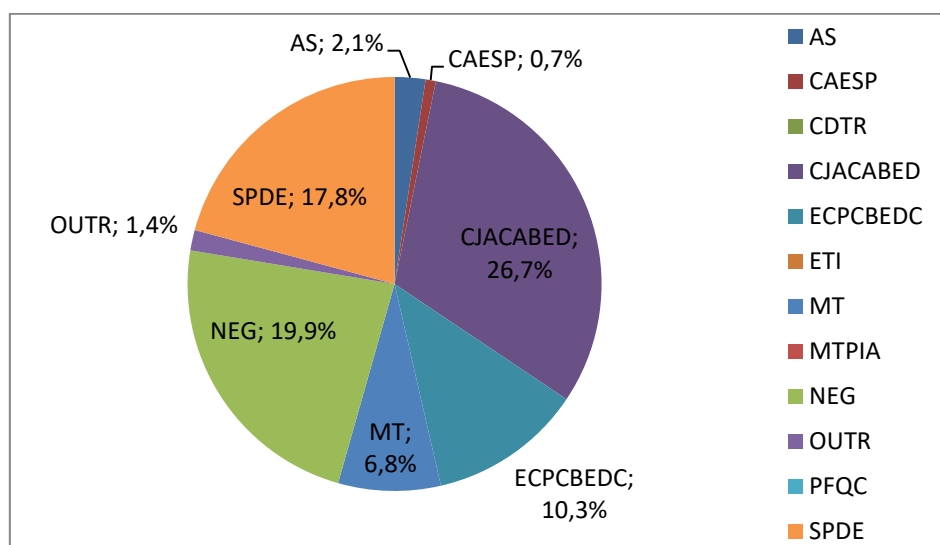
Figura 50 - Evolução das principais problemáticas nos processos instaurados (2011 - 2021)



Fonte: CPCJ SMA

Quanto às problemáticas sinalizadas em processos reabertos, podemos observar uma reconfiguração relativamente aos processos instaurados. A “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança” perde peso e passa a representar apenas 10,3% dos processos reabertos e a problemática em que a “Criança/Jovem Assume Comportamentos que Afetem gravemente o seu Bem-Estar e Desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de forma adequada a remover essa situação” surge como a mais comum nas reaberturas de processos.

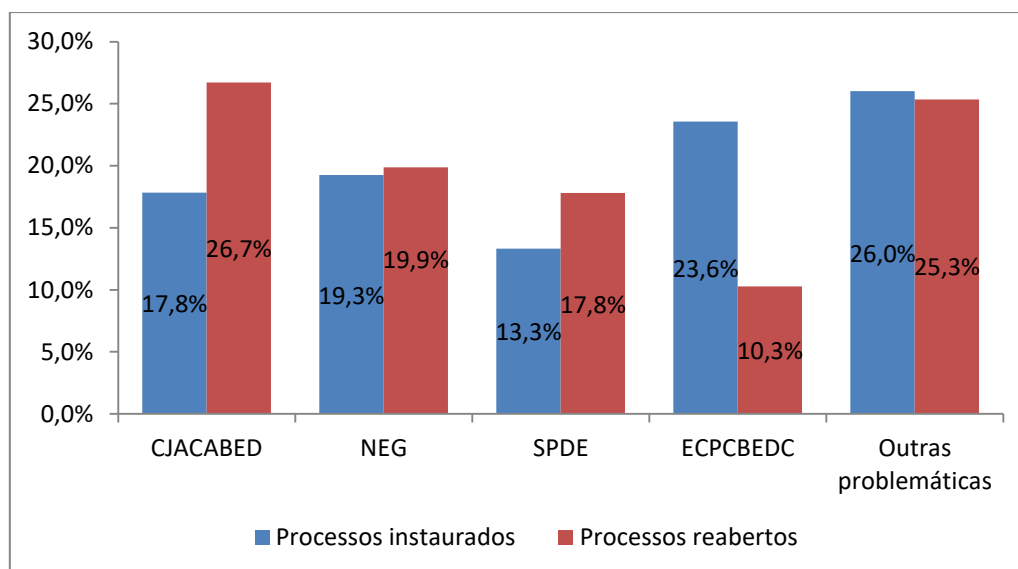
Figura 51 - Problemáticas sinalizadas em processos reabertos entre 2011 e 2021



Fonte: CPCJ SMA

A figura abaixo volta a transparecer reconfiguração das problemáticas sinalizadas em processos reabertos relativamente a processos instaurados. Como é possível verificar, existe uma igualdade relativa em processos sinalizados por “*negligência*”, ao passo que se dá um aumento significativo em duas outras problemáticas: “*Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação*” e “*A Criança/Jovem Assume Comportamentos que Afetem gravemente o seu Bem-Estar e Desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de forma adequada a remover essa situação*”. Todavia, pela positiva, há que salientar o decréscimo acentuado de processos reabertos com a problemática “*Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança*” relativamente aos processos instaurados.

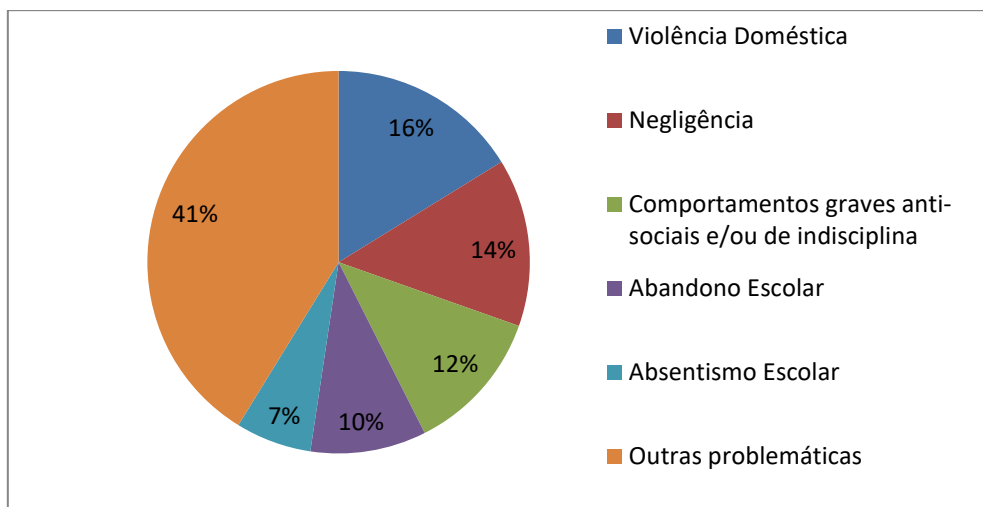
Figura 52 - Principais problemáticas nos processos instaurados e reabertos (2011 - 2021)



Fonte: CPCJ SMA

No que concerne às problemáticas sinalizadas, em processos de crianças/jovens do sexo masculino, é possível verificar que a violência doméstica, a negligência, os comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina e o abandono escolar possuem um maior peso.

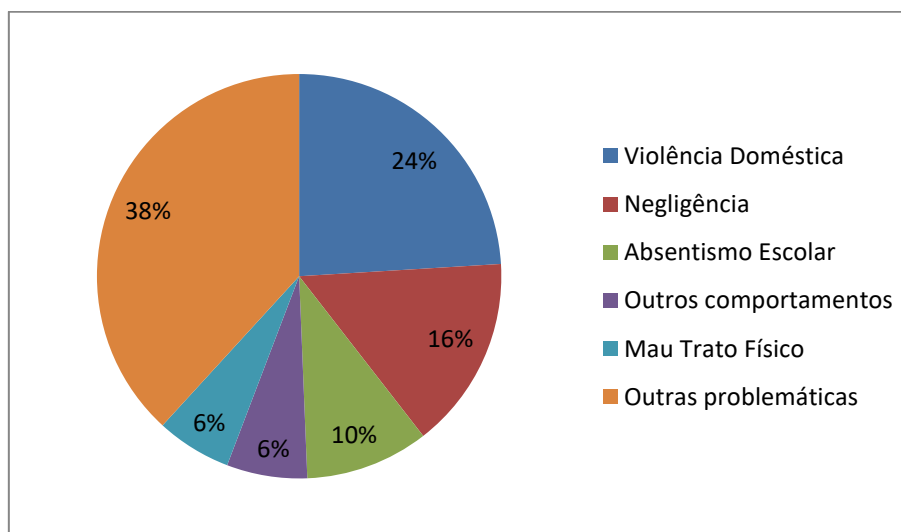
Figura 53 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens do sexo masculino no período de 2011 a 2021



Fonte: CPCJ SMA

No que toca às problemáticas sinalizadas, em processos de crianças/jovens do sexo feminino, podemos assistir a uma reconfiguração relativamente às crianças e jovens do sexo masculino. Acentua-se o peso relativo da violência doméstica e da negligência, ao passo que o abandono escolar e os comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina perdem relevância.

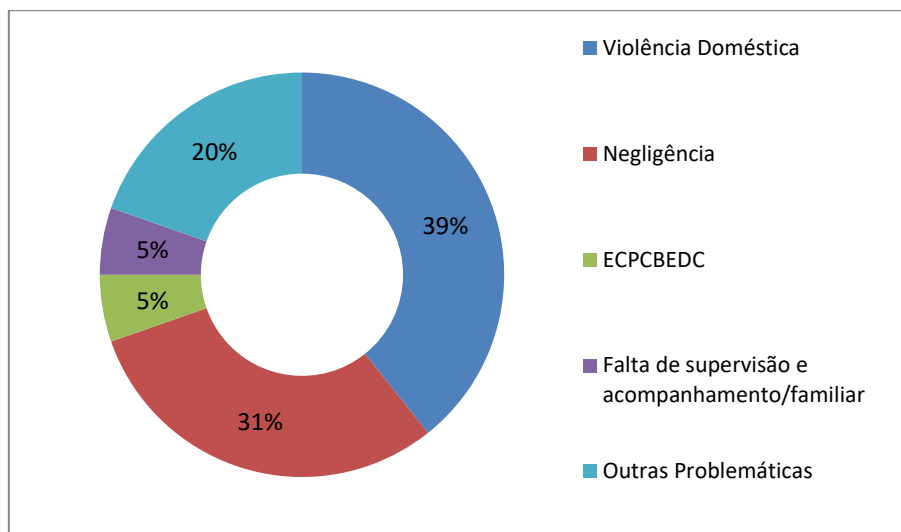
Figura 54 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens do sexo feminino no período de 2011 a 2021



Fonte: CPCJ SMA

Analisando as problemáticas sinalizadas, tendo em conta a faixa etária das crianças/jovens, é possível verificar abaixo que as crianças até aos dois anos são sinalizadas sobretudo por situações de violência doméstica e/ou negligência. Esta é, aliás, a faixa etária onde estas problemáticas possuem mais peso.

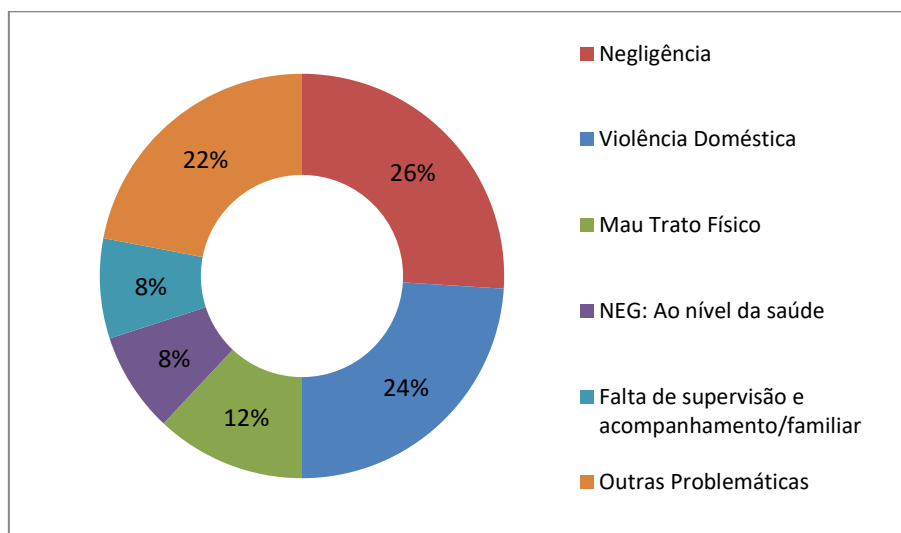
Figura 55 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 0-2 no período de 2011 a 2021



Fonte: CPCJ SMA

Na faixa etária dos 3-5 anos a negligência e a violência doméstica continuam a ser as problemáticas dominantes, sendo que a primeira possui mais peso. Note-se ainda que, entre todas as faixas etárias, esta é a faixa etária onde os maus tratos físicos assumem um maior peso.

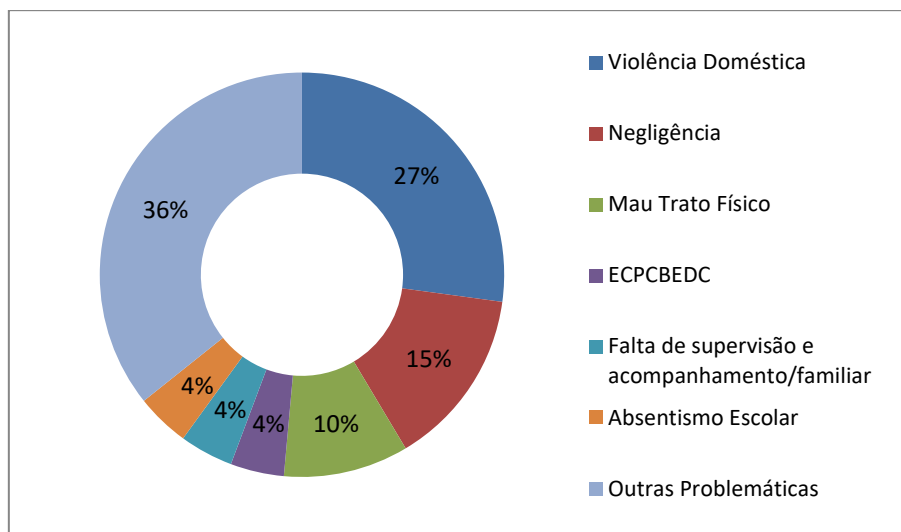
Figura 56 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 3-5 no período de 2011 a 2021



Fonte: CPCJ SMA

Na faixa etária dos 6-8 anos a violência doméstica, a negligência e os maus tratos físicos continuam a mostrar-se como as problemáticas predominantes. Cerca de 1 em cada 4 crianças dos 6-8 anos que têm processo na CPCJ de Sobral de Monte Agraço têm-no devido a situações de violência doméstica.

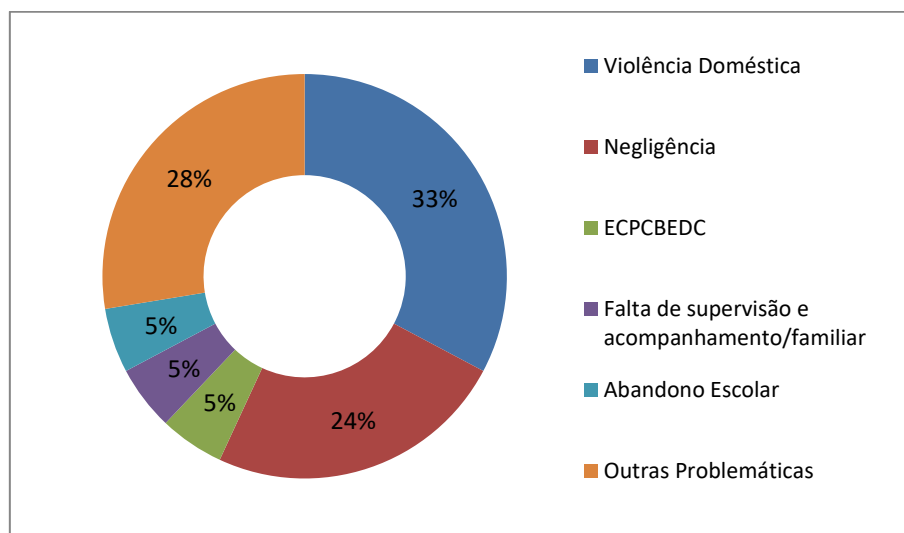
Figura 57 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 6-8 no período de 2011 a 2021



Fonte: CPCJ SMA

Na faixa etária dos 9-10 anos, a violência doméstica e a negligência continuam a ser as problemáticas com mais preponderância. Sendo que, neste caso, a violência doméstica ainda ganha mais peso. Cerca de 1 em cada 3 crianças dos 9-10 anos que têm processo na CPCJ de Sobral de Monte Agraço têm-no devido a situações de violência doméstica.

Figura 58 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 9-10 no período de 2011 a 2021

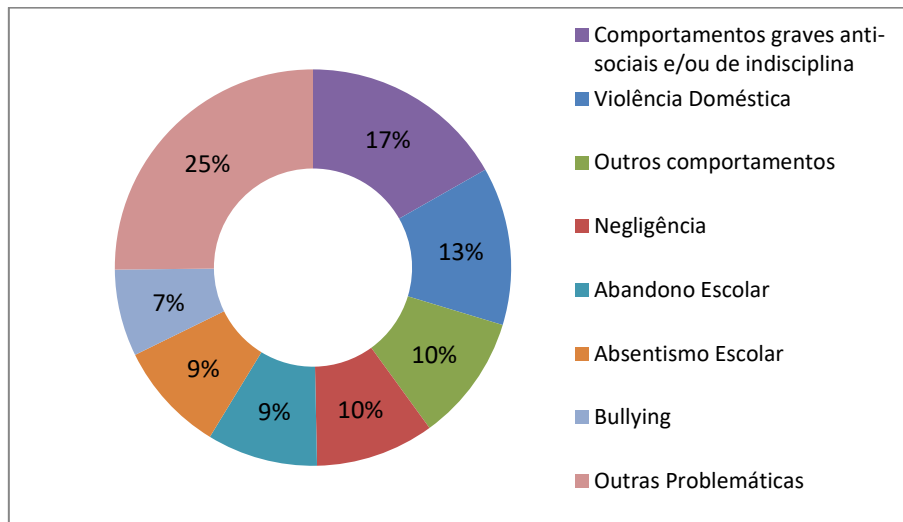


Fonte: CPCJ SMA

Na faixa etária dos 11-14 anos, as problemáticas sinalizadas sofrem uma autêntica reconfiguração. A violência doméstica e a negligência, apesar de uma presença forte, perdem força. O comportamento antissocial e/ou de indisciplina torna-se a problemática

mais comum e dá-se o recrudescimento do absentismo, do abandono escolar e do bullying.

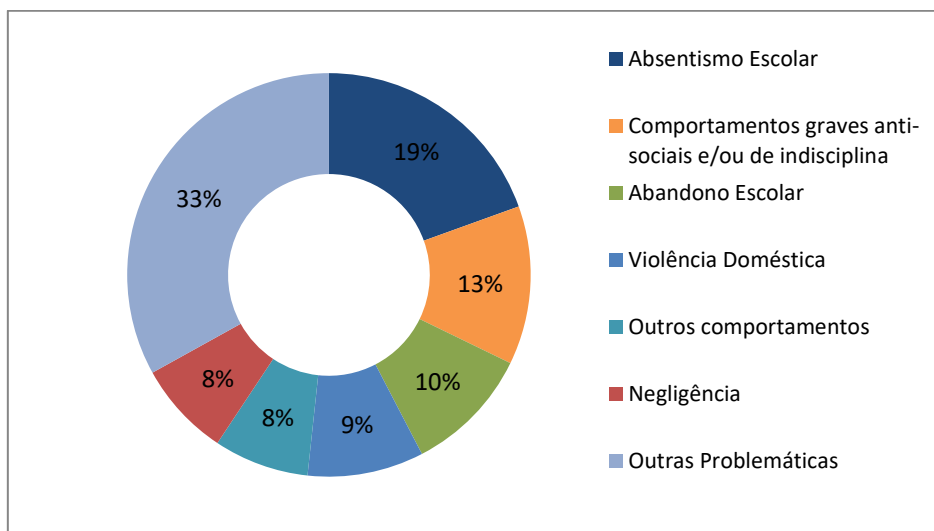
Figura 59 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 11-14 no período de 2011 a 2021



Fonte: CPCJ SMA

No que concerne aos jovens entre os 15 e 17 anos, a problemática mais recorrente é o absentismo escolar. O abandono escolar, tal como os comportamentos antissociais e/ou de indisciplina, a violência doméstica e a negligência continuam com uma forte presença, mas com tendência a enfraquecer, relativamente à faixa etária anterior.

Figura 60 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 15-17 no período de 2011 a 2021

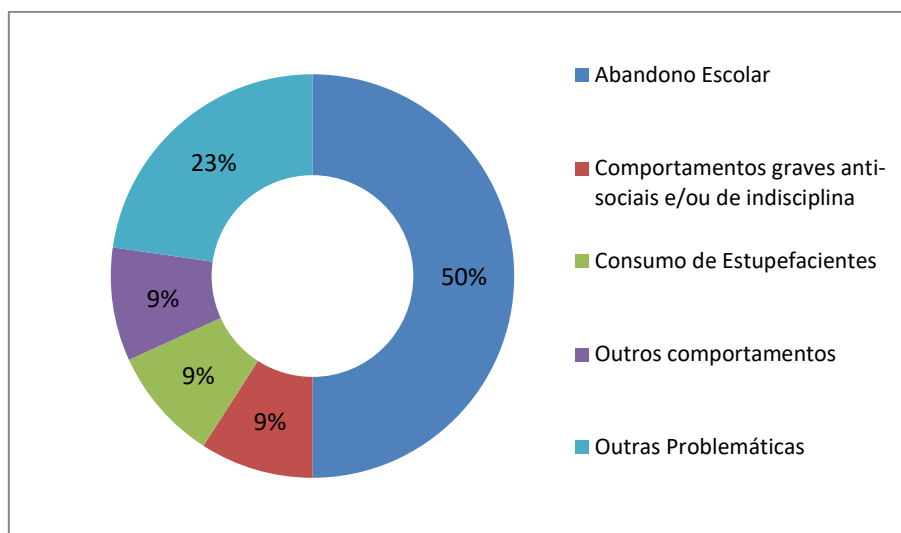


Fonte: CPCJ SMA

Por fim, quanto aos jovens entre os 18-21 anos, a intervenção da CPCJ foi muito diminuta no período de referência, havendo apenas 12 jovens com processo na CPCJ

com esta idade⁵⁹. Contudo, é de destacar que as problemáticas mais sinalizadas dizem respeito a situações de abandono escolar, comportamentos antissociais e/ou de indisciplina e consumo de estupefacientes.

Figura 61 - Problemáticas sinalizadas em processos (instaurados e reabertos) de crianças e jovens na faixa etária dos 18-21 no período de 2011 a 2021



Fonte: CPCJ SMA

É possível observar três tendências nas figuras acima: Em primeiro lugar, até à maioria das problemáticas da violência doméstica e da negligência são transversais a todas as faixas etárias. Em segundo lugar, quanto mais jovens as crianças mais tendência têm de ser sinalizadas devido a comportamentos de terceiros, quer sejam os pais ou outros titulares das responsabilidades parentais. Quer-se com isto dizer que quanto mais novas as crianças e jovens, mais frequentemente são sinalizadas por casos negligência ou de exposição a comportamentos que podem comprometer o seu desenvolvimento e bem-estar⁶⁰. Em terceiro lugar, ao passo que a idade das crianças vai avançando, os casos de negligência e de violência doméstica vão perdendo a sua força relativa e as sinalizações que ganham mais força devem-se, sobretudo, a comportamentos que podem ser atribuídos aos próprios jovens, como é o caso dos comportamentos antissociais e/ou de indisciplina, absentismo, abandono escolar, consumo de álcool e/ou de estupefacientes.

⁵⁹ Isto deve-se sobretudo ao facto da CPCJ só poder continuar com a sua intervenção caso os jovens peçam expressamente que o acompanhamento da CPCJ continue além da maioridade.

⁶⁰ Como é o caso da violência doméstica, consumo de álcool e estupefacientes.

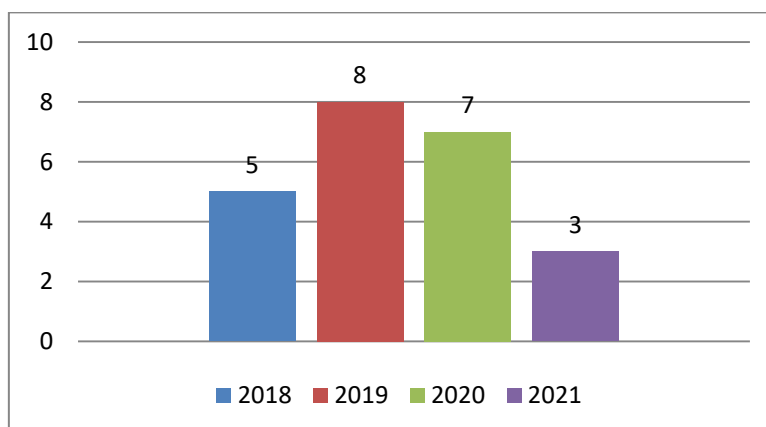
3.4.4.1 Violência doméstica⁶¹

Dado que a “exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança – Violência doméstica” é a problemática mais frequente nos processos trabalhados pela CPCJ de Sobral de Monte Agraço, torna-se da maior importância proceder a uma breve caracterização deste problema social no concelho de Sobral de Monte Agraço.

Na figura infra, é possível verificar um comportamento relativamente dinâmico no número total de vítimas de violência doméstica, residentes no concelho de Sobral de Monte Agraço, que solicitaram apoio junto do Gabinete Intermunicipal de Apoio à Vítima (GIAV). Estes dados - nos quais se verifica uma ligeira queda na procura pelos serviços do GIAV (de 2019 até a 31 de agosto de 2021) -, devem ser analisados com cautela, pois não se deve escamotear os efeitos da pandemia e do confinamento na liberdade de movimentos individuais e, conseqüentemente, na procura dos serviços do GIAV.

Ainda relativamente aos dados que se seguem, torna-se importante evidenciar que 5 das 7 vítimas diretas que procuraram o GIAV em 2020 tinham filhos. Perfazendo 5 crianças do sexo feminino e 3 do sexo masculino que estiveram expostas a comportamentos de que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento. Já no ano de 2021, apenas 1 das 3 vítimas diretas revelou ter filhos, sendo que tem 3 filhos do sexo masculino.

Figura 62 - Número total de vítimas, residentes no Concelho de SMA, que solicitaram apoio ao GIAV



Fonte: Diagnóstico Social SMA 2020; GIAV

Os dados cedidos pelo Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana, ao contrário dos expostos acima, fazem uma comparação entre períodos homólogos até 31 de agosto. Estes dados também revelam um comportamento extremamente dinâmico,

⁶¹ Todos os dados representados neste ponto reportam-se até dia 31 de Agosto de 2021.

tanto em número de crimes quanto de vítimas, nos últimos anos. É possível verificar um ligeiro aumento entre 2019 e 2020, para se assistir, de súbito, uma queda de 33,3% em 2021. Quanto ao número de vítimas, é possível verificar um decréscimo de 12,5%, passando este indicador a coincidir com o número de crimes cometidos.

Quadro 49 - Crimes registados e Vítimas no concelho de SMA⁶²

	2019	2020	2021	Dif. 20/21	Dif. 20/21 (%)
Nº de Crimes	22	27	18	-9	-33,3%
Nº de Vítimas	-	32	18	-4	-12,5%

Fonte: Ministério da Administração Interna – Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana

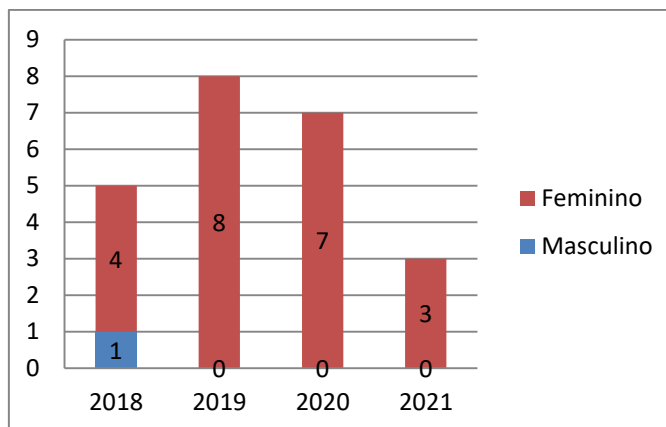
No que toca à violência doméstica, é da maior importância referir o sexo das vítimas, uma vez que se trata de um dos indicadores mais vinculados e importantes – senão o mais importante – relativamente à análise deste problema social⁶³. Segundo a APAV, no ano de 2020, 74,9% das vítimas eram do sexo feminino. De salientar também que a violência doméstica é transversal a todas as faixas etárias, contudo, e devido ao facto desta ser exercida sobretudo sobre cônjuges ou análogos, as faixas etárias que sobressaem como as mais comuns são dos 25 aos 54 anos. (Estatísticas APAV - Relatório Anual 2020)

Nas figuras abaixo, uma que reporta a dados do GIAV e outra a dados da GNR, vêm confirmar os factos acima expostos e vão de encontro à realidade nacional, onde a mulher é a principal vítima do crime de violência doméstica. Apesar deste facto, não podemos escamotear a realidade masculina. Torna-se necessário referir que também existem homens que sofrem violência doméstica, sendo alvo de comportamentos de controlo, agressões físicas e psicológicas. Estes homens receiam, em muitos casos, ser humilhados e desacreditados em caso de denúncia. Como tal, vivem uma vida marcada pelo medo e pela vergonha, ficando assim presos a uma relação abusiva.

⁶² Comparação entre períodos homólogos até 31 de agosto

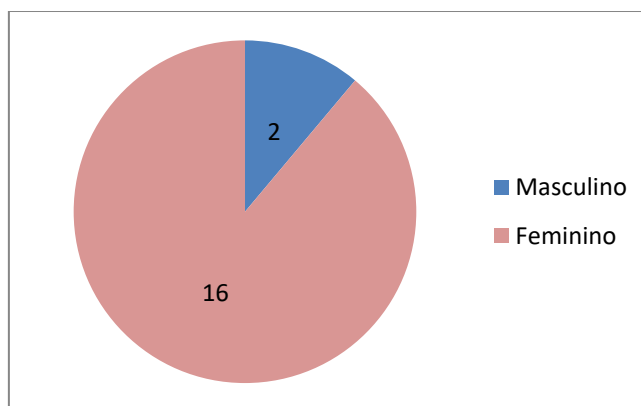
⁶³ A violência doméstica mostra-se transversal em diversos indicadores que ajudam a caracterizar as vítimas deste crime, referentes, nomeadamente, a: *idade, escolaridade, profissão*, etc. Ao passo que no indicador *sexo* existe um pendor extremamente vincado e desproporcional em desfavor para as mulheres.

Figura 63 - Vítimas, residentes no Concelho de SMA, que solicitaram apoio ao GIAV, por sexo



Fonte: Diagnóstico Social SMA 2020; GIAV

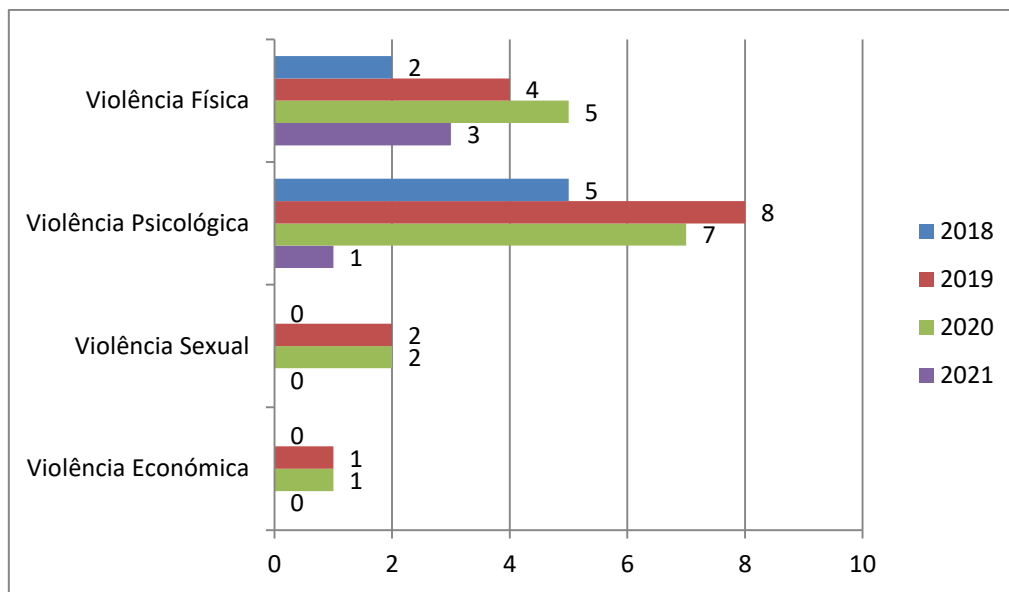
Figura 64 - Vítimas do crime de Violência doméstica, por sexo



Fonte: Ministério da Administração Interna – Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana

Os dados do GIAV, relativos à tipologia de agressão, demonstram um predomínio da *violência psicológica* e *física*. Relatórios da APAV demonstram que a realidade concelhia está alinhada com a tendência nacional, pois os dados revelam que tanto os homens quanto as mulheres sofrem sobretudo de *violência psicológica*, sendo que a *violência física* mostra-se como a segunda tipologia mais frequente. (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2018) (2019)

Figura 65 - Tipologias de agressão relativas a sinalização de residentes no Concelho de SMA, por número de processos



Fonte: Diagnóstico Social SMA 2020; GIAV

A tipificação do crime, por parte do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana, segue outra via. A análise proposta tem por base a relação entre o agressor e a vítima. Como é possível verificar no seguinte quadro, os crimes de violência doméstica são cometidos sobretudo contra cônjuges ou análogos. Em 2020 e 2021 disseram respeito, respetivamente, a 85% e 77% do total de crimes de violência doméstica.

Importará salientar ainda a descida de 33,3% das denúncias de violência doméstica entre os anos de 2020 e 2021, durante o período homólogo até 31 de agosto. Não será de excluir, de todo, o efeito pandémico, tal como referido anteriormente, no número de denúncias. No ano de 2021, as restrições à liberdade de movimentos começaram mais cedo, relativamente ao ano de 2020, perdurando durante mais tempo. Como tal, é possível que as diversas medidas restritivas, tal como o confinamento, possam ter tido um efeito negativo no número de denúncias feitas às autoridades policiais.

Ao longo de todo o ano de 2020 foram denunciados às autoridades **45 crimes** de violência doméstica.

Quadro 50 - Situações de Violência doméstica denunciadas às autoridades policiais de SMA, por tipologia⁶⁴

Tipificação de Crime	Nº de crimes 2020	Nº de Crimes 2021	Dif. 20/21	Dif. 20/21 (%)
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	23	14	-9	-39,1%
Outros crimes de violência doméstica	3	4	+1	+33,3%
Violência doméstica contra menores	1	0	-1	-100%
Total	27	18	-9	-33,3%

Fonte: Ministério da Administração Interna – Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana

O que a análise dos dados revela, apesar dos vincados perfis de vítima e agressor, é que qualquer individuo pode ser vítima deste tipo de crime. Trata-se de um crime que se passa para lá de portas, levando a que uma vítima possa ser sujeita a este tipo de violência ao longo toda a sua vida. As vítimas - mulheres, homens, crianças - sofrem diversas consequências a nível físico, psicológico, social e económico. Urge, portanto, que a sociedade se una no combate a este problema social.

3.4.5. Medidas de Promoção e Proteção

Em primeiro lugar, importa salientar que, segundo o art.º 34.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, as medidas de promoção e proteção têm como finalidade:

- a) Afastar o perigo em que estes se encontram;
- b) Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- c) Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

Em segundo lugar, as Medidas de Promoção e Proteção têm várias modalidades, a saber:

- I) Apoio junto dos pais;
- II) Apoio junto de outro familiar;
- III) Confiança a pessoa idónea;

⁶⁴ Comparação entre períodos homólogos até 31 de Agosto

IV) Apoio para a autonomia de vida⁶⁵;

V) Acolhimento familiar⁶⁶;

VI) Acolhimento residencial⁶⁷;

VII) Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção.

Abaixo, é possível verificar que, no período de referência, a CPCJ de Sobral de Monte Agraço só recorreu a medidas provisórias 25 vezes. As medidas provisórias dizem respeito a situações particularmente graves em que a CPCJ necessita de intervir rapidamente para assegurar o superior interesse da criança. As medidas provisórias têm a duração de 6 meses, com revisão aos 3, sem prejuízo de transitar para medida definitiva.

De salientar, ainda assim, que, em 92% dos casos em que uma medida provisória foi aplicada, dizia respeito a “Apoio junto dos pais”

Quadro 51 - Acordos de Promoção e Proteção Celebrados, por tipo de Medida Provisória (2011 - 2021)

Tipo de Medida	Nº	%
Apoio Junto de Outro Familiar	2	8
Apoio Junto dos Pais	23	92
Total	25	100

Fonte: CPCJ SMA

Quanto às medidas definitivas importará esclarecer, em primeiro lugar, que as mesmas não podem ter uma duração superior a 12 meses. Podem, todavia, ser prorrogadas até aos 18 meses se o superior interesse da criança ou do jovem assim o aconselhar e se os diversos consentimentos se mantiverem.

⁶⁵ A medida de apoio para a autonomia de vida consiste em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida. (art.º 45.º LPCJP)

⁶⁶ O acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral (art.º 46.º LPCJP)

⁶⁷ A medida de acolhimento residencial consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados.

No seguinte quadro, é possível constatar que as medidas aplicadas na CPCJ de Sobral de Monte Agraço foram executadas no meio natural de vida das crianças/jovens, com exceção apenas de 2,6% dos casos, onde foi executada uma medida de colocação, mais designadamente o Acolhimento Residencial. Pode então constatar-se que a medida mais frequente, em 92,9% dos casos, é o apoio junto dos pais. Esta medida tem como pressuposto prestar à criança/jovem apoio de cariz psicopedagógico, social e, caso necessário, ajuda económica.

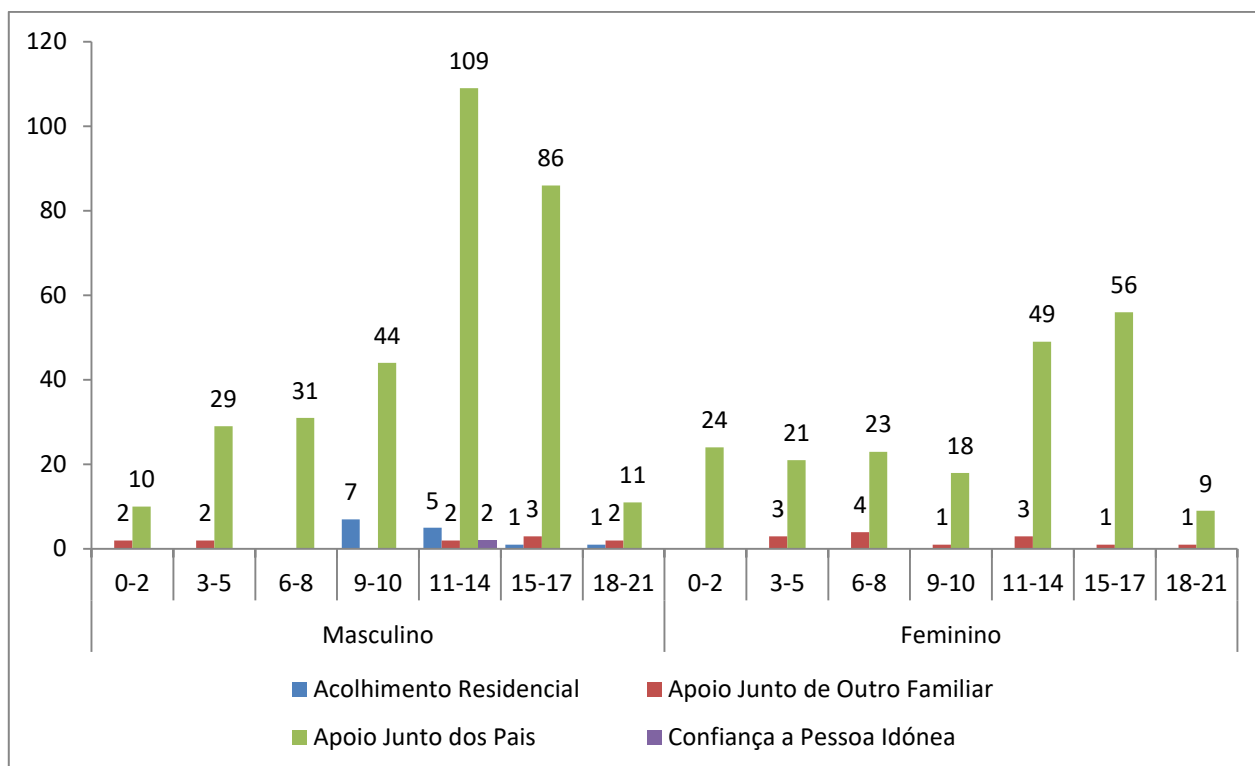
Quadro 52 - Acordos de Promoção e Proteção Celebrados, por tipo de Medida Definitiva (2011 - 2021)

Tipo de Medida	Nº	%
Acolhimento Residencial	14	2,6
Apoio Junto de Outro Familiar	22	4,1
Apoio Junto dos Pais	497	92,9
Confiança a Pessoa Idónea	2	0,4
Total	535	100

Fonte: CPCJ SMA

Na seguinte figura, é possível verificar a representação gráfica dos factos já apresentados. Todavia, é ainda possível verificar que todos os casos em que foi aplicada uma medida de colocação, mais concretamente o acolhimento residencial, diziam respeito a crianças/jovens do sexo masculino. Por outro lado, as crianças/jovens do sexo feminino, à parte do apoio junto dos pais, tiveram sempre como alternativa o apoio junto de outro familiar. Isto significa que as redes de apoio familiares, durante o período de referência, foram muito mais eficientes como rede de apoio a crianças/jovens do sexo feminino. Importa, porém, fazer a ressalva de que as crianças/jovens institucionalizadas devido a adições estão inseridas nas estatísticas referentes ao *Acolhimento residencial*. Sendo que 71% das crianças/jovens com processo na CPCJ de SMA relativos a consumos são do sexo masculino, a probabilidade de lhes ser aplicada esta medida é superior em relação às crianças/jovens do sexo feminino.

Figura 66 - Acordos de Promoção e Proteção Celebrados, por tipo de Medida (Global) entre 2011 e 2021



Fonte: CPCJ SMA

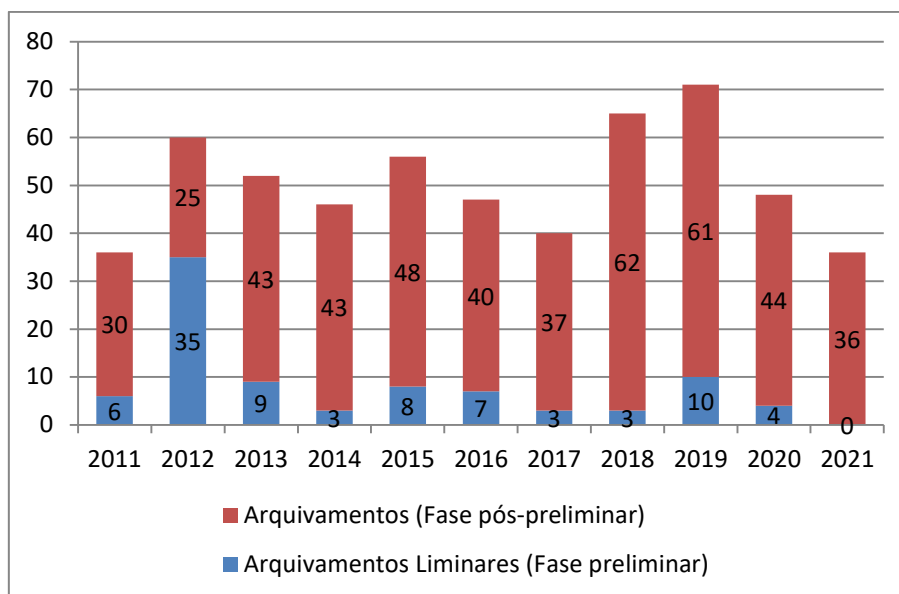
3.4.6. Motivos de Arquivamento na CPCJ

Aquando de uma comunicação à CPCJ de Sobral de Monte Agraço, procede-se a uma série de diligências por forma a deliberar a instauração ou não do Processo de Promoção e Proteção. Se, durante estas diligências, houver motivos de arquivamento⁶⁸, considera-se como arquivamento liminar.

Abaixo, é possível verificar um comportamento extremamente dinâmico no que toca aos arquivamentos, sem ser possível discernir uma tendência. De salientar que, na esmagadora maioria dos casos, em 84,2%, a CPCJ de Sobral de Monte Agraço arquivou o processo em fase pós-preliminar. Isto significa que o processo chegou, pelo menos, a uma fase em que houve deliberação de medida e elaboração de proposta de atuação.

⁶⁸ Os motivos podem ir desde não se confirmar a sinalização como uma situação de perigo ou abertura indevida de processo

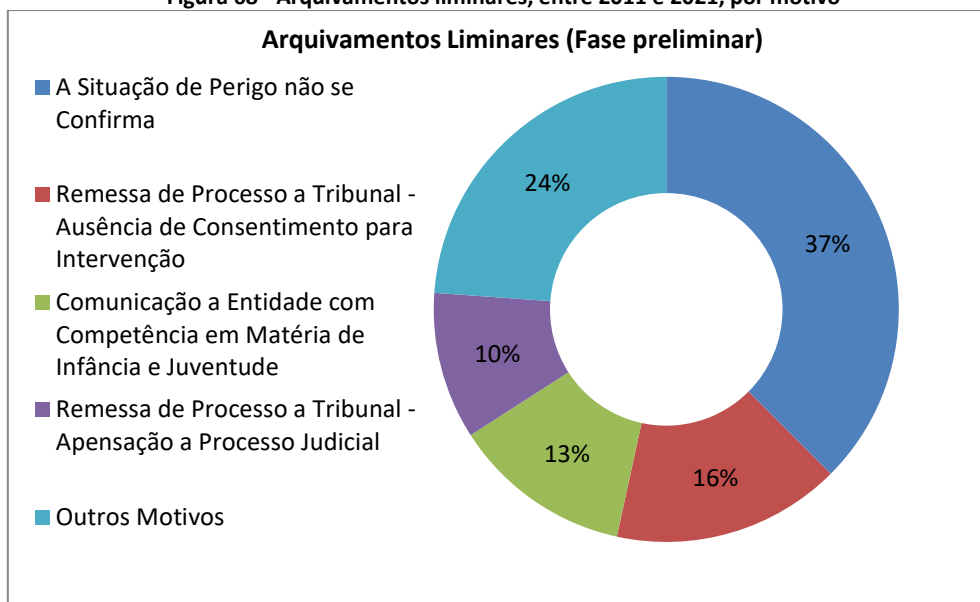
Figura 67 - Arquivamentos na CPCJ de Sobral de Monte Agraço, entre 2011 e 2021



Fonte: CPCJ SMA

No que toca a arquivamentos liminares, os motivos de arquivamento mais comuns são: “A situação de perigo não se confirma” e “Remessa de Processo a Tribunal - Ausência de Consentimento para Intervenção”⁶⁹. Estes dois motivos correspondem a 53% dos arquivamentos liminares na CPCJ de Sobral de Monte Agraço.

Figura 68 - Arquivamentos liminares, entre 2011 e 2021, por motivo

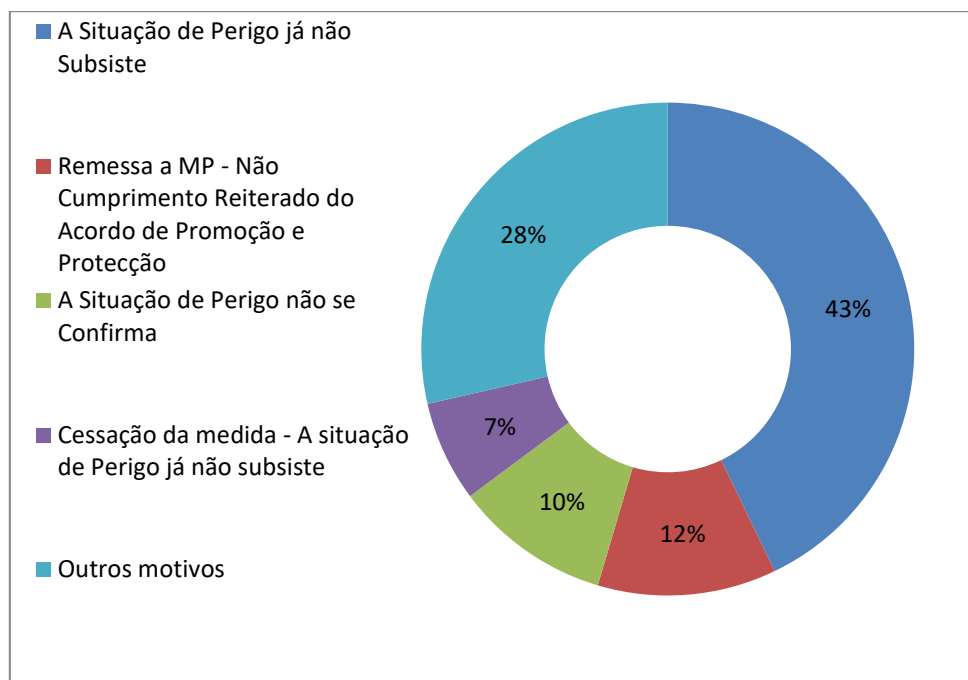


Fonte: CPCJ SMA

⁶⁹ De considerar que este motivo de arquivamento liminar confirmou-se apenas até 2016, passando depois a figurar apenas na fase pós-preliminar.

Relativamente aos arquivamentos em fase pós-preliminar, numa nota positiva, o principal motivo de arquivamento deve-se ao facto de a CPCJ considerar que “a situação de perigo que deu origem à sinalização já não subsiste”. Por outro lado, negativamente, a segundo motivo de arquivamento mais comum deve-se ao “não cumprimento reiterado do Acordo de Promoção e Protecção”. Como tal o processo deve ser arquivado na CPCJ, mas remetido ao Ministério Público.

Figura 69 - Arquivamentos (fase pós-preliminar), entre 2011 e 2021, por motivo



Fonte: CPCJ SMA

3.4.7. Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens em Risco (NACJR)

Os Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens em Risco são equipas multidisciplinares que integram os modelos organizativos dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) e que, segundo o Despacho n.º 31292/2008, de 5 de dezembro, possuem as seguintes funções:

- Contribuir para a informação prestada à população e sensibilizar os profissionais do setor administrativo e técnico, dos diferentes serviços, para a problemática das crianças e jovens em risco
- Difundir informação de carácter legal, normativo e técnico sobre o assunto;
- Incrementar a formação e preparação dos profissionais, na matéria;

- d. Coletar e organizar a informação casuística sobre as situações de maus tratos em crianças e jovens atendidos no centro de saúde, ou no hospital, conforme aplicável, em articulação com as estruturas de vigilância de saúde pública;
- e. Prestar apoio de consultadoria aos profissionais e equipas de saúde no que respeita à sinalização, acompanhamento ou encaminhamento dos casos;
- f. Gerir, a título excecional, as situações clínicas que, pelas características que apresentem, possam ser acompanhados a nível do centro de saúde, ou do hospital, conforme aplicável, e que, pelo seu carácter de urgência em matéria de perigo, transcendam as capacidades de intervenção dos outros profissionais ou equipas da instituição;
- g. Fomentar o estabelecimento de mecanismos de cooperação intra-institucional no domínio das crianças e jovens em risco, quer, no âmbito das equipas profissionais dos centros de saúde, quer a nível das diversas especialidades, serviços e departamentos dos hospitais com atendimento pediátrico;
- h. Estabelecer a colaboração com outros projectos e recursos comunitários que contribuem para a prevenção e acompanhamento das situações de crianças e jovens em risco, conforme preceituado na lei de protecção de crianças e jovens em perigo, com vista a reforçar o primeiro nível de intervenção nesta matéria e a incrementar a aplicação do princípio da subsidiariedade;
- i. Mobilizar a rede de recursos internos do centro de saúde e dinamizar a rede social, de modo a assegurar o acompanhamento dos casos;
- j. Assegurar a articulação funcional com os outros Núcleos criados na rede a nível de cuidados primários e a nível hospitalar, através, nomeadamente, da ação das unidades coordenadoras funcionais (UCF), com as comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ) e com o Ministério Público junto dos Tribunais, de acordo com os preceitos legais e normativos em vigor.

A saúde, com a implementação do NACJR, surge então na primeira linha⁷⁰ de intervenção, tendo um papel extremamente importante na deteção precoce e prevenção de situações de risco, perigo e/ou maus-tratos. A CPCJ e os Tribunais são entidades de segunda e terceira linha de intervenção, respetivamente, que só devem ser chamados a intervir quando não for possível à NACJR atuar de forma adequada para remover a

⁷⁰ Tal como outras entidades com intervenção noutros campos da vida social, como as Escolas, as Entidades Policiais, IPSS, autarquias, etc..

criança/jovem da situação de perigo em que se encontra. Por outras palavras, a CPCJ só é solicitada a intervir depois de entidades como a NACJR terem esgotado todos os meios ao seu alcance.

Quanto à atuação do NACJR no concelho de Sobral de Monte Agraço, é possível verificar abaixo a distribuição dos casos acompanhados no ano de 2020. Não existe nenhuma tendência demasiado marcada a assinalar, a não ser um peso significativo de casos acompanhados em jovens de 15 e mais anos, com um peso de 35,3%.

Quadro 53 - Casos acompanhados pelo NACJR no ano de 2020

Casos Acompanhados em 2020			
Escalão Etário	Masculino	Feminino	Total
<1	0	0	0
1-2	2	1	3
3-5	4	3	7
6-10	4	2	6
11-14	3	3	6
15+	6	6	12
Total	19	15	34

Fonte: ACES Oeste Sul

Segundo a equipa do NACJR, ao longo do ano de 2020, as tipologias de perigo mais comuns nos casos em que trabalharam foram a *Negligência* e os *Maus tratos psicológicos/emocionais*.

Refira-se, por fim, que 80% dos profissionais do NACJR que trabalham diretamente com crianças têm formação na área dos direitos da criança.

3.4.8. Síntese do capítulo

Na síntese do capítulo referente às crianças e o direito à proteção, destaca-se o seguinte:

- O comportamento dos processos instaurados mostrou-se extremamente fluído desde 2014, contudo com uma tendência para o aumento. Já as reaberturas sofreram uma queda abrupta após 2014 e mostram-se estabilizadas, de grosso modo, nos 20% do total de processos iniciados.
- Existe uma masculinização dos processos instaurados na CPCJ de Sobral de Monte Agraço, dado que 54% dizem respeito a crianças/jovens do sexo masculino. Essa tendência agrava-se para 63% quando nos referimos à reabertura de processos.
- Numa análise por faixas etárias, é possível verificar uma prevalência das faixas 11-14 e 15-17 anos, relativamente aos processos instaurados, uma vez que juntas representam 45% da distribuição. Essa tendência agrava-se para 64% nas reaberturas de processos.
- A propósito das entidades sinalizadoras, 57,7% dos processos instaurados devem-se a comunicações das autoridades policiais (GNR) ou do AEJICS. Nos processos reabertos, o peso aumenta para 60,2%, sendo que o AEJICS passa a ser o principal sinalizador.
- As crianças/jovens do **sexo masculino** são sinalizadas sobretudo por Exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento, mais nomeadamente a *Violência doméstica, Negligência e Comportamentos graves anti-sociais e/ou de indisciplina*.
- As crianças/jovens do **sexo feminino** são sinalizadas sobretudo por Exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento, mais nomeadamente a *Violência doméstica, Negligência e Absentismo escolar*.
- Analisando as problemáticas por faixa etária, é possível verificar que a *violência doméstica* e a *negligência* são transversais a todas as idades.
- Quanto mais jovens as crianças, mais tendência têm de ser sinalizadas devido a comportamentos de terceiros, quer sejam os pais ou outros titulares das responsabilidades parentais.
- Ao passo que a idade das crianças/jovens vai avançando, as sinalizações devido a comportamentos de terceiros vão perdendo a sua força relativa e, em sentido

contrário, as sinalizações que ganham mais força devem-se, sobretudo, a comportamentos que podem ser atribuídos aos próprios jovens.

- As vítimas concelhias de violência doméstica são essencialmente mulheres que sofrem, na maior parte dos casos, violência psicológica e física por parte do cônjuge ou análogos.
- Quanto às Medidas de Promoção e Proteção, provisórias e definitivas, a mais comum é o *“apoio junto dos pais”*.
- No período de referência, 2011 a 2021, só se recorreu ao acolhimento residencial por 14 vezes, sendo em todos os casos crianças/jovens do sexo masculino.
- 84,2% dos processos na CPCJ de Sobral de Monte Agraço foram arquivados em fase pós-preliminar.
- Na fase preliminar, os motivos de arquivamento mais comuns foram: *“A Situação de Perigo não se Confirma”* e *“Remessa de Processo a Tribunal - Ausência de Consentimento para Intervenção”*.
- Na fase pós-preliminar, os motivos de arquivamento mais comuns foram: *“A Situação de Perigo já não Subsiste”* e *“Remessa a MP - Não Cumprimento Reiterado do Acordo de Promoção e Proteção”*.

3.5. As crianças e o direito à participação

3.5.1. Associativismo e participação política

A propósito do associativismo dos jovens, no concelho de Sobral de Monte Agraço, é possível referir que existem duas Associações de Estudantes. A Associação de Estudantes do AEJICS tem envolvidos diretamente 6 jovens (2 do sexo feminino e 4 do sexo masculino) com idades compreendidas entre os 17 e os 19 anos.

De igual maneira, também existe no concelho uma Associação de Estudantes do Ensino Superior (UNIR), que conta com 12 membros com idades compreendidas entre os 19 e os 21, sendo 9 do sexo feminino e 3 do sexo masculino. De salientar, por fim, que a UNIR é integrante da Comissão Alargada da CPCJ de Sobral de Monte Agraço.

A propósito da participação política, os jovens mostram fraco interesse no Conselho de Jovens e na Câmara Municipal. No primeiro caso, facilmente se explicará pelo facto de não haver Conselho de Jovens no concelho. Contudo, no caso da Câmara Municipal, existe um afastamento e um descrédito dos projetos da autarquia desde tenra idade. De modo a ilustrar o afastamento dos jovens relativamente à autarquia, em conjunto com o quadro 43, importará ter em conta a resposta de uma jovem de 13 anos no inquérito de diagnóstico. Segundo a jovem: *“Não gosto de participar em atividades da Câmara Municipal pois acho que é tudo uma pura falcidade. Eles só pensam neles e em mais ninguém, mas depois inventam atividades estúpidas para tentar mostrar que se importam com crianças.”*

Quadro 54 - Atitude dos jovens perante o direito à participação

Afirmção	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade ou não acontece	Não sei	Total
18. Eu faço parte do Conselho de Jovens no meu município.	6	5	57	15	83
21. Eu já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.	4	7	65	7	83

Fonte: Inquérito de diagnóstico aos jovens

3.5.2. O direito a ter voz no quotidiano

Poder-se-á inferir, a partir dos dados abaixo, que os jovens não se sentem de todo ouvidos na escola, dado que apenas 8, num universo de 83, concorda inequivocamente

que os professores perguntam regularmente a sua opinião sobre o decorrer das aulas. Quanto às crianças, a escola também se mostra como o campo da vida quotidiana em que sentem ter menos voz. Contudo, neste caso, as atitudes das crianças são parecem tão gravosas quanto as dos jovens.

Em casa, tanto as crianças quanto os jovens, sentem que já possuem mais voz junto dos seus progenitores ou outros titulares das responsabilidades parentais. No que toca à discussão sobre o planeamento do fim de semana, são principalmente as crianças a revelar que lhes é permitido participar e dar os seus contributos. Por outras palavras, 43% das crianças revela participar de forma inequívoca e regular no planeamento dos fins de semana, ao passo que a percentagem de jovens desce para os 31%.

É no planeamento de passeios e de férias que as crianças e jovens mais sentem que têm a possibilidade de dar as suas contribuições. Em ambos os casos, cerca de 1 em cada 2 inquiridos concorda inequivocamente com a afirmação “A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.”

Quadro 55 - Atitudes das crianças e dos jovens sobre o direito a ter voz no seu quotidiano

Afirmção	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade ou não acontece	Não sei	Total
Crianças - O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola.	58	92	33	20	203
Crianças - A(s) pessoa(s) que é /são responsável(eis) por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	88	80	28	7	203
Crianças - A(s) pessoa(s) que é /são responsável(eis) por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	103	69	22	9	203
Jovens - Os professores e professoras costumam perguntar-nos, por exemplo, no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostaríamos de fazer de maneira	8	27	43	5	83
Jovens - A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	26	34	22	1	83
Jovens - A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	40	26	16	1	83

Fonte: Inquérito de diagnóstico às crianças; Inquérito de diagnóstico aos jovens

3.5.3. Síntese do capítulo

Na síntese do capítulo referente às crianças e o direito à participação, destaca-se o seguinte:

- A propósito do associativismo, importa referir que o concelho de Sobral de Monte Agraço possui duas Associações de Estudantes, uma referente ao AEJICS e outra ao ensino superior (UNIR). Os jovens envolvidos são 11 raparigas e 7 rapazes e têm idades compreendidas entre os 17 e 21 anos.
- Ainda no que toca ao direito à participação, salienta-se que os jovens, mas sobretudo as crianças, sentem que a sua voz é ouvida essencialmente em casa, junto dos progenitores. Contudo, ambos sentem que são incluídos nas conversas sobre os fins de semana e as férias.

3.6. As crianças e o direito à não discriminação

No âmbito da aplicação do inquérito às entidades com competências relativas à infância e juventude, foi pedido que revelassem um pouco sobre as suas práticas anti discriminatórias.

Quando confrontadas sobre se a instituição funciona no respeito pelo direito da não discriminação, a resposta foi extremamente positiva visto que 9 entidades concordaram inteiramente com a afirmação. Apenas 3 referiram que “concordam”, podendo significar que reconhecem haver ainda trabalho por fazer neste âmbito.

De salientar, pela negativa, que a afirmação que obteve menos concordância é a seguinte: “A instituição aciona medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social.” Neste caso, existem várias entidades que consideram que esta afirmação nem sequer se lhes aplica e existe uma entidade que revela discordar que esse seja um dos seus papéis.

Quadro 56 - Atitudes das entidades face ao direito à não discriminação das crianças/jovens

Afirmação	Concordo inteiramente	Concordo	Discordo	Discordo inteiramente	Não Sei	Não se aplica	Total de respostas
19. A instituição funciona no respeito pelo princípio / direito da não discriminação.	9	3	0	0	1	0	13
20. A instituição aciona medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social.	4	4	1	0	1	3	13
21. A instituição aciona medidas preventivas de práticas discriminatórias e de promoção da diversidade e interculturalidade.	6	3	0	0	1	3	13
22. A instituição apresenta condições que garantem o acesso a crianças com deficiência.	4	6	0	0	1	2	13

Fonte: Inquérito de diagnóstico às entidades

Abaixo, é possível verificar que 49,4% dos jovens, no seu inquérito de diagnóstico, revelaram que as crianças/jovens com deficiência usam os mesmos espaços de brincadeira e lazer que as outras crianças. Isto revela, portanto, fraca evidência discriminatória, tanto a nível de relações interpessoais entre as crianças/jovens, quanto às acessibilidades dos espaços.

Quadro 57 - Atitude dos jovens perante a acessibilidade dos locais de brincadeira e lazer

Onde eu moro, as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças (por ex. Os parques infantis, clubes de desporto, etc.).		Percentagem
Completamente verdade	41	49,4%
Nem sempre	7	8,4%
Não é verdade ou não acontece	7	8,4%
Não sei	28	33,7%
Total de respostas	83	100%

Fonte: Inquérito de diagnóstico aos jovens

De salientar que, de forma a promover a inclusão a todos os indivíduos que possuam algum tipo de deficiência, não apenas as crianças, o concelho de Sobral de Monte Agraço tem disponível um Balcão de Inclusão. Este balcão possui um atendimento especializado e personalizado que permite agilizar a resolução de problemas e melhorar a prestação de informações às pessoas com deficiência e seus familiares.

3.6.1. Síntese do capítulo

Na síntese do capítulo referente às crianças e o direito à não discriminação, destaca-se o seguinte:

- As entidades concelhias afirmam que funcionam tendo por base o respeito o direito à não discriminação.
- 49,4% dos jovens garante que os espaços que usa habitualmente para a brincadeira e lazer são acessíveis a crianças com deficiência.

3.7. Parentalidade positiva e condições para o seu exercício

Segundo recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa, a Parentalidade Positiva é um “comportamento parental baseado no melhor interesse da criança e que assegura a satisfação das principais necessidades das crianças e a sua capacitação, sem violência, proporcionando-lhe o reconhecimento e a orientação necessários, o que implica a fixação de limites ao seu comportamento, para possibilitar o seu pleno desenvolvimento.” (2006, p. 3)

Adicionalmente, e ressalvando não existir uma fórmula única para uma parentalidade positiva, a Psicóloga Orlanda Cruz (2014, p. 107) revela que existem cinco princípios fundamentais na atuação dos progenitores, ou outros titulares das responsabilidades parentais, face às crianças/jovens:

1. Satisfação das necessidades básicas
2. Satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança
3. Organização de um ambiente familiar estruturado
4. Organização de um ambiente familiar positivo e estimulante
5. Supervisão e disciplina positiva

Quanto à parentalidade positiva, o diagnóstico feito neste documento estará essencialmente ancorado no inquérito por questionário aplicado às famílias. Pretende-se, deste modo, levar a cabo uma análise aos diversos campos da vida familiar e avaliar o impacto desta no desenvolvimento das crianças/jovens.

3.7.1. A brincadeira e o lazer

No que toca à brincadeira e lazer, no seio da família, os inquiridos revelam que as crianças nem sempre têm tempo para descansar e brincar, além de que os próprios progenitores também demonstram dificuldades em ter tempo para brincar ou passar tempo com as crianças no final de um dia de trabalho. Aliás, apenas 16 inquiridos referem inequivocamente que possuem tempo para brincar e passar tempo com as crianças.

Quanto à brincadeira e lazer ao ar livre, os inquiridos mostram-se divididos, uma vez que 51% (49 respostas) referem que a sua comunidade possui espaços adequados para as crianças de várias idades brincarem e fazerem desporto, ao passo que os restantes inquiridos acreditam que nem sempre isso acontece ou até que não é verdade de todo.

Quadro 58 - Atitudes das famílias inquiridas perante a brincadeira e o lazer

Afirmção	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade ou não acontece	Não sei	Total
2. Na minha comunidade/cidade existem sítios para jovens de várias idades brincarem, fazerem jogos ou praticarem desporto.	49	36	10	1	96
7. Eu sinto que depois da escola, ainda sobra tempo para as minhas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre.	16	60	19	1	96
8. Depois da escola e do meu trabalho, ainda tenho tempo para brincar ou passar tempo com as minhas crianças.	14	64	18	0	96

Fonte: Inquérito de diagnóstico às famílias

Pela positiva, há que salientar que os inquiridos mencionam gostar de brincar com as crianças quando as levam a parques infantis. Mencionam também que costumam levar as crianças a passear pela natureza, deixando que estas possam explorar brincando com paus, terra e areia, desde que se estejam a divertir.

3.7.2. Participação e Cidadania

A propósito da participação e cidadania, os inquiridos deixaram transparecer que não existe um grande envolvimento das suas crianças em atividades associativas, uma vez que apenas 30 inquiridos concordam inequivocamente com a afirmação apresentada. A maioria dos inquiridos revela que as crianças não participam no Conselho Municipal de Jovens.

Quadro 59 - Atitudes das famílias perante a participação e cidadania

Afirmção	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade ou não acontece	Não sei	Total
20. As minhas crianças participam no Conselho Municipal de Jovens.	0	8	80	8	96
21. As minhas crianças participam em outras atividades associativas.	30	35	31	0	96

Fonte: Inquérito de diagnóstico às famílias

Numa nota positiva, será de salientar que a maioria dos inquiridos revela ter em consideração a opinião das crianças no que toca ao planeamento do fim de semana e das férias. Para os inquiridos a comunicação com as crianças é extremamente importante,

93,8%, manifesta que sempre falaram muito com as suas crianças, tendo em conta os seus pensamentos e os seus sentimentos.

3.7.3. Segurança e Proteção

No que toca à segurança e proteção, estas foram as afirmações que se destacaram particularmente pela negativa. Apesar da resposta mais comum ser no sentido de sentirem que as crianças podem usar o autocarro em segurança, a maioria dos inquiridos não partilha dessa opinião. O mesmo se passa quando confrontados com uma afirmação a propósito de situações de *bullying*, apenas 37 inquiridos concordam inequivocamente que nunca houve uma situação em que outras crianças batessem nas suas.

Números mais preocupantes surgem quando os inquiridos são confrontados com a afirmação “Eu nunca bati nas minhas crianças”. Apenas 27 em 96 concordou inteiramente com a afirmação, o que corresponde a 28,1%. Os restantes 79 inquiridos, a que corresponde 71,9% da amostra, revelam que esta afirmação nem sempre é verdade ou que não acontece. Os dados são particularmente preocupantes, uma vez que significam que cerca de 7 em cada 10 inquiridos já bateu nas suas crianças em dado momento.

Quadro 60 - Atitudes das famílias perante a segurança e proteção

Afirmação	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade ou não acontece	Não sei	Total
23. Eu sinto que as minhas crianças podem usar em segurança o autocarro ou outros transportes públicos para irem para a escola.	38	26	18	14	96
26. Nunca houve uma situação em que outras crianças batessem nas minhas crianças, dentro ou fora da escola.	37	20	35	4	96
29. Eu nunca bati nas minhas crianças.	27	43	26	0	96

Fonte: Inquérito de diagnóstico às famílias

Pela positiva, há que destacar que 72,9% dos inquiridos mencionaram sentir que as suas crianças se sentem à vontade para os procurar quando têm um problema ou medo de algo.

77,1% dos inquiridos revela ainda que, em momentos difíceis, já gritaram com as suas crianças, pedindo-lhes, posteriormente, desculpa e tentando encontrar outras formas

de exercer a sua autoridade. Esta afirmação é positiva uma vez que, apesar de demonstrar dificuldades nas responsabilidades parentais, mostra também o reconhecimento em melhorar no exercício da sua autoridade perante as crianças.

3.7.4. Saúde

Quanto à saúde, é possível verificar que foram poucas as mulheres que participaram no curso de preparação para o parto e ainda menos as que participaram no curso pós-parto. Estes dados dever-se-ão sobretudo ao facto do Centro de Saúde concelhio não ter estas respostas, de momento.

Relativamente à alimentação das crianças, os inquiridos mostram-se um pouco indulgentes, já que apenas 20 progenitores concordam inequivocamente com a afirmação de que as suas crianças só comem doces e alimentos menos saudáveis em situações excecionais.

Quadro 61 - Atitudes das famílias perante a saúde

Afirmação	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade ou não acontece	Não sei	Total
34. Quando eu (ou a minha mulher esteve) estive grávida, participei no curso de preparação para o parto, promovido pelo Centro de Saúde.	39	3	54	0	96
36. Depois de ser mãe (ou a minha mulher), fui chamada para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde.	7	1	86	2	96
42. As minhas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais, como por exemplo festas de aniversário.	20	72	4	0	96

Fonte: Inquérito de diagnóstico às famílias

Apesar das afirmações anteriores, a esmagadora maioria dos inquiridos demonstra preocupação com a alimentação das suas crianças, tentando preparar refeições nutritivas e saudáveis. Revelam ainda que existe um esforço da família em fazer pelo menos uma refeição em conjunto, aproveitando para estimular as sociabilidades, uma vez que os inquiridos revelam sentir que todos têm oportunidade de falar à refeição.

Por fim, os inquiridos revelam que as suas crianças têm todas as vacinas do Plano Nacional de Vacinação e que as levaram a todas as consultas infantis previstas

3.7.5. Educação

Quanto às atitudes das famílias perante a educação, é possível verificar abaixo que a maioria dos inquiridos esteve com as suas crianças nos primeiros meses de vida. Contudo, uma percentagem assinalável, 30,2% (29 inquiridos) menciona ter tido necessidade de colocar as crianças na creche por necessitarem de trabalhar. Isto além de ser revelador das necessidades económicas das famílias concelhias, também nos dá pistas que poderão significar uma ausência das redes de apoio informal que Sílvia Portugal (2006) menciona na sua tese “Novas famílias, modos antigos: as redes sociais na produção de bem-estar”. Segundo a autora, os cuidados quotidianos das crianças, especialmente em tenra idade, dizem respeito essencialmente a redes informais⁷¹, havendo apenas a procura das redes formais, como as creches, quando os progenitores não conseguem encontrar cuidadores no interior das suas redes sociais, quer seja por viverem longe das suas famílias de origem ou por não poderem contar com elas.

Apesar de, no parágrafo anterior, se ter demonstrado que a maior parte dos inquiridos permaneceu em casa nos primeiros meses de vida das crianças, essa percentagem desce consideravelmente quando questionados se teriam ficado até aos 2/3 anos. Apenas 19 inquiridos menciona ter ficado em casa com as crianças durante todo esse tempo, por considerarem importante para o seu desenvolvimento e educação.

Quanto à utilização da Biblioteca Municipal, apenas 15 inquiridos referem inequivocamente que as suas crianças a utilizam. Contudo, é de salientar que a distribuição de respostas dá pistas de uma utilização sobretudo esporádica da Biblioteca Municipal.

Por fim, apenas 18 inquiridos referem que a escola promove a educação sexual. Destaca-se ainda o facto de que a resposta mais comum, quando confrontados com esta afirmação, é: “Não Sei”. Isto poderá ser explicado pelo facto de que a educação sexual é dada de forma multidisciplinar, nos programas das mais diversas disciplinas, encobrindo assim a temática de olhares menos atentos. No entanto, também não se poderá excluir a hipótese de significar ainda um desconhecimento do plano de estudos das suas crianças.

⁷¹ Tipicamente na figura das avós maternas e paternas.

Quadro 62 - Atitudes da família perante a educação

Afirmação	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade ou não acontece	Não sei	Total
49. Eu coloquei as minhas crianças na creche com poucos meses de idade, pois tinha que trabalhar.	29	12	55	0	96
50. Eu fiz questão de ficar em casa com as minhas crianças até estes terem 2/3 anos de idade, porque considerei importante para o seu desenvolvimento e educação.	19	7	70	0	96
64. As minhas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades.	15	44	34	3	96
67. A escola das minhas crianças promove educação sexual.	18	31	15	32	96

Fonte: Inquérito de diagnóstico às famílias

Pela positiva, destaca-se a preocupação dos inquiridos com a educação das suas crianças. Isto porque, segundo os mesmos, perguntam frequentemente às crianças como lhes correu a escola, ajudam nos estudos e comparecem nas reuniões sempre que convocados.

3.7.6. Vida Familiar

No que toca à vida familiar, os inquiridos mencionam que normalmente sentem-se apressados e que raramente têm tempo para fazer tudo o que querem no dia-a-dia. Referem ainda que não têm tempo suficiente para passatempos e que o seu horário de trabalho nem sempre se adapta aos compromissos familiares. Expõem que nem sempre têm energia para usufruir da vida familiar ao fim do dia e que o trabalho os impede de dedicar às suas crianças o tempo que gostariam. Em sumula, a vida familiar e as crianças são, por força das circunstâncias, relegadas para segundo plano, uma vez que as cargas de trabalho, bem como os horários, são uma fonte de *stress* e cansaço para os progenitores que não conseguem, deste modo, conjugar a vida familiar com a vida profissional.

Analisando os inquéritos por questionários às famílias, tornou-se por demais evidente que a conciliação da vida familiar com as outras áreas da vida pessoal, nomeadamente o trabalho, é um problema social a ter em conta neste diagnóstico.

Quadro 63 - Atitudes das famílias perante a vida familiar

Afirmção	Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade ou não acontece	Não sei	Total
69. Na minha vida do dia-a-dia raramente tenho tempo para fazer tudo o que queria.	57	33	6	0	96
70. Na minha vida pessoal e familiar durante o fim de semana (ou dias de descanso), não tenho tempo para fazer tudo o que gosto.	52	36	8	0	96
71. Normalmente, sinto-me apressado/a.	61	30	4	1	96
72. O meu horário de trabalho adapta-se aos meus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável.	30	59	7	0	96
73. Depois do trabalho sinto-me cansado/a para usufruir da vida familiar, com as minhas crianças.	31	52	13	0	96
74. Penso que o trabalho me impede de dedicar às minhas crianças o tempo que gostaria.	46	39	10	1	96

Fonte: Inquérito de diagnóstico às famílias

3.7.8. Síntese do capítulo

Na síntese do capítulo referente à parentalidade positiva e condições para o seu exercício, destaca-se o seguinte:

- Os progenitores afirmam que nem sempre têm tempo para brincar com as suas crianças. Apenas 16 (em 96) referem inequivocamente que o conseguem fazer.
- Os progenitores revelam que gostam de levar as crianças a passear pela natureza, deixando que estas possam explorar e brincar com paus, terra e areia.
- Os progenitores revelam que não existe um grande envolvimento das suas crianças em atividades associativas.
- A maioria dos progenitores declara que tem em consideração a opinião das crianças no que toca ao planeamento do fim de semana. A esmagadora maioria (93,8%) declara ainda que também que tem por hábito falar com as suas crianças e ter em conta os seus pensamentos e sentimentos.
- A maioria dos progenitores não sente que as suas crianças possam ir para a escola no autocarro de forma segura.
- O mesmo se passa relativamente ao *bullying*, dado que apenas 37 dos 96 inquiridos concorda que nunca bateram nas suas crianças.
- Num dado ainda mais preocupante, apenas 27 dos 96 inquiridos afirmam nunca ter batido nas suas crianças. Dado o tamanho da amostra, significa que 7 em cada 10 inquiridos já bateram nas suas crianças em dado momento.
- Os progenitores mostram-se um pouco indulgentes no que toca à alimentação das crianças/jovens, dado que apenas 20 concordam inequivocamente que as suas crianças só comem doces e alimentos menos saudáveis em situações excecionais.
- Apesar do facto constatado acima, a maioria dos pais afirma que tenta preparar refeições saudáveis e nutritivas, juntando a família toda à mesa por forma a estimular as sociabilidades com as suas crianças.
- 30,2% dos inquiridos menciona que teve de colocar as suas crianças na creche ainda com poucos meses de vida por terem que ir trabalhar.
- Quanto à vida familiar, os inquiridos revelam andar constantemente cansados e stressados, sendo que raramente têm tempo para fazer tudo o que querem fazer. Isso traz implicações para a vida familiar e tem efeitos negativos na relação com as crianças/jovens.

3.8. Metodologias Participativas

3.8.1. Análise SWOT

A análise SWOT trata-se de uma matriz de autodiagnóstico participativo. Esta matriz tem como objetivo sinalizar fatores endógenos (forças e fraquezas) e exógenos (oportunidades e ameaças) que influenciam a CPCJ de Sobral de Monte Agraço.

Durante a elaboração da análise SWOT, no âmbito de uma reunião alargada, os diversos interlocutores procuraram formas de potenciar as forças da CPCJ e de superar as suas fraquezas, mas também formas de aproveitar oportunidades de modo a minorar as ameaças à eficiência do trabalho desenvolvido.

Por fim, no que toca à análise SWOT, importa referir que esta ferramenta teve uma importância acrescida pelo facto de permitir identificar problemas que figuram posteriormente na árvore de problemas. Isto significa não só que terá impacto numa fase de diagnóstico mas também uma fase de planeamento estratégico, como é o caso do Plano Estratégico.

Análise SWOT

	Forças	Fraquezas
Fatores Endógenos	<ul style="list-style-type: none"> Bom trabalho de equipa Formação dos representantes da Comissão Restrita Empenho e boa vontade dos membros da Comissão Restrita Boa articulação com a Comissão Alargada “ Amor à camisola ” – Forte empenho na causa da CPCJ Disponibilidade dos membros da Comissão Restrita Melhoria das condições de trabalho, nomeadamente a nível das instalações e equipamento informático 	<ul style="list-style-type: none"> Ligação com o Ministério Público Tempo disponível dos representantes para a CPCJ Escassez de tempo afeto aos membros Falta de recursos materiais (ex. meio de transporte próprio para realização de diligências) Não ter a tempo inteiro os comissários da Saúde e da Segurança Social Poucos meios para uma proteção mais eficaz Dificuldade de aplicação das forças no terreno O conteúdo das reuniões alargadas estão longe do foco principal (as crianças) Falta de tempo da Restrita para tratar devidamente todos os processos Pouca divulgação do trabalho da CPCJ Excesso de burocracia no trabalho dos processos Poucos recursos didáticos Pouco dinamismo da Comissão Alargada

	Oportunidades	Ameaças
Fatores Exógenos	<ul style="list-style-type: none"> • Vasta oferta formativa • Pequena dimensão do concelho permite conhecer melhor as pessoas e as instituições • Relação de proximidade entre instituições e de facilidade de contacto • Boa articulação com Ação Social da Câmara e a RLIS de Matacães • Relação com a Comissão Nacional é uma mais-valia • Apoio da Rede Social • Boa articulação com o Município • Interligação da CPCJ com a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de acompanhamento/participação por parte do Ministério Público • Escassez de recursos ao nível do acompanhamento psicológico e pedopsiquiátrico • Contexto pandémico • O baixo número de instituições com respostas adequadas • A atividade profissional dos elementos da Comissão Alargada não se compadece com o tempo legalmente previsto para o desempenho destas funções • Casos sinalizados tardiamente • As formações por vezes são em horas incompatíveis com a atividade profissional dos membros • Falta de Respostas de ATL a partir do 2º ciclo de escolaridade • Poucas respostas para as crianças no concelho (ex. creche para crianças mais pequenas)

3.8.2. Nuvem de Problemas

A nuvem de problemas trata-se de uma ferramenta de diagnóstico participativo. Como tal, foi aplicada em reuniões com diversos Stakeholders com competências na área da infância e juventude.

A aplicação da nuvem de problemas teve vários momentos:

1. Os Stakeholders identificaram os problemas que afetam as crianças e jovens do concelho de Sobral de Monte Agraço. Alertou-se para a necessidade destes deverem ser problemas reais, perenes e que possam eventualmente ser sustentados por dados documentais e/ou estatísticos.
2. Os problemas foram posteriormente agrupados por áreas (nuvens) de afinidade para que pudessem, eventualmente, ser utilizadas como base para um eixo de intervenção do Plano Estratégico.
3. Por último, teve lugar a hierarquização dos problemas, através da atribuição de pontos pelos participantes, de forma a escrutinar os 3 principais problemas que consideram de intervenção prioritária.

Salienta-se que estas duas reuniões, uma em horário laboral e outra em horário pós-laboral, tiveram uma enorme importância no âmbito do diagnóstico, mas também no âmbito do planeamento estratégico, uma vez que os Stakeholders foram convidados a sugerir projetos que resolvessem os problemas que identificaram e consideraram prioritários.

Parentalidade positiva	
Realização de poucas atividades que estimulem a parentalidade positiva	Desorganização e falta de higiene habitacional
Falta de competências parentais	Relações intrafamiliares pautadas por conflito (violência doméstica)
Ausência de rotinas claras no seio da família	Falta de limitação na exposição a conflitos familiares
Comportamentos desajustados dos pais	Fraca qualidade de comunicação entre pais separados
Fraca adesão dos pais no acompanhamento das rotinas das crianças e jovens	Poucos cuidados com a higiene das crianças (ex. higiene corporal, pediculose, etc.)
Fraca capacidade de gestão do orçamento familiar	

Ocupação dos tempos livres	
Pouca oferta de ocupação dos tempos livres	Poucas respostas de ocupação de tempos livres com atividades lúdicas, desportivas e/ou culturais
Ausência de respostas de ocupação de tempos livres para os jovens nas férias letivas	Poucos recursos de apoio lúdico

Impacto social da dependência tecnológica	
Alunos com excessiva dependência das tecnologias	Falta de limitação no acesso às tecnologias sem intenção pedagógica
Alunos isolados culturalmente	

Acesso à saúde
Pouca acessibilidade a saúde oral
Falta de médicos de família

Serviço de creche
Serviço de creche aquém do necessário
Ausência de resposta de creche fora da sede do concelho

Relações interpessoais
Comportamentos recorrentes de <i>bullying</i>
Falta de empatia entre as crianças/jovens

Sem grupo
Conflitos relacionais interpessoais entre alunos e professores
Poucas alternativas na rede de transportes públicos
Falta de espaço de apoio ao estudo

Priorização	Votos
Pouca oferta de ocupação dos tempos livres	9
Relações intrafamiliares pautadas por conflito (violência doméstica)	7
Ausência de rotinas claras no seio da família	4

Grupo 1 - Manhã

Parentalidade Positiva	Ocupação dos Tempos Livres		Rede de transportes públicos		Impacto social da dependência tecnológica		Relações interpessoais		Priorização	Votos	
Falta de apoio familiar no apoio às crianças e jovens	Falta de oferta de atividades extracurriculares de teatro e de teatro musical	Poucos centros de atividades para depois das aulas	Escassez de transportes de e para as aldeias	Inexistência de redes de transporte em horário pós-laboral	Elevado sedentarismo	Elevada solidão dos jovens	Falta de respeito pelas hierarquias e regras impostas	Influências negativas das companhias	Elevado <i>bullying</i> (que pode levar ao isolamento)	8	
Dificuldades de conciliação entre os horários de trabalho dos pais e as rotinas das crianças	Falta de ocupação de férias com programas culturais e atividades físicas	Escassez de atividades no verão para os jovens/crianças	Sem grupo				Elevado <i>bullying</i> (que pode levar ao isolamento)			Elevadas dificuldades de comunicação entre as crianças e jovens e os seus pais/professores	5
Elevadas dificuldades de comunicação entre as crianças e jovens e os seus pais/professores								Falta de apoios económicos a crianças para a prática desportiva	Dificuldades de inclusão de crianças e jovens com deficiência	Escassez de transportes de e para as aldeias	4

Grupo 2 - Tarde

3.8.3. Árvore de Problemas

A árvore de problemas trata-se de uma ferramenta de diagnóstico que permite a melhor compreensão dos problemas sociais. Esta ferramenta visual ajuda a ilustrar a interdependência entre os vários problemas sociais permitindo, portanto, estabelecer relações causais e a identificar as causas em vez de apenas os sintomas.

Uma árvore de problemas é composta por:

- **Ramos:** efeitos de não intervenção
- **Tronco:** problema central
- **Raízes:** problemas que são causas do problema geral. Os problemas de 1º nível são considerados as principais causas do problema central. Já os que aparecem mais abaixo na árvore, sem outros problemas a contribuírem para a sua existência, são considerados os problemas raiz.

Quanto à leitura desta ferramenta, deverá ser sempre feita no sentido das relações de causalidade. Ou seja, de baixo para cima. (problemas raiz → problemas de 2º nível → problemas de 1º nível → problema central → efeitos de não intervenção).

É da maior importância salientar que esta árvore de problemas foi elaborada pela Comissão Restrita, mas sempre tendo em conta os dados estatísticos recolhidos e as metodologias participativas, como a Análise SWOT, a Nuvem de Problemas e o Inquérito à população. Esta multiplicidade de fontes de diagnóstico oferece uma maior robustez à árvore e permite, através da triangulação de informações, reforçar a pertinência de problemas diagnosticados.

Descrição da Árvore de Problemas

A árvore de problemas, elaborada no contexto do Projeto Adélia, tem como problema central as “Obstáculos ao bem-estar e desenvolvimento das crianças e Jovens do Concelho de SMA” que, por sua vez, tem como **principais causas**⁷²:

- Casos sinalizados tardiamente
- Elevado sedentarismo
- Produtividade aquém do possível ao nível escolar
- Poucas alternativas na rede de transportes públicos
- Demora na marcação de consulta de especialidade
- Conflitos relacionais interpessoais entre alunos e professores

Casos sinalizados tardiamente

PROBLEMA RAÍZ:

- Escassez de tempo afeto aos membros da CPCJ

124

PROBLEMAS DE 3º NÍVEL:

- Falta de recursos materiais da CPCJ para a realização de diligências
- Excesso de burocracia no trabalho dos processos
- Pouco dinamismo da Comissão Alargada

PROBLEMAS DE 2º NÍVEL:

- Falta de tempo da Restrita para tratar devidamente todos os processos
- Pouca divulgação do trabalho da CPCJ

PROBLEMA DE 1º NÍVEL:

- Casos sinalizados tardiamente

⁷² Problemas de 1º nível

Elevado sedentarismo

PROBLEMAS RAÍZ:

- Ausência de respostas de ocupação de tempos livres para os jovens nas férias letivas
- Falta de ocupação de férias com programas culturais e atividades físicas
- Poucos centros de atividades para depois das aulas
- Falta de apoio familiar no apoio às crianças e jovens

PROBLEMA DE 4º NÍVEL:

- Dificuldades de conciliação entre os horários de trabalho dos pais e as rotinas das crianças

PROBLEMAS DE 3º NÍVEL:

- Falta de limitação no acesso às tecnologias sem intenção pedagógica
- Pouca oferta de ocupação dos tempos livres
- Escassez de frequência de atividades familiares de lazer e cultura

125

PROBLEMAS DE 2º NÍVEL:

- Alunos com excessiva dependência das tecnologias
- Excesso de tempo dedicado a jogos virtuais
- Uso excessivo de tecnologia para ocupar os tempos livres

PROBLEMA DE 1º NÍVEL:

- Elevado sedentarismo

PROBLEMA RAÍZ:

- Realização de poucas atividades que estimulem a parentalidade positiva

PROBLEMA DE 7º NÍVEL:

- Fraca capacidade de gestão do orçamento familiar

PROBLEMA DE 6º NÍVEL:

- Relações intrafamiliares pautadas por conflito (violência doméstica)

PROBLEMAS DE 5º NÍVEL:

- Falta de apoio familiar no apoio às crianças e jovens
- Falta de apoios económicos a crianças para a prática desportiva
- Influências negativas das companhias
- Falta de limitação na exposição a conflitos familiares
- Falta de empatia entre as crianças/jovens
- Comportamentos desajustados dos pais

126

PROBLEMAS DE 4º NÍVEL:

- Dificuldades de conciliação entre os horários de trabalho dos pais e as rotinas das crianças
- Fraca participação dos jovens em clubes desportivos
- Alunos isolados culturalmente
- Elevado *bullying*
- Comportamentos recorrentes de *bullying*

PROBLEMAS DE 3º NÍVEL:

- Inexistência de ATL a partir do 2º ciclo
- Fraco envolvimento dos pais na vida académica dos filhos
- Elevada solidão dos jovens
- Falta de motivação para a escola

PROBLEMAS DE 2º NÍVEL:

- *Falta de espaço de apoio ao estudo*
- *Falta de métodos de estudo*

PROBLEMA DE 1º NÍVEL:

- *Produtividade aquém do possível ao nível escolar*

Poucas alternativas na rede de transportes públicos

PROBLEMAS RAÍZ:

- *Escassez de transportes de e para as aldeias*
- *Inexistência de redes de transporte em horário pós-laboral*

PROBLEMA DE 1º NÍVEL:

- *Poucas alternativas na rede de transportes públicos*

Demora na marcação de consulta de especialidade

PROBLEMAS RAÍZ:

- *Pouca acessibilidade a saúde oral*
- *Falta de médicos de família*
- *Escassez de recursos ao nível do acompanhamento psicológico e pedopsiquiátrico*

PROBLEMA DE 1º NÍVEL:

- *Demora na marcação de consulta de especialidade*



Conflitos relacionais interpessoais entre alunos e professores

PROBLEMA RAÍZ:

- Realização de poucas atividades que estimulem a parentalidade positiva

PROBLEMA DE 5º NÍVEL:

- *Falta de competências parentais*

PROBLEMAS DE 4º NÍVEL:

- *Fraca adesão dos pais no acompanhamento das rotinas das crianças e jovens*
- *Desorganização e falta de higiene habitacional*
- *Poucos cuidados com a higiene das crianças*
- *Ausência de rotinas claras no seio da família*
- *Fraca qualidade de comunicação entre pais separados*

PROBLEMA DE 3º NÍVEL:

- *Falta de respeito pelas hierarquias e regras impostas*

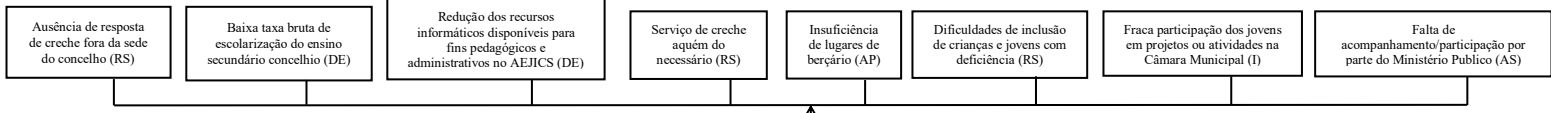
PROBLEMA DE 2º NÍVEL:

- *Elevadas dificuldades de comunicação entre as crianças e jovens e os seus pais/professores*

PROBLEMA DE 1º NÍVEL:

- *Conflitos relacionais interpessoais entre alunos e professores*

Efeitos da não intervenção



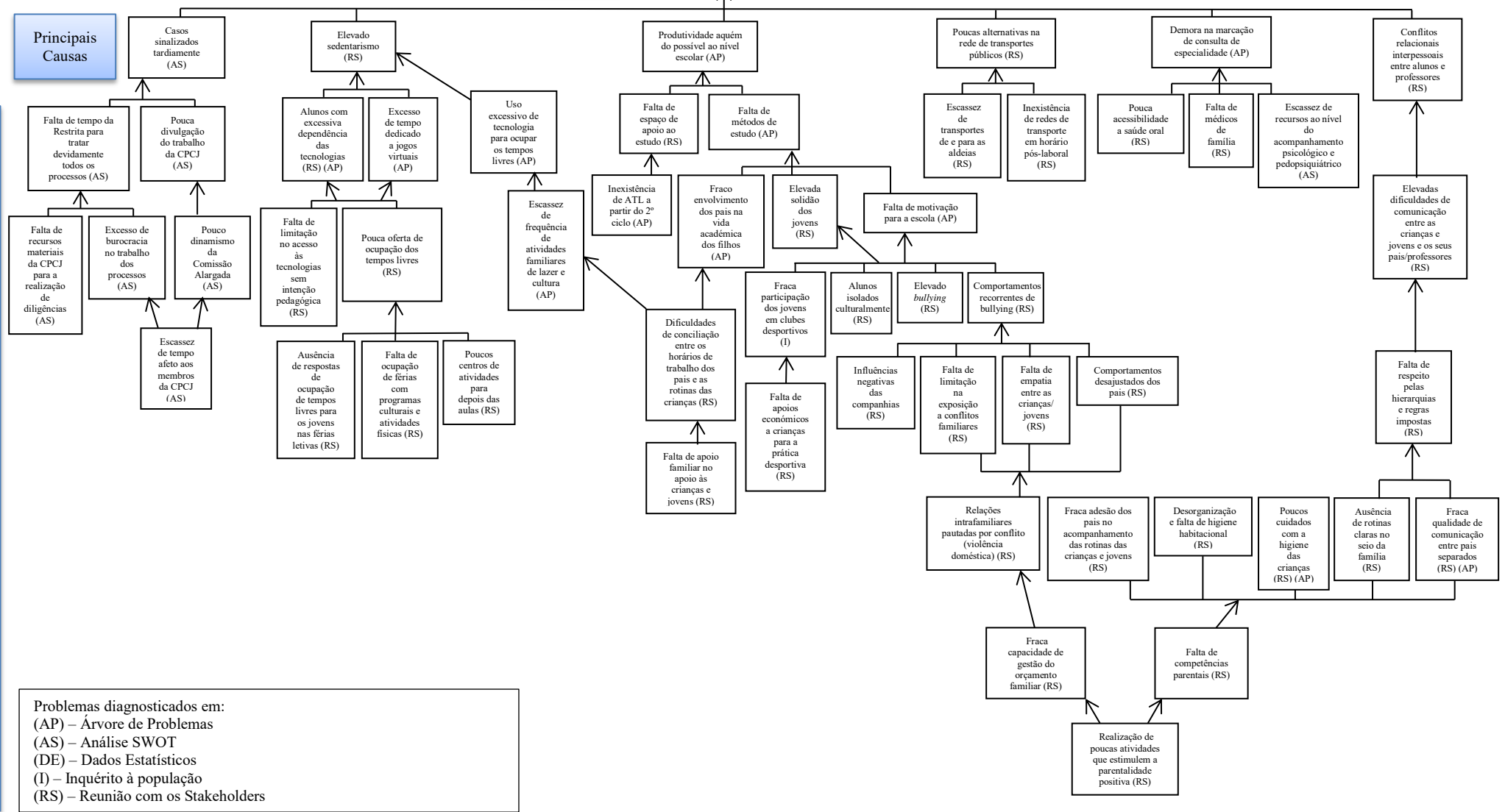
ÁRVORE DE PROBLEMAS

Problema central

Obstáculos ao bem-estar e desenvolvimento das crianças e Jovens do Concelho de SMA

Principais Causas

Efeitos
↑
Causas



Problemas diagnosticados em:
 (AP) – Árvore de Problemas
 (AS) – Análise SWOT
 (DE) – Dados Estatísticos
 (I) – Inquérito à população
 (RS) – Reunião com os Stakeholders

3.8.4. Inquérito por questionário

Com o inquérito por questionário tomou-se a opção metodológica de levar a cabo uma recolha alargada de contributos, mais nomeadamente: das crianças, dos jovens, das famílias e das entidades concelhias com competências no âmbito da infância e juventude.

Relativamente à aplicação do inquérito às **crianças (6-12 anos)**, e em virtude da pandemia de COVID-19, foi necessário optar por aplicar o inquérito via *online*, pedindo a colaboração do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral para que se aplicasse o inquérito por questionário em contexto de aula. Conseguiu-se, deste modo, obter 203 respostas válidas. Esta é já uma amostra significativa, uma vez que numa amostra probabilística este número de respostas estaria associado a um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 6%⁷³.

Quanto à aplicação do inquérito aos **jovens (13-18 anos)**, e em virtude da pandemia de COVID-19, também foi necessária a colaboração do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral para que se aplicasse o inquérito por questionário em contexto de aula. Conseguiu-se, deste modo, obter 83 respostas válidas. Apesar de não ser ideal, considera-se que é um número significativo, uma vez que numa amostra probabilística este número de respostas estaria associado a um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 10%⁷⁴.

No que toca à aplicação do inquérito às **famílias com filhos**, solicitou-se a colaboração do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral, da Associação Popular, da Associação de Pais e do Município na divulgação do inquérito por questionário. Conseguiu-se, deste modo, obter 96 respostas válidas, o que numa amostra probabilística estaria associado a um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 10%⁷⁵.

Aplicaram-se ainda inquéritos a **entidades concelhias com intervenção no âmbito da infância e juventude**, conseguindo 13 respostas válidas. Apesar do número de respostas reduzido, considera-se satisfatório tendo em conta a dimensão do concelho.

Importará, ainda, tecer algumas considerações relativamente à aplicação dos inquéritos por questionário: em primeiro lugar, torna-se necessário reconhecer as limitações deste tipo de amostra. É impossível extrapolar de uma **amostra por**

⁷³ Tendo em conta um universo de 1091 de crianças entre os 5 e os 14 anos, segundo dados do INE.

⁷⁴ Tendo em conta um universo de 1224 de crianças entre os 10 e os 19 anos, segundo dados do INE.

⁷⁵ Tendo em conta um universo de 3060 de famílias clássicas com pelo menos dois elementos, segundo dados do INE.

conveniência e, portanto, não-probabilística. Isto significa, portanto, que as conclusões retiradas dos inquéritos por questionário só poderão ser vistas como representações relativamente fiéis da amostra, não havendo garantias que estes resultados pudessem vir a ser replicados, com mais ou menos fiabilidade, no universo concelhio. Em segundo lugar, no que toca aos inquéritos às famílias com filhos, dado o carácter facultativo, e sendo de aplicação *online*, pode dizer-se que houve *a priori* um pequeno enviesamento da amostra. Isto significa que, à partida, as famílias concelhias não tinham todas a mesma probabilidade de responder ao inquérito por questionário, quer por motivos de interesse dos mesmos ou por acesso - ou falta dele - às novas tecnologias. Em terceiro lugar, há que reconhecer algumas dificuldades na aplicação dos inquéritos, nomeadamente às crianças e jovens. Através das perguntas de resposta aberta, as crianças e jovens teceram comentários relativamente à extensão dos inquéritos, bem como à complexidade das questões. Importa, por fim, reconhecer que, apesar das suas limitações, os inquéritos por questionário mostraram-se uma ferramenta de diagnóstico extremamente útil, particularmente porque foram a principal fonte de contributo das crianças e jovens ao Projeto Adélia.



4. Plano Estratégico Local

132

4.1. Fundamentação geral

A primeira parte deste documento, o Diagnóstico Local, permitiu traçar realidade infantojuvenil no concelho de Sobral de Monte Agraço. Através de diversas metodologias, procedeu-se à identificação de diversos problemas sociais que têm um impacto negativo no crescimento e desenvolvimento das crianças/jovens concelhios.

Esta segunda parte do documento, o Plano Estratégico Local, vem tentar dar resposta aos problemas sociais diagnosticados na fase anterior. Este é um documento de planeamento estratégico que surge de um processo de negociação conjunta, nomeadamente com entidades com competências na infância e juventude.

É de salientar que esta parte do documento foi planeada com muita sobriedade e sensatez, uma vez que, devido aos escassos recursos económicos e humanos, o planeamento que consta nesta fase do documento terá que ter em conta a exequibilidade das atividades a que esta CPCJ se propõe a dinamizar. Como tal, houve uma preocupação de criar metas razoáveis e atividades realmente exequíveis que pudessem melhorar a vida das crianças e jovens sobralenses.

4.2. Árvore de Objetivos

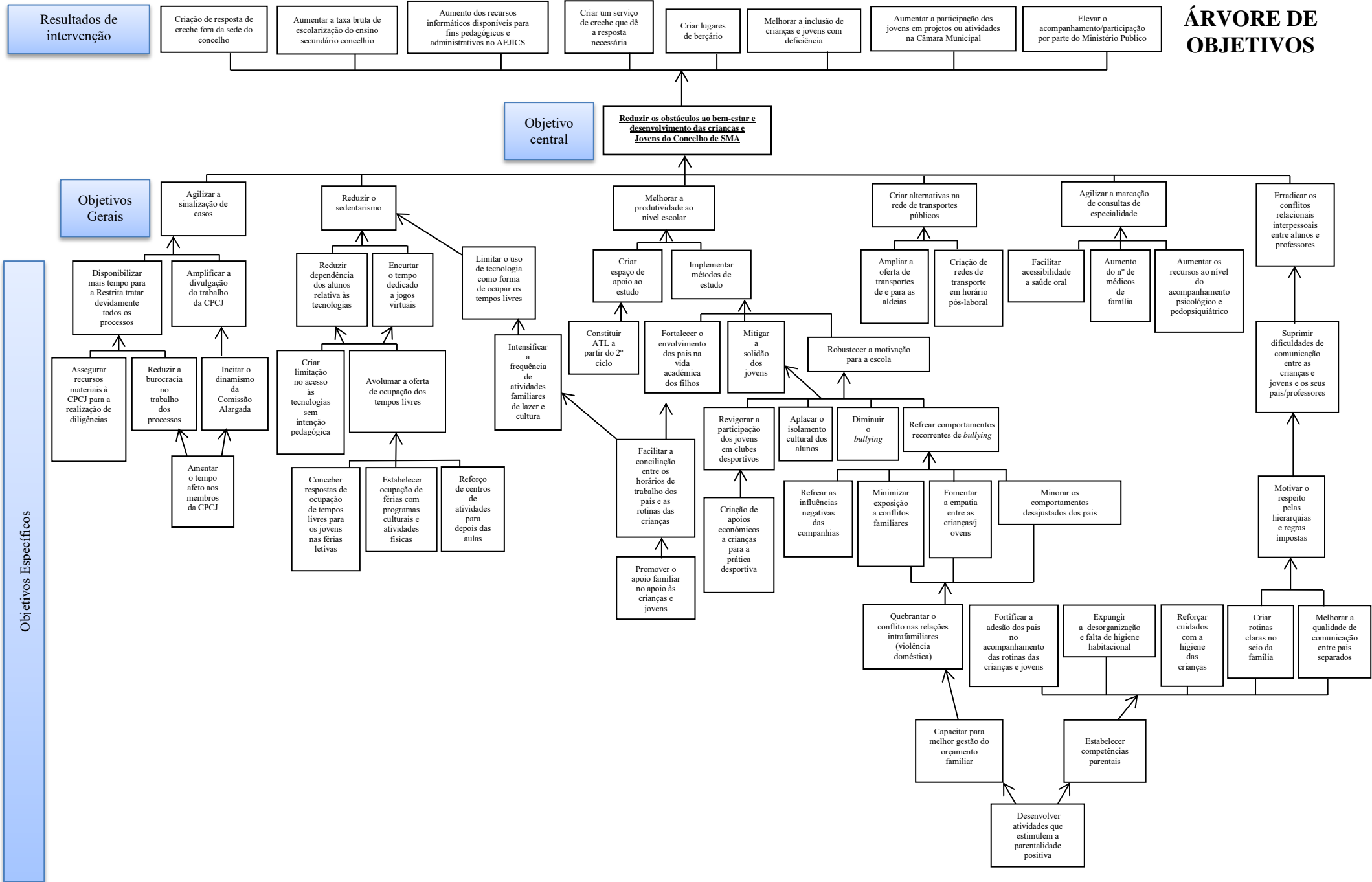
Esta é uma ferramenta que diz respeito ao planeamento de projetos e trata-se de uma imagem-espelho da árvore de problemas. Consiste, portanto, em reformular os problemas pela positiva.

Esta árvore, tal como a de problemas, admite verificar as relações de interdependência entre os vários objetivos. Este é um facto de extrema importância, pois permite compreender os diversos objetivos que se afeta com as atividades previstas no Plano Estratégico Local.

Dada esta relação de interdependência e causalidade entre os objetivos que figuram na árvore, é importante salientar que a escolha das variáveis motrizes⁷⁶ deverá passar, sempre que possível, pelos objetivos raiz (os mais abaixo na árvore). Isto porque a persecução desses objetivos levará a resolver, total ou parcialmente, um maior número de problemas.

⁷⁶ As variáveis motrizes dizem respeito a objetivos que são considerados estratégicos para a intervenção social no concelho. A intervenção nestas variáveis implicará não só a resolução do problema que a causou, mas também dos problemas que lhe estejam associados.

ÁRVORE DE OBJETIVOS



Objetivos Específicos

4.3. Eixos de intervenção

Eixo 1 - Eficiência organizacional e promoção da CPCJ

O primeiro eixo estratégico passará por uma intervenção no âmbito do Direito à Proteção das crianças/jovens do concelho de Sobral de Monte Agraço e, portanto, localizada na própria CPCJ e na imagem que esta tem na comunidade. Tem-se, portanto, como pressuposto, que uma maior divulgação do trabalho da CPCJ na comunidade levará a uma agilização da comunicação de casos perigo. Crê-se que, deste modo, será possível trabalhar os processos de forma mais eficiente e maximizar os impactos positivos na vida das crianças/jovens.

Eixo 2 - Combate ao sedentarismo e à dependência tecnológica

O segundo eixo estratégico, no âmbito do Direito ao Desenvolvimento das Crianças e Jovens concelhios, tem como propósito combater o sedentarismo das crianças e a dependência tecnológica. Pretende-se conseguir este objetivo através da socialização das crianças/jovens, com atividades lúdicas, desportivas e culturais.

Eixo 3 - Incrementar a produtividade escolar

O terceiro eixo estratégico, também no âmbito do Direito ao Desenvolvimento das Crianças e Jovens concelhios, tem como propósito melhorar o aproveitamento escolar dos alunos do concelho de Sobral de Monte Agraço. Contudo ter-se-á em conta uma abordagem que se pode considerar, sobretudo, social. Quer-se com isto dizer que se pretende robustecer a motivação das crianças/jovens, relativamente aos estudos, estimulando a socialização secundária, ao integrá-los especificamente em desportos de cariz coletivo, por forma a mitigar a sua solidão. Assume-se, portanto, que o insucesso escolar se deve a fenómenos que produzem efeitos negativos na socialização das crianças/jovens, nomeadamente: solidão, sofrer ou praticar *bullying*, comportamentos antissociais, exposição a conflitos familiares, etc..

Eixo 4 – Facilitar o acesso a cuidados de saúde

O quarto eixo estratégico, que decorrerá no âmbito do Direito à Sobrevivência, tem como propósito facilitar o acesso das crianças/jovens aos cuidados de saúde, nomeadamente à saúde oral. Pretende-se, deste modo, dar acesso a cuidados de saúde

que não estão acessíveis no concelho de Sobral de Monte Agraço ou que, estando acessíveis, mostram tempos de resposta insatisfatórios e pouco ágeis.

Eixo 5 - Estimular as competências parentais e a qualidade das relações interpessoais

Com o quinto eixo estratégico, que possui uma intervenção no Direito à Participação, pretende-se estimular e fortalecer as competências parentais no concelho de Sobral de Monte Agraço. Pretende-se, com as atividades a desenvolver no âmbito deste eixo, criar um ambiente saudável para o desenvolvimento das crianças/jovens, livre de violência, com comportamentos ajustados e comunicação eficiente com os seus pais e professores.

Quanto aos eixos de intervenção, importa salientar duas noções: em primeiro lugar, a criação dos eixos de intervenção, bem como de todo o planeamento estratégico deste documento, tem em conta a precisão de dar resposta às necessidades e problemas plasmados na fase de diagnóstico. Contudo, também há que ter em conta os restantes documentos concelhios já produzidos que já preveem intervenção nesses âmbitos, bem como a exequibilidade das atividades. Como tal, e apesar de ter sido diagnosticado esse problema, a CPCJ irá abster-se de intervir nas questões relacionadas com transportes, até por se crer que não é uma situação de risco para a população infantojuvenil. Por último, é de salientar que a intervenção prevista neste Plano Estratégico Local tem por base a parentalidade positiva e a ativação de uma socialização positiva como forma de reduzir os obstáculos ao bem-estar e desenvolvimento das crianças/jovens do concelho. Crê-se, portanto, que muitos dos casos sinalizados possuem causas sociais. Como tal, torna-se imperativo atuar nos problemas sociais, de forma preventiva, para melhorar as condições de vida de todas as crianças/jovens do concelho de Sobral de Monte Agraço.

4.4. Matriz de Enquadramento Lógico

No que toca à Matriz de Enquadramento Lógico (MEL), importa salientar que esta é uma ferramenta de sistematização de informação e que terá como desígnio o apoio ao planeamento e gestão dos projetos. Esta matriz, tal como mencionam (Ranchordas & Carvalho, 2007), deverá conter os seguintes elementos:

- **Objetivo geral** – Que indica o objetivo sectorial mais abrangente.
- **Objetivo Específico** – Define as mudanças que se pretende alcançar junto da população ou do problema.
- **Resultados** – Referem-se às estratégias, às ações e meios utilizados para realizar o objetivo e que são indicadas através de resultados concretos.
- **Metas** – Dimensões temporais, espaciais e quantitativas dos resultados que se esperam obter.
- **Indicadores de resultados** – Medidas específicas e verificáveis dos resultados.
- **Fontes de verificação** – Eventos ou registos onde se irão obter os indicadores.
- **Pressupostos** – Fatores externos que afetam o projeto e que estão fora da governabilidade dos seus gestores e executores.
- **Atividades** – Ações a realizar para que cada objetivo seja alcançado.

Objetivo Geral 1: Agilizar a sinalização de casos				
Objetivo específico 1	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Incitar o dinamismo da Comissão Alargada	Até ao final de 2024 aumentar o dinamismo da Comissão Alargada	Taxa de execução	Relatório de execução	- Interesse dos membros da Comissão Alargada da CPCJ SMA
Resultados: (estratégias) R.1. Fomentar o interesse e o dinamismo da Comissão Alargada da CPCJ de SMA	- 12 Reuniões Alargadas descentralizadas/ano - 4 Reuniões de parentalidade positiva/ano	-nº de Reuniões Alargadas descentralizadas realizadas -nº de reuniões realizadas	Relatório de Monitorização	- Disponibilidade dos membros da Comissão Alargada em receber as reuniões nas suas instalações - Disponibilidade de transporte para as reuniões alargadas - Disponibilidade de espaço para as reuniões - Interesse dos diversos Stakeholders ⁷⁷ em participar nas reuniões de parentalidade positiva
Atividades: A.1.1. Realizar as reuniões da Comissão Alargada descentralizadas A.1.2. Realizar reuniões com diversas entidades de forma a discutir a parentalidade positiva e outras questões pertinentes – “Café, conversa e conexão”				

⁷⁷ Até Stakeholders que não pertençam à Comissão Alargada

Objetivo Geral 1: Agilizar a sinalização de casos

Objetivo específico 2	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Amplificar a divulgação do trabalho da CPCJ	Até ao final de 2024 Amplificar a divulgação do trabalho da CPCJ	Taxa de execução	Relatório de execução	- Interesse e dinamismo dos membros da Comissão Alargada da CPCJ SMA
Resultados: (estratégias) R.2. Dar a conhecer à comunidade o trabalho da CPCJ	- 1 Sessão de Esclarecimento/ano - 1000 Folhetos entregues/ano	-nº de sessões de esclarecimento realizadas -nº de folhetos entregues	Relatório de Monitorização	- Disponibilidade dos membros da Comissão Alargada em dinamizar as sessões de esclarecimento - Convite a todas as entidades com competências na infância e Juventude a comparecer nas sessões de esclarecimento. - Articulação com o Município, Gabinete de Comunicação e Imagem, para a elaboração dos folhetos
Atividades: A.2.1. Realizar Sessões de esclarecimento à comunidade sobre o funcionamento da CPCJ A.2.2. Elaborar folhetos informativos, sobre o trabalho da CPCJ, com a finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos				

Objetivo Geral 2: Reduzir o sedentarismo				
Objetivo específico 3	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Avolumar a oferta de ocupação dos tempos livres	Até ao final de 2024 avolumar a oferta de ocupação dos tempos livres	Taxa de execução	Relatório de execução	Interesse das famílias, bem como das crianças/jovens
<p>Resultados: (estratégias) R.3. Criar atividades de ocupação dos tempos livres</p>	<p>- Até ao final de 2024 criar espaço de relaxamento no AEJICS</p> <p>- 4 atividades lúdicas/ano</p> <p>- 1 sessão de esclarecimento/por período letivo</p>	<p>- nº de salas de relaxamento criadas</p> <p>- nº de atividades lúdicas realizadas</p> <p>- nº de sessões de esclarecimento realizadas</p>	Relatório de Monitorização	<p>- Existência de uma sala disponível para criação da sala de relaxamento</p> <p>- Interesse e articulação com a Biblioteca Municipal e a UEAS, mais nomeadamente com o Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”</p> <p>- Existência de uma sala disponível para a dinamização das sessões de esclarecimento, disponibilidade de oradores e articulação com entidades Locais e APEAVES para a dinamização do programa “Conhecimento do Mundo”</p>
<p>Atividades:</p> <p>A.3.1. Criar espaço de relaxamento no AEJICS</p> <p>A.3.2. Criar atividades lúdicas⁷⁸</p> <p>A.3.3. Criação de programa “Conhecimento do Mundo” – (Sessões de esclarecimento sobre Literacia Financeira, oratória, primeiros socorros, nutrição, etc)</p>				

⁷⁸ Realização de 2 Jogos de tabuleiro modernos, ao longo de 2022, em articulação com a UEAS no âmbito do Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”.

Objetivo Geral 2: Reduzir o sedentarismo

Objetivo específico 4	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Intensificar a frequência de atividades familiares de lazer e cultura	Até ao final de 2024 possibilitar o contacto dos jovens com atividades de cultura e lazer	Taxa de execução	Relatório de execução	Interesse das famílias, bem como das crianças/jovens
Resultados: (estratégias) R.4. Criar atividades que intensifiquem a frequência de atividades familiares de lazer e cultura	- Emissão 250 bilhetes para o Cineteatro até ao final de 2024 - Dinamização de 3 caças ao tesouro até final de 2024 - 20 crianças/jovens (e respetivos progenitores)/por evento	- nº de bilhetes emitidos - nº de caças ao tesouro - nº de participantes na caça ao tesouro	Relatório de monitorização	- Interesse e envolvimento do Município de Sobral de Monte Agraço - Interesse e envolvimento do CILT na criação de uma caça ao tesouro com temáticas históricas concelhias relevantes
Atividades: A.4.1. Acesso gratuito ao Cineteatro para crianças sinalizadas e progenitores A.4.2. Dinamização de caça ao tesouro em família				

Objetivo Geral 3: Melhorar a produtividade ao nível escolar				
Objetivo específico 5	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Revigorar a participação dos jovens em clubes desportivos	Até ao final de 2024 revigorar a participação dos jovens em clubes desportivos	Taxa de execução	Relatório de execução	Interesse das famílias, bem como das crianças/jovens
<p>Resultados: (estratégias) R.5. Possibilitar a participação das crianças/jovens em clubes desportivos e/ou outras atividades desportivas com custo associado</p>	<p>- Atribuição de “Apoio em Meio Natural de Vida”, com vista à prática desportiva a 40 crianças/jovens até 2024 - 20 Crianças abrangidas pelo programa “Natação Livre” até 2024</p>	<p>- nº de crianças/jovens que lhes viram atribuído o “Apoio em Meio Natural de Vida”, com vista à prática desportiva - nº de crianças/jovens abrangidas pelo programa</p>	<p>Relatório de monitorização</p>	<p>- Atribuição do apoio por parte do ISS. I.P. - Interesse e disponibilidade do Município</p>
<p>Atividades: A.5.1. Atribuir “Apoio em Meio Natural de Vida” a crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA, com vista à prática desportiva A.5.2. Frequência de aulas de natação de forma totalmente gratuita, por parte de crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA – Programa “Natação Livre”</p>				

Objetivo Geral 3: Melhorar a produtividade ao nível escolar

Objetivo específico 6	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Diminuir o <i>bullying</i>	Até ao final de 2024 verificar uma diminuição do <i>bullying</i>	- Taxa de execução - Impacto	- Relatório de execução - Reunião do Conselho de jovens contra o <i>Bullying</i>	Interesse e articulação do AEJICS, dos Jovens e dos restantes Stakeholders
<p>Resultados: (estratégias) R.6. Criar respostas que levem à diminuição do <i>Bullying</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Ação de Sensibilização/ano - Criação do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i> até ao ano letivo de 2024-2025 - 1 Reunião do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i> até ao final de 2024 - 1 Jogo com vista à criação do espírito de grupo e de equipa/ Por ano escolar - 100 Crianças/jovens inscritos no programa “Heróis na Escola” até ao final de 2024 	<ul style="list-style-type: none"> - nº de ações de sensibilização - nº de reuniões do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i> - nº de jogo, com vista à criação do espírito de grupo e de equipa, realizados - nº de crianças/jovens inscritos na iniciativa “Heróis na Escola” 	Relatório de monitorização	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de espaço para realização da Ação de sensibilização - Interesse dos diversos Stakeholders em criar um novo órgão dinâmico, com propósito de acompanhamento e discussão relativamente ao <i>bullying</i> - Interesse das crianças e Jovens em participar nos jogos com vista à criação do espírito de grupo.
<p>Atividades: A.6.1. Ações de sensibilização sobre o <i>bullying</i> A.6.2. Criação do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i> A.6.3. Jogos com vista à criação do espírito de grupo e de equipa (Ex: <i>escape room</i>; “Procuro Um Amigo”; “A Teia Da Amizade” etc) A.6.4. Criação de programa com vista à designação de 2 amigos - “Heróis na escola”</p>				<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com o CILT com a perspetiva de criar um escape room com a temática das “Linhas de Torres”

Objetivo Geral 3: Melhorar a produtividade ao nível escolar				
Objetivo específico 7	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Quebrantar o conflito nas relações intrafamiliares (violência doméstica)	Até 2024 verificar um abrandamento do conflito intrafamiliar	- Taxa de execução - Impacto	- Relatório de execução	Interesse das famílias, bem como das crianças/jovens
Resultados: (estratégias) R.7. Sensibilizar a população para o problema social do conflito intrafamiliar	- 1 Sessão de Esclarecimento/ano - 1000 Folhetos entregues/ano	-nº de sessões de esclarecimento realizadas -nº de folhetos entregues	Relatório de Monitorização	Interesse e articulação do AEJICS
Atividades: A.7.1. Sessão de sensibilização com Psicólogo onde se expõem as consequências, para as crianças/jovens, de estarem expostos a comportamentos violentos A.7.2. Elaborar folhetos informativos, sobre práticas de parentalidade que estimulem o respeito e não o conflito, com finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos				

Objetivo Geral 4: Agilizar a marcação de consultas de especialidade				
Objetivo específico 8	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Facilitar acessibilidade à saúde oral	Até 2024 facilitar acesso gratuito à saúde oral para as crianças/jovens	- Taxa de execução	- Relatório de execução	- Interesse e participação dos Médicos Dentistas concelhios
Resultados: (estratégias) R. 8. Promover o acesso à saúde oral	50 Crianças/jovens abrangidas/ano	- Nº de crianças abrangidas	- Relatório de monitorização	- Em articulação com o Plano de Ação da Rede Social.
Atividades: A.8.1. Criar uma resposta de acesso gratuito à saúde oral				

Objetivo Geral 5: Erradicar os conflitos relacionais interpessoais entre alunos e professores				
Objetivo específico 9	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Suprimir dificuldades de comunicação entre as crianças e jovens e os seus pais/professores	Até ao final de 2024 criar três atividades que promovam a comunicação e entendimento intergeracional	Taxa de execução	Relatório de execução	- Interesse das crianças/jovens, pais e professores em participar nas atividades
Resultados: (estratégias) R.9. Dinamizar atividades que promovam a comunicação e o entendimento intergeracional	- Obter depoimentos de 4 crianças/jovens e 4 adultos - 1 debate anual - 2 Palestras anuais	-nº de Participantes no vídeo -nº de debates realizados -nº de palestras realizadas	Relatório de Monitorização	- Interesse da população em participar no vídeo - Interesse e disponibilidade do Gabinete de Comunicação e Imagem do Município em auxiliar na criação e promoção do vídeo. - Interesse e disponibilidade dos professores em debater com os alunos assuntos que sejam do interesse destes últimos - Existência de espaço físico onde possa decorrer o debate. - Articulação com a UEAS, mais nomeadamente com o Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”
Atividades: A.9.1. Criar e promover um vídeo que explore as diferenças e os entendimentos geracionais A.9.2. Possibilitar debate entre professores/alunos A.9.3. Realizar palestras que sensibilizem os pais para os problemas das crianças/jovens ⁷⁹				

⁷⁹ Realização de duas palestras, ao longo de 2022, em articulação com a UEAS no âmbito do Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”.

Objetivo Geral 5: Erradicar os conflitos relacionais interpessoais entre alunos e professores

Objetivo específico 10	Metas	Indicadores de resultados	Fontes de Verificação	Pressupostos
Criar rotinas claras no seio da família	Até ao final de 2024 dinamizar duas respostas que auxiliem na criação de rotinas familiares	Taxa de execução	Relatório de execução	- Interesse dos técnicos, pais e professores em participar nas atividades
Resultados: (estratégias) R.10. Dinamizar respostas que auxiliem na criação de rotinas familiares	- 1 Mesa redonda/ano - 3 sessão de esclarecimento até ao final de 2024	- nº de mesas redondas/ano - nº de sessões de esclarecimento realizadas até ao final de 2024	Relatório de Monitorização	- Existência de espaço físico onde possam decorrer os eventos - Disponibilidade dos técnicos e professores para participar nos referidos eventos - Articulação com a UEAS, mais nomeadamente com o Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”
Atividades: A.10.1. Mesa redonda entre pais, técnicos e professores onde se discutem situações da rotina familiar A.10.2. Sessão de esclarecimento com psicólogo onde se expõe os benefícios de uma rotina familiar ⁸⁰				

⁸⁰ Realização de duas sessões de esclarecimento, ao longo de 2022, em articulação com a UEAS no âmbito do Programa Municipal de Promoção da Parentalidade “(Des)Envolver Famílias”.

Atividades	Entidade responsável	Entidades a envolver	2022	2023	2024
A.1.1. Realizar as reuniões da Comissão Alargada descentralizadas	CPCJ – Comissão Alargada	Município; APEAVES; AEJICS; SCM SMA; APSMA; ACES; IEFP; UNIR; Agrupamento 272; ISS, I.P.; GNR;			
A.1.2. Realizar reuniões com diversas entidades de forma a discutir a parentalidade positiva e outras questões pertinentes – “Café, conversa e conexão”	CPCJ – Comissão Alargada	Município; APEAVES; AEJICS; SCM SMA; APSMA; ACES; IEFP; UNIR; Agrupamento 272; ISS, I.P.; GNR; Juntas de Freguesia			
A.2.1. Realizar Sessões de esclarecimento à comunidade sobre o funcionamento da CPCJ	CPCJ – Comissão Alargada	Município; APEAVES; AEJICS; GNR			
A.2.2. Elaborar folhetos informativos, sobre o trabalho da CPCJ, com finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos	CPCJ – Comissão Alargada	Município; AEJICS; APEAVES			
A.3.1. Criar espaço de relaxamento no AEJICS	AEJICS	Município; APEAVES			
A.3.2. Criar atividades lúdicas	Município – Biblioteca Municipal e UEAS ⁸¹	CPCJ – Comissão Alargada			

⁸¹ Durante o ano de 2022.

Atividades	Entidade responsável	Entidades a envolver	2022	2023	2024
A.3.3. Criação de programa “Conhecimento do Mundo” – (Sessões de esclarecimento sobre Literacia Financeira, oratória, primeiros socorros, nutrição, etc)	APEAVES	Município; CPCJ – Comissão Alargada; AEJICS; UNIR			
A.4.1. Acesso gratuito ao Cineteatro para crianças sinalizadas e progenitores	CPCJ – Comissão Alargada	Município			
A.4.2. Dinamização de caça ao tesouro em família	Município - CILT	CPCJ – Comissão Alargada; Juntas de Freguesia			
A.5.1. Atribuir “Apoio em Meio Natural de Vida” a crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA, com vista à prática desportiva	CPCJ – Comissão Restrita	ISS, I.P.			
A.5.2. Frequência de aulas de natação de forma totalmente gratuita, por parte de crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA – Programa “Natação Livre”	CPCJ – Comissão Restrita	Município			
A.6.1. Ações de sensibilização sobre o bullying	CPCJ – Comissão Alargada	GNR; Bombeiros; Clube Motard SMA			

Atividades	Entidade responsável	Entidades a envolver	2022	2023	2024
A.6.2. Criação do Conselho de Jovens contra o Bullying	AEJICS	Município; APEAVES; CPCJ – Comissão Alargada;			
A.6.3. Jogos com vista à criação do espírito de grupo e de equipa (Ex: <i>escape room</i> ; “Procuro Um Amigo”; “A Teia Da Amizade” etc)	AEJICS	APEAVES; CPCJ – Comissão Alargada			
A.6.4. Criação de programa com vista à designação de 2 amigos - “Heróis na escola”	AEJICS	APEAVES; CPCJ – Comissão Alargada; GNR			
A.7.1. Sessão de sensibilização com Psicólogo onde se expõem as consequências, para as crianças/jovens, de estarem expostos a comportamentos violentos	CPCJ – Comissão Alargada	Município; APEAVES; GNR			
A.7.2. Elaborar folhetos informativos, sobre práticas de parentalidade que estimulem o respeito e não o conflito, com finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos	CPCJ – Comissão Alargada	Município; AEJICS; GNR			

Atividades	Entidade responsável	Entidades a envolver	2022	2023	2024
A.8.1. Criar uma resposta de acesso gratuito à saúde oral	CPCJ – Comissão Alargada	ACES; APSMA; AEJICS;			
A.9.1. Criar e promover um vídeo que explore as diferenças e os entendimentos geracionais	CPCJ – Comissão Alargada	Município; SCM SMA			
A.9.2. Possibilitar debate entre professores/alunos	AEJICS	CPCJ – Comissão Alargada; Município;			
A.9.3. Realizar palestras que sensibilizem os pais para os problemas das crianças/jovens	CPCJ – Comissão Alargada e Município – UEAS ⁸²	AEJICS			
A.10.1. Mesa redonda entre pais, técnicos e professores onde se discutem situações da rotina familiar	CPCJ – Comissão Alargada	Município; APEAVES;			
A.10.2. Sessão de esclarecimento com psicólogo onde se expõe os benefícios de uma rotina familiar	CPCJ – Comissão Alargada e Município – UEAS ⁸³	APEAVES; GNR			

⁸² Durante o ano de 2022.

⁸³ Durante o ano de 2022.

Atividades	Recursos Necessários	Custo Esperado
A.1.1. Realizar as reuniões da Comissão Alargada descentralizadas	Viatura	Despesas inerentes ao desgaste do veículo + valor do combustível
A.1.2. Realizar reuniões com diversas entidades de forma a discutir a parentalidade positiva e outras questões pertinentes – “Café, conversa e conexão”	Espaço Físico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.2.1. Realizar Sessões de esclarecimento à comunidade sobre o funcionamento da CPCJ	Espaço Físico Computador Colunas Microfone RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.2.2. Elaborar folhetos informativos, sobre o trabalho da CPCJ, com finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos	4500 folhetos em A5, papel coated com 300grs, a 4/4 cores frente e verso	300 euros+iva (369 euros)
A.3.1. Criar espaço de relaxamento no AEJICS	Espaço Físico 3 Puff's	60 euros
A.3.2. Criar atividades lúdicas	Espaço Físico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ

Atividades	Recursos Necessários	Custo Esperado
A.3.3. Criação de programa “Conhecimento do Mundo” – (Sessões de esclarecimento sobre Literacia Financeira, oratória, primeiros socorros, nutrição, etc)	Espaço Físico Computador Colunas Microfone	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.4.1. Acesso gratuito ao Cineteatro para crianças sinalizadas e progenitores	-	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.4.2. Dinamização de caça ao tesouro em família	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.5.1. Atribuir “Apoio em Meio Natural de Vida” a crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA, com vista à prática desportiva	-	-
A.5.2. Frequência de aulas de natação de forma totalmente gratuita, por parte de crianças/jovens acompanhadas pela CPCJ SMA – Programa “Natação Livre”	-	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.6.1. Ações de sensibilização sobre o bullying	Espaço Físico Computador Colunas Microfone	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.6.2. Criação do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i>	Espaço Físico Computador Colunas Microfone	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ

Atividades	Recursos Necessários	Custo Esperado
A.6.3. Jogos com vista à criação do espírito de grupo e de equipa (Ex: <i>escape room</i> ; “Procuvo Um Amigo”; “A Teia Da Amizade” etc)	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.6.4. Criação de programa com vista à designação de 2 amigos - “Heróis na escola”	-	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.7.1. Sessão de sensibilização com Psicólogo onde se expõem as consequências, para as crianças/jovens, de estarem expostos a comportamentos violentos	RH – Pessoal técnico	150 euros/Sessão (3 sessões – 450 euros)
A.7.2. Elaborar folhetos informativos, sobre práticas de parentalidade que estimulem o respeito e não o conflito, com finalidade de entregar a cada encarregado de educação no início dos anos letivos	4500 folhetos em A5, papel coated com 300grs, a 4/4 cores frente e verso	300 euros+iva (369 euros)
A.8.1. Criar uma resposta de acesso gratuito à saúde oral	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.9.1. Criar e promover um vídeo que explore as diferenças e os entendimentos geracionais	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ

Atividades	Recursos Necessários	Custo Esperado
A.9.2. Possibilitar debate entre professores/alunos	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.9.3. Realizar palestras que sensibilizem os pais para os problemas das crianças/jovens	RH – Pessoal técnico	150 euros/Sessão (6 sessões - 900 euros)
A.10.1. Mesa redonda entre pais, técnicos e professores onde se discutem situações da rotina familiar	RH – Pessoal técnico	Despesas inerentes ao funcionamento dos parceiros e da CPCJ
A.10.2. Sessão de esclarecimento com psicólogo onde se expõe os benefícios de uma rotina familiar	RH – Pessoal técnico	150 euros/Sessão (3 sessões – 450 euros)

Atividades: 23 (Traduz-se em 107 respostas criadas e/ou eventos)

Custo previsto para o 1º ano: 906 €

Custo previsto para anos subsequentes: 846 €

Custo total previsto: 2598 €

4.7. Modelo de Avaliação

Devido à importância de monitorizar o Plano Estratégico Local, criou-se o Modelo de Avaliação. A avaliação será interna e terá em consideração duas temporalidades: *On-going* e *Ex-Post*.

A avaliação *On-going* diz respeito ao acompanhamento, por parte de membros da Comissão Alargada da CPCJ, da implementação das atividades que constam do Plano Estratégico Local. Esse acompanhamento irá materializar-se na ativação das entidades responsáveis, bem como em relatórios de monitorização⁸⁴.

Já a avaliação *Ex-Post* será feita no final e irá materializar-se nos relatórios de execução. Pretende-se, deste modo, avaliar se as atividades foram implementadas com sucesso e se contribuíram para a persecução dos objetivos específicos.

⁸⁴ Os relatórios de monitorização têm caráter anual e devem ser entregues à Comissão Restrita da CPCJ até ao 31º dia do mês de Janeiro de cada ano após o início da atividade.

Objetivo/Estratégias	Tipo de avaliação	Indicador	Fonte	Entidade responsável pela recolha	Ano		
					2022	2023	2024
Objetivo específico 1: Incitar o dinamismo da Comissão Alargada	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.1. Fomentar o interesse e o dinamismo da Comissão Alargada da CPCJ de SMA	Execução (<i>On-going</i>)	-nº de Reuniões Alargadas descentralizadas realizadas -nº de reuniões realizadas	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 2: Amplificar a divulgação do trabalho da CPCJ	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.2. Dar a conhecer à comunidade o trabalho da CPCJ	Execução (<i>On-going</i>)	-nº de sessões de esclarecimento realizadas -nº de folhetos entregues	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 3: Avolumar a oferta de ocupação dos tempos livres	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.3. Criar atividades de ocupação dos tempos livres	Execução (<i>On-going</i>)	- nº de espaços de relaxamento criadas - nº de atividades lúdicas realizadas - nº de sessões de esclarecimento realizadas	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			

Objetivo/Estratégias	Tipo de avaliação	Indicador	Fonte	Entidade responsável pela recolha	Ano		
					2022	2023	2024
Objetivo específico 4: Intensificar a frequência de atividades familiares de lazer e cultura	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.4. Criar atividades que intensifiquem a frequência de atividades familiares de lazer e cultura	Execução (<i>On-going</i>)	- nº de bilhetes emitidos - nº de caças ao tesouro - nº de participantes na caça ao tesouro	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 5: Revigorar a participação dos jovens em clubes desportivos	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.5. Possibilitar a participação das crianças/jovens em clubes desportivos e/ou outras atividades desportivas com custo associado	Execução (<i>On-going</i>)	- nº de crianças/jovens que lhes viram atribuído o “Apoio em Meio Natural de Vida”, com vista à prática desportiva - nº de crianças/jovens abrangidas pelo programa	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			

Objetivo/Estratégias	Tipo de avaliação	Indicador	Fonte	Entidade responsável pela recolha	Ano		
					2022	2023	2024
Objetivo específico 6: Diminuir o bullying	Resultados (<i>Ex-post</i>)	- Taxa de execução - Impacto	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.6. Criar respostas que levem à diminuição do Bullying	Execução (<i>On-going</i>)	- nº de ações de sensibilização - nº de reuniões do Conselho de Jovens contra o <i>Bullying</i> - nº de jogo, com vista à criação do espírito de grupo e de equipa, realizados - nº de crianças/jovens inscritos na iniciativa "Heróis na Escola"	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 7: Quebrantar o conflito nas relações intrafamiliares (violência doméstica)	Resultados (<i>Ex-post</i>)	- Taxa de execução - Impacto	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.7. Sensibilizar a população para o problema social do conflito intrafamiliar	Execução (<i>On-going</i>)	-nº de sessões de esclarecimento realizadas -nº de folhetos entregues	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			

Objetivo/Estratégias	Tipo de avaliação	Indicador	Fonte	Entidade responsável pela recolha	Ano		
					2022	2023	2024
Objetivo específico 8: Facilitar acessibilidade à saúde oral	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R. 8. Promover o acesso à saúde oral	Execução (<i>On-going</i>)	- Nº de crianças abrangidas	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 9: Suprimir dificuldades de comunicação entre as crianças e jovens e os seus pais/professores	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.9. Dinamizar atividades que promovam a comunicação e o entendimento intergeracional	Execução (<i>On-going</i>)	-nº de Participantes no vídeo -nº de debates realizados -nº de palestras realizadas	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			
Objetivo específico 10: Criar rotinas claras no seio da família	Resultados (<i>Ex-post</i>)	Taxa de execução	Relatório de execução	CPCJ - Restrita			
R.10. Dinamizar respostas que auxiliem na criação de rotinas familiares	Execução (<i>On-going</i>)	- nº de mesas redondas/ano - nº de sessões de esclarecimento realizadas	Relatório de Monitorização	CPCJ - Alargada			

Bibliografia

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2018). *Vítimas de Violência Doméstica (2013-2017)*. Obtido de Estatísticas APAV: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Violencia_Domestica_2013_2017.PDF
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2019). *Homens Vítimas de Violência Doméstica (2013-2018)*. Obtido de Estatísticas APAV: apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Homens_2013_2018.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2021). *Estatísticas APAV - Relatório Anual 2020*. Obtido de APAV: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2020.pdf
- Casaleiro, P. (2021). “Meu filho, meu tesouro”: motivações subjacentes aos processos de regulação das responsabilidades parentais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 96, pp. 117-138.
- Comité de Ministros do Conselho da Europa. (2006). *Centro de Recursos Parentalidade Positiva*. Obtido de Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ): <https://www.cnpdpdj.gov.pt/documents/10182/19464/Recomendação+2006/e36ba3eb-d849-4ebb-9827-688de3e92f94>
- Cruz, O. (2014). *Que parentalidade?* Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118460/2/308787.pdf>
- Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P. (2020). *Instituto da Segurança Social, I.P.* Obtido de Guia Prático – Rendimento Social de Inserção: http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001_rendimento_social_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441
- Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P. (2020). *Instituto da Segurança Social, I.P.* Obtido de Guia Prático – Subsídio por Assistência de Terceira Pessoa: http://www.seg-social.pt/documents/10152/15001/4006_subsidio_assistencia_terceira_pessoa/af837758-6e91-4a25-887d-18ff7a09fcf0
- Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P. (2020). *Instituto da Segurança Social, I.P.* Obtido de Guia Prático – Subsídio Mensal Vitalício: http://www.seg-social.pt/documents/10152/15001/4006_subsidio_mensal_vitalicio/af837758-6e91-4a25-887d-18ff7a09fcf0

social.pt/documents/10152/14851992/4004_Substido_Mensal_Vitalicio/68aac1f7-
acd6-4db7-bd1d-254e71c87ca7

Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P. (2020). *Instituto da Segurança Social, I.P.* Obtido de Guia Prático – Subsídio de Funeral: http://www.seg-social.pt/documents/10152/622274/4003_Sub%20de%20Funeral/92dd7c36-29cc-4034-b62f-5571c2f111ab

Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P. (2021b). *Instituto da Segurança Social, I.P.* Obtido de Guia Prático – Rendimento Social de Inserção: http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001_rendimento_social_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441

Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P. (2021c). *Instituto da Segurança Social, I.P.* Obtido de Guia Prático – Subsídio Parental: <http://www.seg-social.pt/subsidio-parental>

Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P. (2021d). *Instituto da Segurança Social, I.P.* Obtido de Guia Prático – Subsídio por Assistência de Terceira Pessoa: http://www.seg-social.pt/documents/10152/15001/4006_subsidio_assitencia_terceira_pessoa/af837758-6e91-4a25-887d-18ff7a09fcf0

Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P. (2020). *Instituto da Segurança Social, I.P.* Obtido de Guia Prático – Abono de família para crianças e jovens: http://www.seg-social.pt/documents/10152/16573130/4001_abono_familia_crianças_jov/c85a98df-0b56-4421-8268-05a55c0c0c8c

Departamento de Prestações e Contribuições; ISS, I.P. (2021a). *Instituto da Segurança Social, I.P.* Obtido de Guia Prático – Abono de família para crianças e jovens: http://www.seg-social.pt/documents/10152/16573130/4001_abono_familia_crianças_jov/c85a98df-0b56-4421-8268-05a55c0c0c8c

Durkheim, É. (1999). *Da Divisão Social do Trabalho*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.

European Commission. (2004). *Aida Delivery Methods - Project Cycle Management Guidelines*. Brussels: European Commission.

- Ferreira, V. (2010). *A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos: um percurso irregular*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Horta, A., & Schmidt, L. (2021). *Pobreza Energética em Portugal*. Obtido de Observatório do Ambiente, Território e Sociedade: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/48206/1/ICS_AHorta_LSchmidt_PobrezaEnergética.pdf
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2020). *Subsídio Parental*. Obtido de Instituto da Segurança Social, I.P.: <http://www.seg-social.pt/subsidio-parental>
- Núcleo da Rede Social; DIC - Departamento de Investigação e Conhecimento. (2002). *Plano de Desenvolvimento Social - Rede Social*. Obtido em Janeiro de 2020, de Segurança Social: http://www.seg-social.pt/documents/10152/147095/Plano_desenvolvimento_social/bce793db-4a3e-425c-b5b5-eb3b3f7234e0
- Peixoto, J. (., Casaca, S., Figueiredo, A., Gonçalves, M., Floriano, A., Sabino, C., . . . Phizacklea, A. (2006). *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*. ISEG, Lisboa.
- POAPMC. (2020). *Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas*. Obtido de Quem Somos: <https://poapmc.portugal2020.pt/quem-somos>
- Portugal, S. (2006). *Novas famílias, modos antigos : as redes sociais na produção de bem-estar*. UC - *Teses de Doutoramento*. Coimbra.
- Ranchordas, P., & Carvalho, Z. (CES - UC de 2007). *Promover a Mudança – Percursos de Orientação para Organizações da Sociedade Civil*. Obtido de CES - UC: https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/1c-Manual-Capacita%20a7%20a3o-Organiza%20a7%20b5es_DESTAC%2081VEIS-II.pdf
- Rede Social. (2020). *Diagnóstico Social do Concelho de Sobral de Monte Agraço*. Sobral de Monte Agraço.
- Serviços Partilhados do Ministério da Saúde. (2020). *ACES Oeste Sul*. Obtido de Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/3/30025/Pages/default.aspx>



Serviços Partilhados do Ministério da Saúde. (2020). *USF Costa Campos*. Obtido de Bolhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/3/30025/3114071/Pages/default.aspx>

SNS 24. (2021). *Cheque-dentista para crianças*. Obtido de Guias da saúde: <https://www.sns24.gov.pt/guia/cheque-dentista-para-criancas/>

Soares, M. M. (1990). *Monte Agraço e o seu Foral*. Sobral de Monte Agraço: Câmara Municipal de Sobral de Monet Agraço.

Wall, K., & Delgado, A. (2014). *Famílias nos Censos 2011 Diversidade e Mudança*. ICS, Lisboa.

Abreviaturas

ACES - Agrupamento de Centros de Saúde

AEJICS - Agrupamento Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APSMA – Associação Popular de Sobral de Monte Agraço

AS - Abuso Sexual

ASE - Ação Social Escolar

ATL - Atividades de Tempos Livres

CAESP - A criança está abandonada ou entregue a si própria

CDTR - Criança ao cuidado de terceiros, durante período de tempo em que se observou estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CILT - Centro de Interpretação das Linhas de Torres

CJACABED - A Criança/Jovem Assume Comportamentos que Afetem gravemente o seu Bem-Estar e Desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de forma adequada a remover essa situação

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DECAS - Divisão de Educação Cultura e Ação Social

ECPCBEDC - Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança

ETI - Exploração do Trabalho Infantil

EU – União Europeia

FEAC - Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

GIAV - Gabinete de Inserção e Apoio à Vítima

GNR – Guarda Nacional Republicana

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, I.P.

JI – Jardim de Infância

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

MAI - Ministério da Administração Interna

MP – Ministério Público

MT - Mau Trato Físico

MTPIA - Mau Trato psicológico ou indiferença afetiva

MTSSS - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

NACJR - Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens em Risco

NEG - Negligência

OUTR - Outras situações de perigo

PCAAC - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados

PFQC - Prática de Facto Qualificado pela Lei Penal como Crime

PLPPDCJ - Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

RH – Recursos Humanos

RLIS - Redes Locais de Intervenção Social

RSI - Rendimento Social de Inserção

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SMA – Sobral de Monte Agraço

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SPDE - Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UCF - Unidade Coordenadora Funcional

UEAS – Unidade de Educação e Ação Social